

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ALEXANDRE DE BRITTO REDONDO

Educação, Política e Industrialismo em Armando de Salles Oliveira (1931-1937)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2020

ALEXANDRE DE BRITTO REDONDO

Educação, Política e Industrialismo em Armando de Salles Oliveira (1931-1937)

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO

2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves – PUC/SP

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini – PUC/SP

Prof. Dr. Ivanilson Bezerra da Silva – UNIVBRASIL

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades.*

(CAZUZA)

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Número do processo: 134239/2018-0.

Agradecimentos

Esta dissertação consiste em uma singela homenagem à Ancestralidade, em especial, aos meus dois avôs. Na escolha do tema da pesquisa, rememoro a bravura do jovem de 17 anos, Álvaro Ferraz, que lutou ao lado do Estado de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, e arcou com uma série de consequências desagradáveis ao longo de sua vida por ter participado, obrigatoriamente, de tal movimento. Ao realizar uma pesquisa histórica, condecoro o historiador carioca Álvaro de Britto Saraiva, que exerceu o seu ofício com extrema dedicação e amor até o último dia de sua vida.

As próximas linhas dedico às pessoas que contribuíram de alguma forma com o processo de produção deste estudo. Primeiramente, presto meus agradecimentos ao meu grandioso e amado pai, Ismael Redondo, por todo o seu amor, carinho e apoio incondicional às minhas escolhas; à minha querida mãe, Lucia Regina Gonçalves de Britto, pelo seu frequente incentivo aos meus estudos; ao meu amado irmão, Leandro de Britto Redondo, pela sua parceria e apoio em diversos momentos decisivos; à minha amada companheira, Priscila Mariano da Silva, pelo seu amor, sua presteza e paciência; à professora Cintya Ribeiro, que de maneira demasiadamente solícita, iniciou a imanência da atividade científica na minha trajetória; ao professor Julio Groppa Aquino, que atenciosamente permitiu o meu acesso às suas aulas e ao seu grupo de estudos, ampliando o meu contato com a esfera acadêmica; à professora Adriana Bauer; à professora Maristela; aos meus “amigos USP”: Nilton, Karina e Fabiana; aos meus amigos e colegas da PUC: João, Nicolas, Gisele, Isabela, Alessandra, Irene, Matheus, Alessandro e Pedro; aos meus professores do EHPS: Carlos A. Giovinazzo, José Geraldo, Katya Braghini e Odair Sass; à querida Betinha, pela sua extrema dedicação e acolhimento; aos integrantes da banca examinadora: professor Daniel Ferraz Chiozzini, professor Ivanilson Bezerra da Silva e o meu amigo e orientador, professor Mauro Castilho Gonçalves, de Taubaté.

RESUMO

Esta dissertação examina a produção intelectual e a atuação política de Armando de Salles Oliveira (1887-1945) atinente à temática educacional relacionada ao industrialismo em curso no Brasil, entre os anos de 1931 e 1937. A fim de compreender as forças atuantes no cenário histórico supracitado, a pesquisa considera aspectos da formação acadêmica; a carreira de engenheiro e empreendedor; a atuação junto ao grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*; a fundação e a presidência do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT); seus mandatos de Interventor Federal e Governador do estado de São Paulo; sua campanha presidencial e o seu conseqüente exílio. As fontes históricas selecionadas e consultadas correspondem a um conjunto de publicações do periódico *O Estado de S. Paulo* e da *Revista IDORT*, decretos e discursos políticos. Os procedimentos de análise de tal material fundamentam-se nos estudos de Antonio Gramsci, ponderando a revalorização das lutas culturais, as subjetividades e o papel dos intelectuais na sociedade, estabelecendo um vínculo dialético entre teoria e prática. Não obstante o âmbito da educação, a atuação de Armando de Salles Oliveira referente ao ensino profissional, primário, secundário e superior evidenciou o seu compromisso com um projeto político e cultural consubstanciado na formação de uma sociedade civil a serviço do desenvolvimento industrial.

Palavras-chave: Armando de Salles Oliveira; Americanismo; Fordismo; educação; industrialismo.

ABSTRACT

This dissertation examines the intellectual production and political performance of Armando de Salles Oliveira (1887-1945) related to the educational theme related to industrialism underway in Brazil, between the years 1931 and 1937. To understand the forces at work in the aforementioned historical scenario, the research considers aspects of academic formation; the career of engineer and entrepreneur; acting with the group of the newspaper *O Estado de S. Paulo*; the foundation and the presidency of the Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT); his mandates as Federal Interventor and Governor of the state of São Paulo; his presidential campaign and his consequent exile. The historical sources selected and consulted correspond to a set of publications from the periodical *O Estado de S. Paulo* and *Revista IDORT*, decrees and political speeches. The procedures for analyzing such material are based on the studies of Antonio Gramsci, considering the reevaluation of cultural struggles, subjectivities and the role of intellectuals in society, establishing a dialectical link between theory and practice. Notwithstanding the scope of education, Armando de Salles Oliveira's work on professional, primary, secondary and higher education, showed his commitment to a political and cultural project based on the formation of a civil society at the service of industrial development.

Keywords: Armando de Salles Oliveira; Americanism; Fordism; education; industrialism.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I: A Trajetória de Armando de Salles Oliveira	
1.1 <i>Formação e carreira de engenheiro.....</i>	25
1.2 <i>O jornal O Estado de S. Paulo e seu grupo.....</i>	28
1.3 <i>A carreira política e o exílio.....</i>	34
Capítulo II: O Ensino Profissional	
2.1 <i>O Estado e a educação do trabalhador.....</i>	48
2.2 <i>O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).....</i>	56
Capítulo III: Industrialismo e Escolarização	
3.1 <i>Ensino Primário.....</i>	65
3.2 <i>Ensino Secundário.....</i>	72
3.3 <i>Ensino Superior.....</i>	75
Considerações finais.....	83
Referências.....	85
Fontes documentais.....	92
Apêndices.....	96

Introdução

Na obra *Americanismo e Fordismo*, Antonio Gramsci analisa o processo de industrialização e suas respectivas movimentações sociais em curso, tanto na sociedade americana, quanto na europeia. O autor salienta que o industrialismo promove uma assídua luta contra a *animalidade* do ser humano, acarretando a sujeição dos instintos naturais em relação às normas e hábitos de ordem, exatidão e de precisão, viabilizando outras formas de vida mais complexas e frutíferas para o desenvolvimento do próprio industrialismo (GRAMSCI, 2008).

Fundamentado nesta perspectiva, o autor problematiza esse processo de formação dos indivíduos relacionado às formas produtivas:

Até agora, todas as mutações dos modos de ser e de viver ocorreram por coerção brutal, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade. A seleção ou *educação* do homem adaptado aos novos tipos de civilização, ou seja, às novas formas de produção e de trabalho, ocorre com o emprego de extraordinária brutalidade, jogando no inferno das subclasses os débeis e refratários, ou eliminando-os de todo. (GRAMSCI, 2008, p. 64; grifos do autor)

Não obstante, a concepção taylorista do indivíduo como um *gorila amestrado* (BRUNELLO, 2017) não se apresenta, para o avanço da industrialização, como uma interessante alternativa de conduta, uma vez que o mero aprofundamento técnico específico do ser humano não considera a aptidão deste diante da mobilidade de funções e ofícios, tão quanto o usufruto da intelectualidade a serviço do sistema econômico vigente. Nas palavras de Gramsci:

Quando o processo de adaptação ocorre, se verifica na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar, alcança um estado de completa liberdade. Foi mecanizado completamente só o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, se *aninhou* nos feixes de músculos e nervos, o que deixou o cérebro livre e solto para outras ocupações. (GRAMSCI, 2008, p. 77; grifos do autor)

Nesse sentido, um dos principais desafios sociais da industrialização seria disciplinar integralmente uma força de trabalho que estaria apenas parcial ou temporariamente “comprometida” com o modo de vida industrial (THOMPSON, 1998). Ou

seja, uma mão de obra com domínio técnico de uma função restrita não seria o suficiente para o progresso contínuo do industrialismo, mas a composição de indivíduos que pensem e ajam integralmente, além do âmbito de trabalho, em favor da ordem vigente seria uma opção viável ao desenvolvimento do capitalismo.

Neste mote, Gramsci (2008) privilegia sua análise do que ele denomina de *Fordismo*, sendo este último entendido como a dimensão técnico-produtiva do modelo capitalista americano que se espalharia para outros países (BARATTA, 2017).

No que diz respeito à análise do americanismo e do fordismo, o pensador italiano ressalva:

Pode se dizer genericamente que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de compor a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deverão ser os elos da corrente que assinalam justamente a passagem do velho individualismo econômico à economia programática. Estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra no seu desenrolar, resistências que decorrem das dificuldades inerentes a *societas rerum* e a *societas hominum*. Não é sem consequência que uma tentativa progressista seja empreendida por uma outra força social, as forças subalternas, que deveriam ser *manipuladas* ou racionalizadas segundo os novos fins, e que resistem necessariamente. Mas resistem também alguns setores das forças dominantes, ou ao menos seus aliados. (GRAMSCI, 2008, p. 31-32; grifos do autor)

O controle da vida privada da classe operária é uma das premissas para esta dimensão técnico-produtiva, considerando a máxima produtividade como seu objetivo econômico. Assim, características como conduta, valores morais e éticos, saúde e precauções vitais fazem parte de um conjunto de interferências e potencialidades que colaboram ou não na qualidade e quantidade da produtividade da respectiva mão de obra. Para a efetivação do controle da conduta do operariado, a racionalização da produção é adotada com certa diligência no modelo fordista de produção, aderindo a diversos métodos de formação e práticas educativas direcionadas à população trabalhadora.

A busca pelo *equilíbrio da vida* (FORD, 1954), resultado da justa medida entre o trabalho e o ócio, transforma-se em uma meta consideravelmente adotada e difundida pelas organizações sociais que idealizavam o progresso da industrialização. Segundo Gramsci (2008), o processo de racionalização na sociedade industrial tornou necessária a elaboração de um novo *tipo* de ser humano, adequado de maneira integral ao trabalho e ao processo produtivo. As eficiências físicas, musculares e nervosas do trabalhador (GRAMSCI, 2008) tornar-se-iam os novos objetos de estudo e de *aperfeiçoamento* da racionalização científica.

Assim, os hábitos coletivos e individuais, as condutas e a formação intelectual passam a entrar na pauta do industrialismo.

É pertinente ressaltar a observação que Antonio Gramsci realiza acerca da formação de intelectuais nas dinâmicas culturais e sociais em curso,

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. [...] Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1991, p. 10-11; grifos do autor)

Com base nessas considerações, compreende-se a relação dialética entre indivíduos que exercem a função de intelectuais a serviço de determinados grupos sociais em que atuam diretamente e indiretamente. Estes sujeitos assumem a atribuição de pensar e gerar soluções pautadas nas necessidades e demandas das organizações sociais das quais integram. A distinção entre intelectuais e não intelectuais está consubstanciada na função social delegada ao indivíduo, uma vez que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1991, p. 7).

Sob essa perspectiva, o conceito de intelectual para Gramsci não se limita em tipificar atividades e funções que os intelectuais exercem no âmbito produtivo, e nem entendê-los como indivíduos dissociados e distantes das relações sociais, mas em compreender as relações sociais que possibilitam, suscitam e incitam as atividades de caráter intelectual que estes indivíduos exercem. Gramsci destaca

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...] Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova

classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 1991, p. 3-4; grifos do autor)

A atuação de intelectuais a serviço de determinados grupos sociais foi uma característica marcante do industrialismo estudado por Gramsci. É possível identificarmos alguns elementos na teoria fordista, por exemplo, que evidenciam a importância desta “função intelectual” na sociedade capitalista. O empresário Henry Ford denuncia os impactos negativos desencadeados por condutas sociais “nocivas” à economia de mercado

Cada mau hábito econômico que o povo revela foi-lhe ensinado pelos homens de negócios, e como a influência deles é assim grande, seria de boa política que mudassem de orientação, transformando-se em “letores dos sinais dos tempos”, de modo a poderem nortear sadiamente o público. (FORD, 1954, p. 426; grifos do autor)

Ademais, não apenas a formação de intelectuais que atuem diretamente ou indiretamente em convergência com o avanço do capitalismo, mas a formação de uma sociedade que pense e aja em convergência com este avanço constitui-se como um dos princípios essenciais no que diz respeito a uma sociedade industrial e sua respectiva dinâmica. Formar cidadãos adaptados à mobilidade de funções, preocupados com a própria saúde e com a eficácia de suas capacidades, torna-se uma tendência na sociedade industrial, e a educação se apresenta como um campo de atuação bastante profícuo em tal problemática.

Dessa forma, a habilidade do ser humano em lidar com diferentes situações converte-se em uma das prioridades nos intentos educativos sob a lógica industrial, conforme atesta o trecho a seguir:

Um homem hábil é um homem que pode fazer coisas, e sua habilidade para fazê-las depende do que ele tem em si. O que ele tem em si depende das suas qualidades ingênicas em função do que faz para aumentá-las e discipliná-las. [...] O objetivo da instrução não é sobrecarregar com doutrinas, mas ensinar ao indivíduo como deve servir-se do seu cérebro para pensar. E frequentemente, um homem pensa melhor quanto menos abarrotado está pelo conhecimento passado. (FORD, 1954, p. 186-187)

A respeito dos contributos da análise gramsciana acerca do americanismo e do fordismo em consonância com as práticas educacionais, a professora Mirian Jorge Warde (2000) expõe um panorama que evidencia a intrínseca relação desses processos:

O que de central Gramsci oferece como base preliminar para se pensar o americanismo diz respeito, de um lado, ao fato de que ele de maneira absolutamente original e contrariando leituras prevaletentes apreendeu o americanismo como o fenômeno de maior envergadura no momento pelo qual o capitalismo estava passando, ou seja, Gramsci viu no americanismo um acontecimento “supraestrutural”, melhor dizendo um acontecimento de mudança radical de toda uma cultura cujo peso jamais poderia ser minimizado, posto que exercia a função de cimentar as reformas econômicas em curso (diria ele, o nome da reforma econômica é reforma intelectual e moral); de outro lado, Gramsci viu nessa cultura a operação de recriação do sujeito; ou seja, nos termos da época, o americanismo estava produzindo um “homem novo”. [...] Cabe reforçar, também, que Gramsci ajuda a pensar o americanismo como “mudanças do modo de se viver”, e como tal é processo de configuração subjetiva. Aí está um elemento fundamental sobre o qual o projeto se encaminha: *o americanismo como processo educacional, ao mesmo tempo que faz da educação o seu apanágio*. (WARDE, 2000, p. 42-43; grifos da autora)

Na década de 1930, o discurso a favor de uma reforma social que corroborasse o racionalismo industrial teve grande destaque no meio das elites industriais e intelectuais brasileiras. Os objetivos enfatizados seriam a maior produtividade e a eficiência do trabalho. Tais metas ganharam ainda mais força no contexto do crescente processo de industrialização nacional defronte aos impactos ocasionados pela crise de 1929.

Para a efetivação desses pleitos, o modelo fordista foi amiúde enfatizado em discursos de intelectuais do âmbito industrial pelo fato de basear-se na remodelação da sociedade como um todo, não apenas na fábrica, mas na totalidade da vida do indivíduo, incluindo a estrutura familiar, serviços médicos e educacionais, transformando o ser humano, assim, em um “sujeito industrial”, em vez de um mero operário. Desse modo, a constante busca pela sujeição integral do ser humano a favor do industrialismo consiste em

uma contínua luta contra a *animalidade* do homem, um processo ininterrupto, geralmente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão, que tornam possíveis as formas sempre mais complexas de vida coletiva, consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 2008, p. 63-64; grifos do autor)

Nesta nova etapa do industrialismo, além da adesão de novas qualificações técnicas, a produtividade dos indivíduos se fundamentou nos hábitos “racionais” dentro e fora dos seus locais de trabalho. A necessidade de que os trabalhadores aderissem a esses hábitos no seus cotidianos evitaria o desperdício de energias requeridas na linha de produção. Relações familiares estáveis, ausência de vícios e horário de descanso regrado seriam alguns dos hábitos “racionais” exigidos aos trabalhadores que beneficiariam a dinâmica do industrialismo (ZUCCHI, 2007).

Vale ressaltar que a realização deste projeto de reforma social não era unânime entre os detentores dos meios de produção. Para alguns indivíduos que faziam parte da elite econômica brasileira, uma possível reforma teria a potencialidade de implicar uma desordem social indesejada. Weinstein (2000, p. 75) explica esse debate

O debate sobre reformas sociais também ameaçava a harmonia dentro da própria elite, uma vez que membros proeminentes da sociedade paulista, inclusive indivíduos ligados a *O Estado de S. Paulo* e ao Partido Democrático, as apoiavam. Dado que muitos desses indivíduos também defendiam a redução das tarifas e eram ligados às elites agrárias e comerciais, os estudiosos ficaram inclinados a considerá-los como “antiindústria”. Não obstante, muitas dessas figuras eram ligadas a firmas que, pelo menos parcialmente, eram “industriais”; por exemplo, Armando Salles de Oliveira, editor de *O Estado* e líder do Partido Democrático, tinha grande participação numa empresa de eletricidade, e o próprio *O Estado* empregava centenas de gráficos numa oficina grande e mecanizada. E figuras como Salles e A. C. Pacheco e Silva estavam entre os mais entusiasmados defensores dos métodos racionais de organização do trabalho e do treinamento profissional. (Grifos da autora)

A defesa dos métodos racionais de organização do trabalho e do treinamento profissional fez parte de um projeto de hegemonia de uma parcela da burguesia industrial, e este tinha como pressuposto atender às necessidades do processo de industrialização em curso. No entanto, para a efetivação deste ambicioso plano político e sociocultural, o âmbito educacional entraria na pauta dos discursos e nas atuações dos intelectuais que comungavam com o respectivo anelo de uma reforma social pautada nos ideais industriais.

É válido ressaltar a importância que estes intelectuais a serviço do industrialismo delegaram aos diversos níveis e modalidades educacionais, não enfatizando apenas o ensino profissional e as técnicas de ofício das classes trabalhadoras, mas atentando-se também à formação das demais classes presentes na sociedade brasileira, de modo que o cotidiano, o pensamento e as práticas dos mais variados indivíduos formados pelo “novo” sistema

educacional integrassem e propiciassem o desenvolvimento da industrialização, independente da sua condição social. Segundo Saviani (2013, p. 192)

E, após a Revolução [de 1930], esse projeto de hegemonia (da burguesia industrial) tem sequência, emergindo como um de seus pontos-chaves a criação, em 1931, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que teve como seu primeiro presidente Armando de Salles Oliveira e como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho, além de Noemy Silveira, Júlio de Mesquita Filho e Raul Briquet. [...] Esse grupo, em especial Salles Oliveira, Roberto Simonsen e Júlio de Mesquita Filho, também esteve à testa da fundação da Escola de Sociologia e Política, em 1933, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. O IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930 que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional, não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual sua orientação foi decisiva.

Conforme os estudos apresentados por Weinstein (2000) e Saviani (2013), a figura de Armando de Salles Oliveira logrou de certo destaque neste contexto que englobou a busca por uma reforma social pautada nos ideais da produtividade industrial, principalmente na década de 1930.

Armando de Salles Oliveira nasceu em 1887, na cidade de São Paulo, e formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, localizada no mesmo município, o que daria continuidade na sua carreira de engenheiro e empresário. Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Julio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, fato que colaboraria com a consolidação da amizade e sociedade entre Armando e Julio em diversos empreendimentos. Em 1927, Armando assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do respectivo periódico por conta da morte de seu sogro, Julio de Mesquita.

No ano de 1931, em parceria com Roberto Mange, Aldo de Azevedo e outros indivíduos oriundos de setores industriais do estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira participou da fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) (CONCEIÇÃO, 2005), sendo eleito o primeiro presidente do Instituto. Filiado ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, em 1932 contribuiu com as articulações da Frente Única Paulista (FUP), que posteriormente desencadeariam na Revolução Constitucionalista, movimento de oposição ao presidente Getúlio Vargas. Em agosto de 1933, o engenheiro paulista foi nomeado por Vargas para exercer o cargo de Interventor Federal no estado de São Paulo e, em outubro do ano seguinte, foi eleito governador constitucional do respectivo

estado. Após renunciar ao mandato de governador no final de dezembro de 1936, em 1937, Armando lançou sua candidatura à presidência da República pelo Partido Constitucionalista (PC), integrando a União Democrática Brasileira (UDB).

Ao decretar o fechamento do Congresso Nacional e a anulação das eleições presidenciais do mesmo ano, Vargas sentenciou a prisão domiciliar de Armando de Salles Oliveira, condenação que teve a duração de aproximadamente um ano. A partir do final de 1938, Armando cumpriu a pena de exílio, tendo a França como seu primeiro destino, e os Estados Unidos em abril de 1939. Em 1943, mudou-se para a Argentina, permanecendo até o seu retorno ao Brasil em abril de 1945, desencadeado por sua anistia política. Fez parte da inauguração e da comissão diretora da União Democrática Nacional (UDN), partido composto por adversários políticos do Estado Novo. Seu falecimento ocorreu no dia 17 de maio de 1945, em São Paulo (ABREU, 2001).

Além de ter exercido uma participação efetiva na fundação de um instituto como o IDORT, que objetivava o “aprimoramento” técnico e humano das relações de trabalho pautado na racionalidade científica, à frente do governo estadual de São Paulo, Armando de Salles Oliveira priorizou a modernização do estado consubstanciada por um sistema de educação, de política cultural e de partidos políticos ferreamente disciplinados e de âmbito nacional (FERREIRA, 2007).

A associação direta da escola aos projetos de modernização e reconstrução social do país foi uma prática frequente nesse período (SOUZA, 2013), e o estado de São Paulo não esteve apartado deste processo. Portanto, é no interior dessas inovações que podemos compreender os novos significados delegados aos objetos de ensino (SOUZA, 2009).

A questão medular que fomentou o presente estudo foi a seguinte: Por que Armando de Salles Oliveira, engenheiro, gestor industrial e político, debruçou-se sobre a temática educacional assiduamente? Uma vez que a pesquisa admite a centralidade desta indagação, são desencadeados outros questionamentos correlatos, tais como: Que projeto cultural Armando tinha como anelo ao pensar desde a formação de crianças a intelectuais que supostamente “guiariam” a nação? Quais justificativas e demandas sociais fundamentaram os seus discursos e as suas atuações políticas ao defender veementemente a racionalização da população brasileira por via da educação? De que forma o saber científico e escolar foram salientados em seus discursos e em suas atuações políticas?

Após a formulação desses questionamentos, a presente pesquisa de mestrado analisa, fundamentada nos parâmetros historiográficos, o pensamento e a atuação política do intelectual Armando de Salles Oliveira com ênfase nas mais variadas práticas educativas propostas e implantadas por ele, tratando desde o ensino primário aos ensinos superior e profissional, no lapso temporal de 1931 a 1937.

Tal objeto de estudo se justifica pela atuação política e social da figura de Armando de Salles Oliveira na década de 1930, que presidiu o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), atuou como membro da direção do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi Interventor Federal (1933-1935) e Governador do estado de São Paulo (1935-1936).

Outrossim, a temática educacional foi demasiadamente tratada e problematizada nos pronunciamentos de Armando, afinal, a preocupação do intelectual com a realização de uma reforma da sociedade brasileira que atendesse às demandas de capacitação técnica e adaptação de conduta sociocultural que o desenvolvimento industrial fomentava no Brasil, tornou premente a necessidade de transformações nos sistemas de ensino paulista e nacional.

No que diz respeito à seleção das fontes para a realização da presente pesquisa, foi estabelecido um recorte temporal da trajetória de Armando de Salles Oliveira entre os anos de 1931 e 1937. O ano principiante é justificado pela fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), tendo em vista a importância de tal instituição para a difusão de ideais convergentes com a formação de indivíduos para o âmbito industrial, e ao mesmo tempo, a notável participação de Armando na efetivação do projeto de fundação do instituto, o exercício do cargo de primeiro presidente e a sua atuação na redação da revista científica do IDORT.

O ano que encerra o recorte temporal remete ao término do período da campanha presidencial de Armando, que culminou na sua prisão domiciliar decretada pelo presidente Getúlio Vargas, com o início do Estado Novo. O fato de a atuação política efetiva de Armando ter findado no ano de 1937 corrobora a delimitação da análise da presente pesquisa, afinal, os anos posteriores correspondem ao cenário de sua prisão, exílio e falecimento no ano de 1945 (SOUSA, 2016), sujeitos a outros objetos e temas de estudo.

Os pronunciamentos escritos analisados tiveram como filtro de seleção a autoria de Armando de Salles Oliveira ou comentários e notificações de terceiros no período estudado

a respeito da atuação do intelectual paulista. As temáticas selecionadas foram: educação, formação de indivíduos e atuação política de Armando de Salles Oliveira relacionados ao industrialismo em curso. Os documentos históricos coletados e analisados foram o acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), a Revista *IDORT*, os decretos estaduais de Armando de Salles Oliveira como Interventor Federal e Governador do Estado de São Paulo e seus discursos reunidos na obra *Escritos Políticos* (OLIVEIRA, 2002).

A escolha do periódico *O Estado de S. Paulo* (OESP) como fonte de nossa pesquisa fundamenta-se no fato de a imprensa ser compreendida como “uma força ativa da história do capitalismo” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257), atuando na constituição dos modos de vida da sociedade, na consciência e na perspectiva histórica desta. Em outras palavras, no nosso trabalho a imprensa foi estudada como “uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais” (MACIEL, 2004, p. 15).

Nesta perspectiva, foram selecionadas 14 reportagens e dois textos opinativos do acervo do jornal OESP publicados entre os anos de 1933 e 1937, que explicitam a atuação política de Armando de Salles Oliveira, a temática educacional e a formação de indivíduos nas práticas de governo e no pensamento do intelectual. Este recorte temporal iniciado no ano de 1933 se justifica pela ausência de publicações nos anos de 1931 e 1932. No período delimitado, a direção do OESP era composta por Nestor Rangel Pestana (até 1933) e por Julio de Mesquita Filho, cunhado de Armando de Salles Oliveira. No cargo de redator-chefe, o jornal contava com Plínio Barreto, e para o cargo de gerente, Ricardo Figueiredo. Foram contempladas matérias de autoria de Armando de Salles Oliveira, entrevistas com o paulista e publicações que se referem à sua atuação política e à temática educacional como critério em comum. O pequeno número de publicações selecionadas deve-se ao fato da grande repetição de conteúdo alusivo às demais fontes históricas (discursos e decretos) coletadas.

Na análise do conteúdo do periódico *O Estado de S. Paulo*, entendemos a imprensa

como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258)

No que diz respeito às edições de 1932 (primeira edição) e de 1933 da Revista *IDORT*, considerando que Armando foi membro da redação do item temático *Assuntos gerais do IDORT* no respectivo período, foram analisadas somente as matérias do respectivo item que arrazoam temáticas concernentes à formação e à preparação de indivíduos, admitindo a racionalização científica como o vetor principal de tais práticas educativas que visassem um maior desempenho produtivo por parte dos trabalhadores industriais. Com exceção ao recorte, também foi analisada a edição de 1945 que homenageou o falecimento de Armando publicando alguns de seus escritos de anos anteriores compatíveis com o recorte da pesquisa.

Com o objetivo de compreendermos a atuação política de Armando de Salles Oliveira diante das circunstâncias políticas e sociais do cenário nacional, não podemos negligenciar a importância legal da autoridade exercida pelo Poder Executivo no período em que Armando exerceu os cargos de Interventor Federal e Governador do estado de São Paulo. Ao analisarem o respectivo período, Diniz e Souza (2014, p. 214) afirmam que,

Por um lado, sucedeu em um período de instabilidade política e de autoritarismo marcado pela atuação dos interventores; por outro lado, contou com o papel proeminente do Poder Público Municipal negociando diretamente com o Poder Executivo.

Uma vez que o período mencionado foi consideravelmente marcado pelo autoritarismo dos interventores, a identificação e o estudo de decretos estaduais outorgados por Armando de Salles Oliveira enquanto este integrou o Poder Executivo paulista consistem em elementos fundamentais para a nossa pesquisa. Assim, foram analisados 28 decretos estaduais filtrados sob o critério de referência à atuação do poder público diante das temáticas relacionadas à educação e industrialismo, como por exemplo: decretos de fundação de instituições, obras, administração de recursos financeiros, reestruturação, gestão de funcionários etc. Tais dados coletados serviram como referência para a pesquisa no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos da gestão de governo de Armando de Salles Oliveira no âmbito educacional. Ademais, a análise discursiva dos decretos propicia uma compreensão dos intentos formativos de parte do poder público defronte à sociedade brasileira no período estudado.

A obra *Escritos Políticos* (OLIVEIRA, 2002), da editora ARX¹, reúne discursos políticos de Armando de Salles Oliveira publicados pelo próprio intelectual nas obras *Discursos* (OLIVEIRA, 1935), *Jornada Democrática* (OLIVEIRA, 1937a) e *Para que o Brasil continue* (OLIVEIRA, 1937b), que apresentam seus pronunciamentos oficiais nos anos de 1933 a 1937. Vale ressaltar a ausência do prefácio de *Jornada Democrática* na edição de 2002, e por este motivo, consideramos o respectivo texto, como exceção, em sua versão original. *Escritos Políticos* pertence à *Coleção Biblioteca Liberal*, sendo esta última patrocinada pelo Instituto Tancredo Neves (ITN), presidido na época pelo advogado, professor e político Vilmar da Silva Rocha.

Os discursos e pronunciamentos de Armando de Salles Oliveira foram organizados pelo jurista Arsenio Eduardo Corrêa, autor dos livros *A Frente Liberal*, *A Democracia no Brasil*, *Primórdios da Questão Social no Brasil*, entre outros. A edição de 2002 de *Escritos Políticos* conta com agradecimentos ao ITN pela reedição da obra, sendo esta uma homenagem realizada sob a autoria do então Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, diretor cultural do ITN, político e jurista, Cláudio Lembo. Segundo Lembo (2002), a respectiva edição consistiu em uma homenagem a Armando de Salles Oliveira na comemoração de cinquenta anos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, conforme o agradecimento a seguir

Em nome da instituição que presido, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, registro minha gratidão ao Instituto Tancredo Neves que, reeditando os *Escritos Políticos* de Armando de Salles Oliveira, neste ano de 2002, lança um marco nas comemorações do cinquentenário de minha Universidade, como forma de homenagear o criador da primeira instalada neste Estado – Armando de Salles Oliveira. (LEMBO, 2002, p. 6; grifos do autor)

Foram considerados os pronunciamentos que designam propostas políticas endereçadas à temática educacional. Neste mote, pretendeu-se explicitar os projetos educacionais de Armando de Salles Oliveira, bem como a finalidade sociocultural alvitrada por este, expondo fragmentos que nos auxiliaram no entendimento do “planeamento de nação” esboçado por Armando em suas declarações públicas.

¹ Foi realizada uma pesquisa a fim de obtermos maiores informações atinentes à respectiva editora, no entanto, não foram encontrados dados fidedignos. O endereço físico da editora informado na obra *Escritos Políticos* atualmente pertence a outro estabelecimento.

As respectivas fontes foram analisadas à luz do método gramsciano que pondera a revalorização das lutas culturais, as subjetividades, o papel dos intelectuais etc. (SILVA; LIMA, 2016). Segundo Gramsci (2006, p. 295)

Só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das fontes meramente econômicas e políticas. (Grifos do autor)

A fim de nos distanciarmos de uma perspectiva que dicotomiza dados objetivados e idealizados, privilegamos a organização das fontes de maneira que o pensamento e a atuação do intelectual estudado estejam intrinsecamente articulados, estabelecendo um vínculo dialético entre teoria e prática (SILVA; LIMA, 2016). Gramsci (2006, p. 146) enfatiza as multiplicidades da história e a necessidade da consideração dessas mesmas multiplicidades e o nexos entre elas:

A experiência sobre a qual se baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada; ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade, cujo estudo pode dar lugar ao nascimento da “filologia” como método de erudição na verificação dos fatos particulares e ao nascimento da filosofia entendida como metodologia geral da história. (Grifos do autor)

Ademais, ao lidarmos com as fontes históricas, consideramos, em nossa análise, os discursos que as envolvem, bem como o contexto no qual estariam inseridas

Nessa direção, a análise documental deve sempre relacionar documento e contexto. Os documentos devem ser relacionados à produção material dos homens e sua vida em sociedade. Para entender o documento sob tal perspectiva, deve-se inserir o objeto de estudo em seu contexto, e não privilegiar o singular em detrimento do universal, tampouco fazer generalizações, mas sim estabelecer uma relação dialética. [...] Deve-se, portanto, considerar o momento no qual o documento foi produzido e quem o produziu. (RUCKSTADTER, F; RUCKSTADTER, V., 2011, p. 115)

Em consonância com esta metodologia histórica, a concepção da atuação de um determinado intelectual relaciona dialeticamente as minúcias históricas e socioculturais presentes na trajetória deste indivíduo. Gramsci ressalva (1991, p. 8-10):

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” [...]. A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada” (Grifos do autor)

Logo, conforme a perspectiva gramsciana, a metodologia de analisar os intelectuais considera as relações sociais que consolidam as atividades dos intelectuais, e não se limita em apenas classificar e categorizar o que é atividade intelectual

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 1991, p. 7)

Apesar da passagem de Armando de Salles Oliveira por cargos que não estavam diretamente ligados à esfera educacional, mas sim à gestão social (presidência do IDORT, Interventor Federal e Governador), nossa articulação das fontes atinente ao seu pensamento privilegiou a função social que o intelectual delegou à educação, bem como os motivos e necessidades da população brasileira inventariados por ele que justificaram suas proposições e atuações políticas referentes à educação no período estudado.

Ademais, é válido ressaltar que esta pesquisa não se propôs ao aprofundamento de estudo alusivo aos aspectos pedagógicos nos diferentes níveis e modalidades educacionais defendidos pelo intelectual. Seguimos em outra direção ao focar nossa análise nas funções socioculturais da educação admoestada por Armando, como também nos efeitos pleiteados por este na ordem social vigente.

Outrossim, uma vez que a atuação política do intelectual paulista foi demasiadamente marcada por temas como indústria, gestão populacional, reforma social, organização racional do trabalho, desenvolvimento científico etc., asseveramos as práticas educativas como uma amálgama destas temáticas que permearam a trajetória de Armando de Salles Oliveira.

Não obstante, o trabalho de articulação das fontes prospectadas oportuniza a compreensão das práticas de apropriação cultural e permite mapear aspectos relevantes da trajetória do intelectual observado. Conforme Carvalho (1999, p. 1) explicita

[...] os intelectuais que, nas décadas de 1920 e 1930, de algum modo tomaram a si a tarefa de remodelar o imaginário e as práticas pedagógicas no país são personagens-chave na elucidação dos processos materiais de produção, circulação e uso dos saberes pedagógicos no Brasil. Os crivos que configuraram a apropriação que fizeram, do que leram, viram, ouviram, vivenciaram, na sua privilegiada itinerância por circuitos culturais estranhos à grande maioria das populações brasileiras, foi determinante na configuração de suas estratégias de reconstrução do país pela cultura, na qualidade de autores, editores, organizadores de coleções, tradutores, professores ou reformadores dos sistemas públicos de ensino. Identificar os modelos culturais inscritos nas suas práticas de apropriação e transitar pela complexa rede de relações culturais tecida nos seus itinerários pedagógicos é questão de interesse central para a história da educação no Brasil.

Fundamentada nestes parâmetros, a apropriação e organização das reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*, das matérias da revista *IDORT*, dos decretos estaduais outorgados por Armando e os seus escritos políticos não foram pautadas em uma sistematização categorizante das fontes, mas em uma articulação direta destas fontes com a trajetória e o pensamento do intelectual no período estudado.

A presente dissertação está organizada e estruturada em três capítulos. O primeiro, intitulado *A Trajetória de Armando de Salles Oliveira*, apresenta aspectos biográficos do estadista como a sua formação acadêmica; sua carreira de engenheiro; a atuação do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* na sociedade brasileira e seu vínculo com esta instituição e seus membros; a carreira política iniciada com a nomeação de Interventor Federal no estado de São Paulo, o mandato de Governador do mesmo estado e a campanha presidencial que culminou na prisão domiciliar e no posterior exílio que seria findado meses antes de sua morte. A apresentação desses aspectos biográficos possibilita identificar a aproximação do intelectual paulista com o industrialismo em curso e a revolução cultural requisitada por este industrialismo que seria consubstanciada nos setores educacionais e de formação de indivíduos, conforme os capítulos seguintes apresentam.

O segundo capítulo intitulado *O Ensino Profissional* trata da atuação de Armando de Salles Oliveira na formação das classes trabalhadoras entre os anos de 1931 a 1937. Tal modalidade de ensino apresenta-se como precursora de seu projeto político e cultural, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), presidido pelo paulista, teve uma função crucial na difusão dos ideais da racionalidade industrial no invólucro da sociedade brasileira nas décadas de 1930 e 1940.

O terceiro capítulo intitulado *Industrialismo e Escolarização* analisa como Armando de Salles Oliveira e seu grupo, por meio de políticas públicas, admoestaram e

estabeleceram um sistema educacional articulado e orgânico pautado por demandas do industrialismo em curso. Com a expansão, organização e coesão entre os ensinos primário, secundário e superior, as reformas educacionais realizadas objetivaram transcender o âmbito pedagógico, almejando uma revolução cultural na sociedade brasileira que contribuísse com o desenvolvimento industrial.

Capítulo I: A Trajetória de Armando de Salles Oliveira

1.1 Formação e carreira de engenheiro

Armando de Salles Oliveira nasceu na cidade de São Paulo, em 1887, filho do engenheiro sanitário e Senador Francisco de Salles Oliveira Júnior e de Adelaide de Sá. Na juventude, o pai de Armando viajou para a Bélgica com o amigo e parente Luiz Pereira Barreto a fim de galgarem uma formação de nível superior. Francisco dedicou-se à carreira de engenharia, e seu amigo tornou-se médico.

Ao retornar para o Brasil, o engenheiro sanitário exerceu altos cargos da administração pública, incluindo a presidência da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, instituição que mais tarde teria influente atuação de Armando de Salles Oliveira, tanto no âmbito de exercício profissional do paulista quanto na esfera política nos períodos de Inventoria Federal e de governo do estado de São Paulo pelos quais Armando foi responsável.

No que diz respeito à formação primária, Armando de Salles Oliveira frequentou a instituição de ensino paulistana Colégio Progresso Brasileiro. Quanto aos estudos de nível secundário, ele os realizou no Ginásio do Estado. Ao concluir sua formação de nível secundário, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica de São Paulo, logrando de uma considerável atuação política estudantil, sendo vice-presidente e posteriormente presidente do Grêmio Politécnico, além de redator da *Revista Politécnica*. Participou de um Congresso Acadêmico realizado em Buenos Aires, na Argentina, com o propósito de exibir os resultados dos estudos do Gabinete de Resistência de Materiais, da Escola Politécnica de São Paulo (SILVA, 1980).

Além dos estudos técnicos, é importante ressaltar a presença filosófica de pensadores como Herbert Spencer e Augusto Comte nas discussões intelectuais, inclusive na Escola Politécnica no período em que Armando se formou engenheiro. Dessa forma, a fim de compreendermos o intelectual como “uma pessoa do seu próprio tempo”, as correntes filosóficas que permearam o respectivo período não podem ser ocultadas ou descartadas no entendimento do pensamento e trajetória do indivíduo estudado.

Ainda na condição de estudante de engenharia, o politécnico ingressou na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e lá permaneceu após concluir sua faculdade, sendo responsável pela construção de alguns trechos ferroviários e, posteriormente, pela construção da usina hidroelétrica da Corredeira de Itaipava, no Rio Pardo, que pertencia à Companhia de Eletricidade São Simão-Cajurú, na qual foi incorporador e diretor.

Atuou como diretor em diversas instituições do estado de São Paulo relacionadas ao setor de engenharia e construção, como a Companhia Força e Luz, de Jaboticabal; na Empresa Orion, da cidade de Barretos e na Empresa de Eletricidade de Rio Preto. Ao estabelecer sociedade com seu sogro Julio Mesquita e com o político Cincinato César da Silva Braga, Armando articulou a construção da Usina da Cachoeira do Marimbondo, da qual foi proprietário (IDORT, 1945).²

Em um discurso referente à sua campanha presidencial, proferido no dia 14 de agosto de 1937 para aproximadamente 30 mil pessoas – segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* (O SR. ARMANDO SALLES, A CAMINHO DE BELO HORIZONTE. *O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 1937, p. 9), na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e transmitido pelas rádios *Tupi*, *Ipanema*, *Jornal do Brasil*, *Guanabara*, *Educadora* e *Bandeirante*, Armando de Salles Oliveira compartilhou com a multidão uma parcela de suas memórias sobre o período em que atuou como engenheiro, narrando algumas das impressões que vivenciou na condição de gestor de obras, bem como as dificuldades e empecilhos que julgou pertinentes para uma possível análise que visasse uma hipotética solução para a realidade social brasileira que ele delineou. Publicado em *Escritos Políticos*, o respectivo discurso traz as seguintes considerações:

Construindo uma obra de importância, em pleno sertão, pude estudar de perto o caráter e as tendências do brasileiro, no trato de trabalhadores provenientes de todos os pontos do país. No confronto dos trabalhadores estrangeiros, que cooperavam no serviço, tive os meios de avaliar a resistência e a ductilidade da matéria humana de que o Brasil dispõe. Era um pequeno mundo isolado, mas nele estava um resumo do Brasil, com todos os seus problemas vitais. Aproveitava-se apenas uma fração de uma poderosa queda d'água. O restante, como quase todas as nossas riquezas, permanece inexplorado. Lutava-se com a distância e com o transporte, com a falta do operário especializado e do mestre de ofício, com a insuficiência de técnicos e até com o analfabetismo. Havia os problemas da

² Informações coletadas do editorial sem autor intitulado: “Dados biográficos do fundador do IDORT”, publicado pela revista *IDORT* em sua homenagem póstuma a Armando de Salles Oliveira na edição do ano de 1945 do respectivo periódico.

habitação, da alimentação e da assistência hospitalar, e os flagelos da malária e das outras endemias. Não faltavam motivos de meditação para os grandes problemas do trabalho, das populações rurais, das migrações internas e da colaboração estrangeira. Espectros presentes a cada momento, ameaçando o serviço com a procrastinação ou com o abandono, havia o problema do capital e, sobretudo, o do crédito – do crédito até hoje inexistente para a imensa classe dos brasileiros que produzem. Não tendo obtido, em nenhuma modalidade, a cooperação dos capitais necessários, passei a outros o encargo de rematar a obra, quase concluída. Parti vincado pela experiência, mas com o pensamento fixado em todas as grandes necessidades do Brasil. (OLIVEIRA, 2002, p. 392-393)

Sob o ponto de vista da produção econômica, consideramos a potencial oferta abundante de recursos naturais e humanos que o engenheiro paulistano identificou no território nacional. No entanto, o entrave operacional consistiria no aproveitamento parcial destes recursos disponíveis. Tal relato evidencia a preocupação que um engenheiro ligado ao setor industrial admitiu em relação à temática de preparo para a mão de obra, gestão e aproveitamento de recursos humanos, além da ausência de crédito financeiro.

A lógica de gerar a máxima eficiência produtiva perante os recursos disponíveis consubstanciou a respectiva análise do cenário relatado. Ao deparar-se com um local repleto de carências sociais, que impossibilitavam a efetivação do desenvolvimento do setor industrial, o jovem engenheiro não distanciaria a sua ênfase de atuação nos diversos mecanismos operacionais e sociais que viabilizassem ações profícuas à expansão quantitativa e qualitativa da esfera industrial.

É válido ressaltar a importância do relato anterior que remete às peculiaridades das condições de vida do cotidiano da população local observadas por Armando, como as problemáticas da habitação, alimentação e saúde, associando diretamente esses aspectos vigentes da rotina dos trabalhadores com o grau de desempenho produtivo dos mesmos. Nesse sentido, uma possível busca pela maior produtividade dos trabalhadores não se limitaria apenas aos aspectos técnicos de ofício, mas englobaria um setor de serviços sociais, em concomitância com instituições paralelas que se preocupassem com o lazer e a instrução desses trabalhadores (ZUCCHI, 2005).

No período de 1923 até 1928, Armando de Salles Oliveira realizou frequentes viagens para diversas nações do continente europeu a fim de especializar-se na sua carreira de engenheiro e diretor industrial.³ Os seus destinos privilegiaram os centros que

³ Segundo Silva (1980), Armando optou por viajar, principalmente, para a Suécia, Alemanha e França, e nesta última, realizou diversos cursos relacionados à cultura geral e humanística na Universidade Sorbonne, em

concentravam as atividades de engenharia e que se dedicavam principalmente à metalurgia, à eletricidade, ao setor ferroviário e à fabricação de adubos químicos (IDORT, 1945). Na década de 1920, portanto, Armando dedicou-se em aprimorar seus conhecimentos relacionados à engenharia e às questões industriais, além de atuar na direção do jornal *O Estado de S. Paulo*.

1.2. O jornal *O Estado de S. Paulo* e seu grupo

Armando de Salles Oliveira casou-se com Raquel Mesquita, filha de Julio Mesquita, dono do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), fato que desencadearia a amizade e sociedade entre Armando e Julio em diversos empreendimentos, conforme mencionado anteriormente. O genro de Julio Mesquita atuara desde o ano de 1915 até o ano de 1938 como diretor do OESP, publicando diversos artigos e com uma participação mais efetiva e direta no jornal principalmente na década de 1920. Em 1927, o engenheiro paulista assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal em virtude da morte do sogro Julio Mesquita (IDORT, 1945).

No Brasil, até 1917, o Estado não se preocupou em tratar das relações entre capital e trabalho, negligenciando qualquer tipo de diálogo referente às reivindicações trabalhistas. Nesse período, os líderes republicanos se mobilizaram somente na contenção e opressão física aos movimentos operários. Exemplos dessa conduta governamental se explicitam na greve dos ferroviários paulistanos, em 1906, e na tentativa de greve geral, em 1907. Em ambos os casos o Poder Público atuou com o uso da força e combate repressivo aos movimentos trabalhistas, o que impossibilitou qualquer tipo de conciliação amistosa entre as partes envolvidas (WEINSTEIN, 2000).

No entanto, a partir da greve geral de 1917, tanto o Estado quanto os patrões alteraram os métodos de intervenção aos movimentos operários. A necessidade de regulamentar as relações de trabalho se tornou cada vez mais premente com o desenvolvimento da industrialização e da massificação da classe operária no meio urbano.

Paris. Em suas viagens para a Europa, o intelectual paulista iniciou negociações com empresários ingleses a fim de obter capitais para o desenvolvimento de suas empresas elétricas. No entanto, com a eclosão da Coluna Prestes, movimento contrário ao presidente Artur Bernardes, e com uma situação econômica desfavorável, Armando infirmou a captação de recursos estrangeiros para o desenvolvimento de suas empresas e, no ano de 1927, vendeu-as para o grupo Bond & Share, responsável pela organização das Empresas Elétricas Brasileiras.

Muitos intelectuais e industriais começariam a defender a atuação do Estado nesta mediação e, em tautocronia, uma organização racional que desencadeasse a reestruturação do âmbito industrial (WEINSTEIN, 2000).

Com o advento mais consistente da industrialização e da urbanização nas décadas de 1920 e 1930, as diversas agitações políticas do período evidenciaram o complexo movimento socioeconômico que o país vivenciara, em consonância com um processo de transformação de caráter do poder (DECCA, 1981). As elites paulistas, por sua vez, não estiveram apáticas a este processo.

Todavia, conforme destaca Weinstein (2000), não havia um consenso discursivo entre as elites no que diz respeito às reformas sociais e a um “plano de nação” homogêneo. Para alguns grupos considerados mais tradicionais e conservadores, possíveis alterações no âmbito cultural poderiam desestruturar a ordem social vigente. Para outros, que se consideravam mais progressistas, somente uma reestruturação cultural da sociedade brasileira facultaria a expansão da industrialização e o conseqüente desenvolvimento da produção nacional. Este último grupo, segundo Fausto (1978), admoestava a organização da sociedade brasileira fundamentada na lógica industrial moderna e pautada nos princípios do liberalismo: “O moderno apareceu, no pensamento dominante do período, entrelaçado ao ideário do liberalismo” (FAUSTO, 1978, p. 37).

A economia política debruçou-se sobre as problemáticas pertinentes ao crescente processo de industrialização e, em consonância a um ideal fabril civilizatório (DECCA, 1984), a moralização do espaço urbano passou a ser objeto dos projetos educativos a fim de possibilitar uma convivência harmoniosa entre os diversos agrupamentos sociais que se estabeleciam nas cidades, uma vez que estas vivenciavam uma etapa de considerável expansão demográfica no respectivo período (CARVALHO, 1998)⁴.

Nesse contexto, o grupo de intelectuais à frente da direção do OESP, formado pelos dois irmãos Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, Nestor Rangel Pestana, Plínio Barreto e Armando de Salles Oliveira (LIMA, 2008), que integrava esta vertente dita progressista e liberal, visava a uma reforma da população nacional no plano cultural alicerçada na ciência e na racionalidade industrial, elegendo a educação como um

⁴ Em 1890, a cidade do Rio de Janeiro, na condição de Distrito Federal, e a capital paulista contavam com 522.651 e 64.944 habitantes, respectivamente. No ano de 1920, no Rio de Janeiro e em São Paulo habitavam 1.157.873 e 579.033 pessoas, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936).

mecanismo instrumental para a materialização de tais intentos. Conforme alerta o historiador Edgar de Decca (1981, p. 36): “O que estava latente era a questão da organização do processo de trabalho”.

Porém, é importante enfatizar que as novas tendências educacionais não se restringiam às camadas operárias e nem a conhecimentos específicos de ofício. Ao considerarmos a produção publicitária das grandes mídias impressas do período, como a Folha e o OESP⁵, verificamos que

pautavam sua ação pública pela defesa da importância de se formar elites intelectuais capazes de governar o país. Nos dois casos, modernização, progresso e ciência eram conteúdos necessários ao Brasil que se pretendia construir e para os quais a educação tinha papel fundamental. (NEMI, 2008, p. 116)

Por meio de suas publicações, esses jornais argumentavam que o Brasil enfrentava diversos problemas de ordem social, econômica e política, e tais empecilhos eram potencializados pelas presentes relações de embate entre trabalho e capital, fatores que requeriam uma premente resolução devido a sua crucial importância (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Problemas relacionados à fome, à saúde, à higiene, ao desemprego, à expansão de favelas e cortiços, ao analfabetismo etc., estavam presentes no cenário brasileiro republicano. Contudo, faziam parte do invólucro do sistema capitalista de produção, da busca do lucro máximo e da redução máxima de custos pelos detentores dos meios de produção e da consequente precarização das condições de trabalho, propiciando uma realidade presente desde o início do século XIX (BENEVIDES, 1991).

É preciso destacar que esses entraves sociais afetariam qualquer tipo de desenvolvimento do setor industrial nacional, logo, uma reforma social seria necessária. A historiadora Bárbara Weinstein analisa esta problemática

Foi a busca deste objetivo – a promoção do bem-estar social geral pela maior produtividade e eficiência – que tornou o discurso dos defensores do racionalismo permeável ao sentimento reformista. O projeto fordista aspirava à reorganização da sociedade como um todo, não apenas a fábrica, o que exigia serviços médicos e educacionais de determinado padrão, horas de lazer para

⁵ “Também nos dois jornais, destacam-se conteúdos da ideologia liberal que apostava nos investimentos privados e na possibilidade de represar conflitos sociais pela ação esclarecida das instâncias de representação política, como o parlamento” (NEMI, 2008, p. 116).

consumir e para recreação sadia, e uma sólida estrutura familiar. Além disso, dada a tendência mundial para reformas trabalhistas, inclusive as bem divulgadas recomendações do Tratado de Versalhes, uma rígida oposição a tais reformas só podia resultar em conflitos sociais e desordem. Isso não era um aspecto de pouca importância para os industriais adeptos da racionalização, uma vez que eles consideravam a paz social tanto um pré-requisito quanto uma consequência da implantação de seu projeto. A necessidade de harmonia entre as classes tornava inevitável determinadas concessões, mesmo as de natureza “não científica”. (WEINSTEIN, 2000, p. 75; grifos da autora)

Consoante Cerqueira Filho (1982, p. 48): “A constituição de um Estado que se pretende *res publica* (coisa pública) leva, inevitavelmente, a uma concepção diferente de povo e a uma relação particular entre este e o Estado”. O autor ressalta, ainda, que as ferramentas até então existentes que conservavam o *status quo* não eram mais suficientes (CERQUEIRA FILHO, 1982). A regulamentação das relações entre capital e trabalho não poderia mais ser tratada exclusivamente como “caso de polícia”, o que demandaria novas estratégias de gestão populacional por parte do Estado e novas estratégias de gestão trabalhista por parte do patronato.

Nesse mote, a atuação de membros do OESP na Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) deve ser considerada. Fundada em 1916 e pautada nos ideais nacionalistas de Olavo Bilac, a LNSP admitia forte vínculo com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tendo a marcante presença de jornalistas e bacharéis em Direito na Diretoria e no Conselho Deliberativo, como Julio Mesquita, Amadeu Amaral, Mario Pinto Serva, Nestor Rangel Pestana, José Bento Monteiro Lobato, Plínio Barreto, Antônio de Sampaio Dória e Armando de Salles Oliveira, sendo todos estes ligados ao OESP (LEVI-MOREIRA, 1984). Frederico Vergueiro Steidel atuou na presidência da LNSP, que teve como vice-presidentes Antônio Francisco de Paula Souza e Arnaldo Vieira de Carvalho.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, o jornal OESP servia como veículo para a propagação das ideias da LNSP. Levi-Moreira discorre sobre as principais correntes ideológicas da LNSP

A noção de “crise”, veiculada em artigos do jornal *O Estado de São Paulo* desde 1915, revelava que, aos olhos de intelectuais próximos às classes dominantes, ia ocorrendo uma desestruturação de ordem “harmonicamente” estabelecida no passado. A situação, tanto a nível internacional quanto nacional, lhes parecia em desordem. Cabia, segundo eles, aos indivíduos possuidores do “saber” encontrar uma solução. (LEVI-MOREIRA, 1984, p. 69; grifos do autor)

E continua

Para certos articulistas de *O Estado de São Paulo*, por exemplo, a política oficial paulista distanciava população e governo, originando uma situação de não representatividade desta população nas esferas de poder. Essa situação era em parte atribuída ao predomínio do executivo sobre os demais poderes. Julgava-se importante restabelecer o equilíbrio entre os poderes. [...] Através de vários artigos publicados em *O Estado de São Paulo*, entre 1915 e 1916, constata-se que a “regeneração da nacionalidade” era colocada como dependente, em larga medida, das seguintes questões: melhoria do nível educacional da população; institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar e do voto secreto. A LNSP se constituiu ao redor deste trinômio (escola – reforma do voto – serviço militar). Em 1915, era fundado o Centro Nacionalista, embrião da Liga, cuja comissão organizadora era constituída por estudantes da Faculdade de Direito. A Liga seria fundada cerca de um ano mais tarde, em 15 de dezembro de 1916. Esse evento marcava uma atitude de otimismo no campo da política, após duas décadas em que o debate político caracterizara-se pela descrença no funcionamento das instituições republicanas. (LEVI-MOREIRA, 1984, p. 69-70; grifos do autor)

No que diz respeito ao plano político da década de 1920, Armando de Salles Oliveira filiou-se ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, sendo este último fundado em 1924, resultado de uma cisão do Partido Republicano Paulista (PRP) e posteriormente absorvido pelo Partido Constitucionalista (PC) em fevereiro de 1934 (FERREIRA, 2007). Segundo Lima (2008), o PD contou com grande apoio do jornal *O Estado de S. Paulo* em sua trajetória.

No final da década de 1920, o país vivenciou um momento intenso de agitações políticas que culminaram na Revolução de 1930, tendo Getúlio Vargas como figura central do poder federal durante o Governo Provisório.

Apoiado pelo Partido Democrático, Getúlio Vargas torna-se candidato oficial à Presidência da República, tendo como vice João Pessoa. O objetivo era restaurar de forma democrática a política do país. A vitória do candidato do PRP, entretanto, derruba as chances diretas de a reforma acontecer. Assim, em dois de outubro de 1930, tem início a Revolução de 30, que possuía como líder principal a figura de Vargas e o apoio militar dos tenentes, da Aliança Liberal, da família Mesquita e do jornal *O Estado de São Paulo*, entre outros. (LIMA, 2008, p. 18)

Entretanto, essa aproximação do grupo do OESP com Getúlio Vargas não se estendeu ao período do Governo Provisório. Após a Revolução de 1930, o governo varguista teve um efetivo distanciamento de parte dos grupos que o apoiaram na Revolução e, em especial, dos paulistas do OESP.

Uma vez vitoriosos, instala-se o governo provisório e, em seguida, a presidência é entregue a Getúlio Vargas. No poder, fica claro que o programa da véspera não seria cumprido, especialmente no que se referia a São Paulo, isto é, o apoio ao café e a entrega do poder aos membros da Aliança Liberal. Os que haviam sido aliados até então são alijados do poder e, em lugar daqueles civis, jovens militares de confiança ocupam os postos executivos. (STEUER, 1982, p. 26)

Uma vez “afastados” da composição do governo federal, membros da elite paulista (incluindo o grupo do OESP) começaram a delinear uma articulação política de oposição ao presidente Getúlio Vargas. De acordo com Lima (2008), nesse período foi retomado o hábito de realizar reuniões na redação do jornal OESP. No bojo dessas reuniões, surgiu a Frente Única Paulista (FUP), da qual Armando Salles de Oliveira participou e que contribuiu assiduamente para a promoção da eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932.

Além da criação da FUP, outros eventos de insatisfação política com o governo varguista por parte da população paulista foram importantes nesse processo:

O marco desse descontentamento foi o aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1932. Milhares de paulistas foram à Praça da Sé não apenas para participarem da tradicional missa, como também para protestar. Faixas, cartazes e panfletos refletiam em palavras a indignação dos manifestantes. Terminada a missa, a multidão percorreu a cidade em direção à sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Lá chegando, as pessoas ouvem a um discurso de Julio de Mesquita Filho que proferia, entre outros temas, a figura dos Bandeirantes, bem como de sua missão; os direitos dos paulistas; ataca o governo federal pela falta de respeito à importância do estado de São Paulo para o país e por ter nomeado interventores de outros estados para São Paulo. (LIMA, 2008, p. 19)

A Revolução de 1932 se inicia no dia nove de julho. Como estratégias de combate ao Movimento Constitucionalista, o governo federal utilizou a imprensa e o rádio para difundir que o movimento paulista estava imbuído de um sentimento separatista e reacionário, traçando um cunho antinacionalista da revolta. As ofensas ideológicas foram perenes de ambos os lados, e diversas batalhas armadas foram travadas no território do estado de São Paulo. Decorridos três meses de intenso combate, o armistício foi assinado e, junto com ele, foi decretado o exílio para Portugal de diversos líderes paulistas.

Pelo fato de Julio de Mesquita Filho fazer parte do grupo de exilados para o território lusitano, Armando de Salles Oliveira ficou à frente do jornal OESP e vivenciou

momentos de incerteza devido aos eventuais contatos com seu cunhado exilado e com as constantes ameaças do governo federal de fechar o periódico. Ainda, justificada pelo momento adverso, a situação financeira do jornal não estava favorável. Contudo, em 21 de agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira foi nomeado Interventor Federal no estado de São Paulo, o que demonstrou um momento de trégua e conciliação do governo federal com os paulistas, fazendo regressar ao território pátrio diversos líderes do Movimento Constitucionalista, dentre eles, Julio de Mesquita Filho (LIMA, 2008).

1.3. A carreira política e o exílio

Viestes com o objetivo exclusivo de fazer uma Constituição. Na altura a que os acontecimentos nos trouxeram, deixaram efetivamente de nos interessar os perigosos ajustes de contas, as incandescentes retaliações de puro personalismo e, ainda, as estéreis discussões sobre o ser ou não ser destes três últimos anos de governo discricionário. Fiel às suas ideias, São Paulo procura colaborar ativamente com os delegados dos outros estados, para garantir a vida e prestigiar a obra da Constituinte. Não para si, mas em nome dos mais altos ideais do Brasil, sustentará com firmeza os postulados que reputa inerentes à existência do regime federativo. (OLIVEIRA, 2002, p. 28-29)

O trecho citado acima provém de um discurso proferido por Armando de Salles Oliveira em um almoço oferecido no Rio de Janeiro pelos deputados constituintes de São Paulo, em cinco de dezembro de 1933. Entendendo possíveis “ajustes de contas” como “perigosos”, o paulista descarta qualquer hipótese de retomada dos embates e divergências entre o estado de São Paulo e o governo federal no período que sucedeu a Revolução de 1930 e culminou na eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932.

A fala de Armando expressa a sua preocupação com a elaboração de uma Constituição Federal e, para que tal intento se materializasse, a aproximação política de São Paulo com os demais estados e com o governo federal seria um elemento estratégico crucial no caminho dos paulistas. Dessa forma, pelo menos no plano discursivo, o enaltecimento de uma unidade nacional e um certo atenuamento de ideais regionalistas entram na pauta de alguns indivíduos que articularam o Movimento de 1932, dentre eles, Armando de Salles Oliveira. Nessa lógica, o regionalismo operaria de forma que beneficiasse a unidade federal e vice-versa, sendo ambos indissociáveis.

Aproximadamente quatro meses antes, em 16 de agosto do mesmo ano, o presidente Getúlio Vargas nomeou Armando para exercer o cargo de Interventor Federal de São Paulo, um “civil e paulista”, atendendo às reivindicações e concomitantemente viabilizando uma conciliação política com os grupos que articularam a Revolução Constitucionalista de 1932. No decreto de posse, o chefe do governo federal declamou as seguintes palavras: “Quero que compreenda, em toda a sua amplitude o significado de meu ato: com este decreto, entrego o governo de São Paulo aos revolucionários de 1932” (PANDOLFI, 2003, p. 3).

Apesar de o estado de São Paulo ter sido militarmente derrotado pelas forças federais no ano de 1932, os impactos do movimento Constitucionalista que desencadearam a aproximação do presidente Getúlio Vargas com São Paulo mediante a nomeação de Armando de Salles Oliveira como Interventor Federal, além do debate e elaboração de uma nova Constituição em 1934, significaram uma “vitória moral” dos paulistas.

Três meses e mais de 600 mortos depois, os paulistas se renderam e os políticos envolvidos no movimento foram presos e exilados. Sufocando o movimento, Getúlio Vargas marcou eleições para a Constituinte para maio de 1933, num gesto de aproximação com os políticos de São Paulo. A convocação foi imediatamente assumida como uma vitória moral: “Perdemos, mas vencemos” tornou-se a versão oficial do episódio. (COHEN, 2012, p. 43)

A legalidade do poder estadual dos paulistas autenticada pelo governo de Armando permitiu novas articulações que remetessem a um projeto político concernente aos ideais dos grupos com os quais o Interventor paulista comungava. Segundo a historiadora Carolina Soares Sousa (2016), a criação do Partido Constitucionalista (PC) e a priorização da eficiência administrativa na governança da prefeitura de São Paulo, sob a gestão do empresário Fabio Prado, estariam na pauta deste projeto político de poder. De acordo com Love (1982, p. 238): “Como interventor e depois governador de São Paulo de 1933 a 1936, Salles foi sem dúvida o personagem mais poderoso na política paulista da década de 30”.

No que diz respeito à fundação do PC, Armando necessitava de um novo partido a fim de consolidar a sua força política em São Paulo e oportunizar a sua futura candidatura à presidência da República, em 1937 (RAMOS, 1980). No início do ano de 1934, o Partido Democrático, do qual Armando fazia parte, sofreu uma cisão interna e incorporou-se a uma nova agremiação política, o Partido Constitucionalista. Tal como Armando, outros antigos membros do Partido Democrático contribuíram com a organização do PC, dentre eles

podemos citar os políticos Waldemar Ferreira, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Henrique Bayma, Cezário Coimbra, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Carlos de Moraes Andrade, Aureliano Leite, Pedro Ferraz do Amaral, Henrique de Sousa Queiroz, Marcos Mélega, e o grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, representado por Julio de Mesquita Filho (SOUSA, 2016), que disponibilizava no seu periódico um caderno intitulado *Jornal do P.C.*, exclusivamente dedicado para as publicações do novo partido.

Além do caderno do *Jornal do P.C.*, é interessante ressaltar a importância das publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito do frequente enaltecimento, por parte do periódico, sobre as campanhas políticas do PC nas esferas municipal, estadual e federal e dos feitos políticos dos Constitucionalistas desde o ano de 1934 até 1937. É possível afirmar que o jornal *O Estado de S. Paulo* operou, principalmente na década de 1930, como um “instrumento de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade brasileira” (CAPELATO; PRADO; 1980, p. 22).

Ao tratar das ações políticas de Armando de Salles Oliveira ou de algum apoio a este de grupos e sujeitos considerados importantes, o jornal geralmente apresentava a exaltação de tais fatos nas suas primeiras páginas, conforme os exemplos a seguir:

A viagem do interventor paulista

RIO, 15 ("Estado") — O dr. Armando de Salles Oliveira permaneceu hoje em seu apartamento para receber as numerosas visitas, que o têm procurado e as pessoas com quem desejava conferenciar.

Logo ás primeiras horas da manhã teve o interventor paulista longa palestra com o deputado Cincinato Braga, sendo nella tratado, entre outros assumptos, o andamento das emendas, apresentadas pela bancada paulista perante a comissão constitucional.

A seguir foi o dr. Salles Oliveira procurado pelo embaixador italiano, que se demorou em palestra com s. exa. Durante a mesma, o interventor prestou, a esse diplomata, varias informações sobre a organização da Universidade de S. Paulo, assumpto pelo qual o representante da Italia se mostrou muito interessado.

Outros deputados paulistas visitaram o interventor, entre os quaes notámos o sr. R. Pínhelro Lima. Almoçaram com o dr. Salles Oliveira os deputados Alcantara Machado, "leader" da bancada, Cardoso de Mello Netto e Henrique Bayma.

A' tarde, foi o interventor paulista visitado pelos deputados fluminenses srs. Fernando de Magalhães, Fabio Sodré e José Eduardo de Macedo Soares. Recebeu em seguida a visita do professor Laudelino Freire.

Tambem foi o dr. Armando de Salles Oliveira procurado pelo sr. F. Werneck, deputado pelo Partido Socialista de São Paulo.

E, já ao cair da tarde, estiveram em demorada visita ao interventor paulista os constituintes riograndenses srs. Raul Bittencourt, Renato Barbosa e Demetrio Xavier.

O dr. Armando de Salles Oliveira regressará a essa capital no proximo sabbado, viajando pelo "Cruzeiro do Sul".

(A VIAGEM DO INTERVENTOR PAULISTA. *O Estado de S.*

Paulo, 16 fev. 1934, p. 1)

O dia de hontem do sr. Armando de Salles Oliveira — Telegrammas recebidos e expedidos — De todos os Estados continuam chegando novas manifestações de apoio e solidariedade á candidatura democratica

A PROPAGANDA DA CANDIDATURA NACIONAL NO NORTE DO PAIZ

RIO, 14 ("Estado") — O sr. Armando de Salles Oliveira recebeu o seguinte telegramma:

"Fortaleza — Communico ao eminente amigo que o povo cearense consagrou vibrantemente o seu nome, por occasião de nossa chegada. Os representantes paulistas e gauchos foram acolhidos com ruído e espontaneo entusiasmo popular. Diante de antecipadas manifestações dos delegados municipaes, presentes em Fortaleza, tenho por certo a esplendida victoria de sua candidatura no congresso do P. S. D., e a reunião empolga a opinião publica do Estado. Saudações cordiaes. — Demócrito Rocha."

De Fortaleza, recebeu ainda o sr. Salles Oliveira o seguinte telegramma:

"Communico a v. exa. que já se encontram nesta capital representantes de 76 municipios, afim de tomarem parte no congresso do P. S. D. Os deputados Moraes Andrade, Raul Bittencourt e Alarico Caluby continuam a receber espontaneas homenagens da população. Attenciosos cumprimentos. — Demócrito Rocha."

Acaba de regressar ao Rio, depois de uma permanencia de alguns dias em Recife, o dr. José Minda de Andrade, ex-secretario da educação do Estado de Minas Geraes e professor de direito da Universidade desta capital.

Dando-nos suas impressões sobre o momento politico pernambuco declarou-nos s. s.:

"As demonstrações de solidariedade que trago de todas as classes sociais do grande Estado nordestino, dirigidas ao deputado Antonio Carlos, em virtude dos acontecimentos politicos que toda gente conhece, são bem um indice se-

guro do caminho escolhido nesta hora difficil pelo povo pernambuco. O nome do sr. Armando de Salles Oliveira representa hoje para os filhos do "leão do norte", como para todo o Brasil, a grande trincheira da democracia.

A mocidade do Recife, com a qual estive em contacto permanentemente, não esconde o seu entusiasmo pela candidatura do grande estadista, cujo espirito de renuncia e cuja bravura moral marcam o inicio de uma nova phase na historia politica do Brasil."

VISITAS RECEBIDAS PELO DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

O dr. Armando de Salles Oliveira recebeu domingo as seguintes visitas: deputado Bernardo Mello, deputado Paulo Nogueira Filho, dr. Thiago Mazagão Junior, dr. Aristides Macedo, Pedro Ferraz, general Vasconcellos, commandante Vasconcellos, dr. José de Alencar Piedade, deputado Burico Souza Leão, dr. Raul Rudge, deputados Pedro Calmon e Fabio de Andrade, dr. Lays Tostes, dr. Filgueiras Rozende, dr. José Braga Cruz, Paulo Motta Maia, Leandro Mello e dr. Jurandyr Magalhães.

Estiveram hoje em visita ao sr. Armando de Salles Oliveira entre outras as seguintes pessoas: srs. Malcher Bacellar, Claudemiro Tavares, dr. Herbert Romero, Alvaro Soares de Oliveira, do departamento Universitario do P. C., deputado Luiz Tirelli, dr. Raymundo Pinheiro, dr. Baptista Bittencourt, deputado Hermogenes Coelho, dr. José de Senna e Silva, dr. Carlos Costa, capitão Antenor Muse, dr. Raulpinho Pinheiro Lima, secretario da Viação de São Paulo, general Fontes Pitanga, dr. Corrogi de Castro, coronel Souza Filho, deputados João Carlos Machado, Arthur Santos, Fabio de Andrade, Sampaio Corrêa, Paulo Soares, Barros Cassal, dr. Walter Peixoto, Nino Gallo, dr. José Olinda de Andrade, dr. Salles Duarte, dr. Jayme Marinho, dr. José Andrade de Almeida, de Ponte Nova; dr. Reginaldo Nunes, dr. Pedro Dutra, dr. Frederico Norat, dr. Dagoberto Zavatara, dr. Serzedelo Mendes, dr. Antonio Zenha Guimarães, major Arthur Hall, Leonardo Furtado Costa, dr. Waldomiro de Carvalho, tenente Severo Furnier, dr. José Roberto Leite

Penteado e representantes de São Paulo na Camara Federal.

TELEGRAMMA DO SR. ARMANDO SALLES AO GENERAL FELIPPE PORTINHO

O sr. Armando de Salles Oliveira expediu o seguinte telegramma ao general Felipe Portinho, presidente da Acção Libertadora do Rio Grande do Sul:

"Tive noticia, com viva emoção, da attitude assumida pelos eminentes patriotas deliberrando constituir a Acção Libertadora para dar seu apoio ás forças civicas que fornam hoje a União Democratica Brasileira, que sustentam minha candidatura á successão presidencial. Desejo corresponder a tão grande honra e a tão forte estimulo, provindos ainda uma vez do Rio Grande do Sul, affirmando que jamais accetteria ou uma candidatura que trouxesse em si a civa de regionalismo ou de cogitações exclusivistas. Tenho a satisfação de verificar que igual inspiração gutou as resoluções da Acção Libertadora que é, aos desejos de seu grande Estado, de considerar apenas neste momento os amplos quadros da nação, offerecendo aos brasileiros um nobre exemplo de desprendimento e de coragem.

A comprehensão do dever commum liga com firmeza todos os elementos componentes da União Democratica Brasileira e elles saberão cumprir esse dever nas urnas.

Sou extremamente grato a todos os membros da Acção Libertadora e especialmente ao seu honrado e venerando presidente, general Felipe Portinho, assegurando a todos o meu mais alto apreço. — Armando de Salles Oliveira".

DE MINAS GERAES

O sr. Salles Oliveira recebeu de Leopoldina, Minas, o seguinte telegramma: "Leopoldina — Minas — Em reunião hoje effectuada os abaixo assignados e seus correligionarios do Municipio de Leopoldina aclamaram o nome de v. exa. como candidato nacional á presidencia da Republica. — Deputado Antonio Guimarães, vereadores Olivier Fajardo, Jairo Saizado, Lido Machado, Bandeira de Mello, Luiz Maranhão, Francisco Soares Brandão, Misael Furtado".

(A PROPAGANDA DA CANDIDATURA NACIONAL NORTE DO PAÍS. *O Estado de S. Paulo*, 15 jun. 1937, p. 1)

O ESTADO DE S. PAULO

DIRECTOR: JULIO DE MESQUITA FILHO

JULIO MESQUITA (Director) (1891-1927)

REDACTOR-CHEFE: PLINIO BARRETO

ANNO LXVIII

ANUNCIARIAS: Anos 1931-1932, 48 - 1933, 50 - 1934, 52 - 1935, 54 - 1936, 56 - 1937, 58 - 1938, 60 - 1939, 62 - 1940, 64 - 1941, 66 - 1942, 68 - 1943, 70 - 1944, 72 - 1945, 74 - 1946, 76 - 1947, 78 - 1948, 80 - 1949, 82 - 1950, 84 - 1951, 86 - 1952, 88 - 1953, 90 - 1954, 92 - 1955, 94 - 1956, 96 - 1957, 98 - 1958, 100 - 1959, 102 - 1960, 104 - 1961, 106 - 1962, 108 - 1963, 110 - 1964, 112 - 1965, 114 - 1966, 116 - 1967, 118 - 1968, 120 - 1969, 122 - 1970, 124 - 1971, 126 - 1972, 128 - 1973, 130 - 1974, 132 - 1975, 134 - 1976, 136 - 1977, 138 - 1978, 140 - 1979, 142 - 1980, 144 - 1981, 146 - 1982, 148 - 1983, 150 - 1984, 152 - 1985, 154 - 1986, 156 - 1987, 158 - 1988, 160 - 1989, 162 - 1990, 164 - 1991, 166 - 1992, 168 - 1993, 170 - 1994, 172 - 1995, 174 - 1996, 176 - 1997, 178 - 1998, 180 - 1999, 182 - 2000, 184 - 2001, 186 - 2002, 188 - 2003, 190 - 2004, 192 - 2005, 194 - 2006, 196 - 2007, 198 - 2008, 200 - 2009, 202 - 2010, 204 - 2011, 206 - 2012, 208 - 2013, 210 - 2014, 212 - 2015, 214 - 2016, 216 - 2017, 218 - 2018, 220 - 2019, 222 - 2020, 224 - 2021, 226 - 2022, 228 - 2023, 230 - 2024, 232 - 2025, 234 - 2026, 236 - 2027, 238 - 2028, 240 - 2029, 242 - 2030, 244 - 2031, 246 - 2032, 248 - 2033, 250 - 2034, 252 - 2035, 254 - 2036, 256 - 2037, 258 - 2038, 260 - 2039, 262 - 2040, 264 - 2041, 266 - 2042, 268 - 2043, 270 - 2044, 272 - 2045, 274 - 2046, 276 - 2047, 278 - 2048, 280 - 2049, 282 - 2050, 284 - 2051, 286 - 2052, 288 - 2053, 290 - 2054, 292 - 2055, 294 - 2056, 296 - 2057, 298 - 2058, 300 - 2059, 302 - 2060, 304 - 2061, 306 - 2062, 308 - 2063, 310 - 2064, 312 - 2065, 314 - 2066, 316 - 2067, 318 - 2068, 320 - 2069, 322 - 2070, 324 - 2071, 326 - 2072, 328 - 2073, 330 - 2074, 332 - 2075, 334 - 2076, 336 - 2077, 338 - 2078, 340 - 2079, 342 - 2080, 344 - 2081, 346 - 2082, 348 - 2083, 350 - 2084, 352 - 2085, 354 - 2086, 356 - 2087, 358 - 2088, 360 - 2089, 362 - 2090, 364 - 2091, 366 - 2092, 368 - 2093, 370 - 2094, 372 - 2095, 374 - 2096, 376 - 2097, 378 - 2098, 380 - 2099, 382 - 2100, 384 - 2101, 386 - 2102, 388 - 2103, 390 - 2104, 392 - 2105, 394 - 2106, 396 - 2107, 398 - 2108, 400 - 2109, 402 - 2110, 404 - 2111, 406 - 2112, 408 - 2113, 410 - 2114, 412 - 2115, 414 - 2116, 416 - 2117, 418 - 2118, 420 - 2119, 422 - 2120, 424 - 2121, 426 - 2122, 428 - 2123, 430 - 2124, 432 - 2125, 434 - 2126, 436 - 2127, 438 - 2128, 440 - 2129, 442 - 2130, 444 - 2131, 446 - 2132, 448 - 2133, 450 - 2134, 452 - 2135, 454 - 2136, 456 - 2137, 458 - 2138, 460 - 2139, 462 - 2140, 464 - 2141, 466 - 2142, 468 - 2143, 470 - 2144, 472 - 2145, 474 - 2146, 476 - 2147, 478 - 2148, 480 - 2149, 482 - 2150, 484 - 2151, 486 - 2152, 488 - 2153, 490 - 2154, 492 - 2155, 494 - 2156, 496 - 2157, 498 - 2158, 500 - 2159, 502 - 2160, 504 - 2161, 506 - 2162, 508 - 2163, 510 - 2164, 512 - 2165, 514 - 2166, 516 - 2167, 518 - 2168, 520 - 2169, 522 - 2170, 524 - 2171, 526 - 2172, 528 - 2173, 530 - 2174, 532 - 2175, 534 - 2176, 536 - 2177, 538 - 2178, 540 - 2179, 542 - 2180, 544 - 2181, 546 - 2182, 548 - 2183, 550 - 2184, 552 - 2185, 554 - 2186, 556 - 2187, 558 - 2188, 560 - 2189, 562 - 2190, 564 - 2191, 566 - 2192, 568 - 2193, 570 - 2194, 572 - 2195, 574 - 2196, 576 - 2197, 578 - 2198, 580 - 2199, 582 - 2200, 584 - 2201, 586 - 2202, 588 - 2203, 590 - 2204, 592 - 2205, 594 - 2206, 596 - 2207, 598 - 2208, 600 - 2209, 602 - 2210, 604 - 2211, 606 - 2212, 608 - 2213, 610 - 2214, 612 - 2215, 614 - 2216, 616 - 2217, 618 - 2218, 620 - 2219, 622 - 2220, 624 - 2221, 626 - 2222, 628 - 2223, 630 - 2224, 632 - 2225, 634 - 2226, 636 - 2227, 638 - 2228, 640 - 2229, 642 - 2230, 644 - 2231, 646 - 2232, 648 - 2233, 650 - 2234, 652 - 2235, 654 - 2236, 656 - 2237, 658 - 2238, 660 - 2239, 662 - 2240, 664 - 2241, 666 - 2242, 668 - 2243, 670 - 2244, 672 - 2245, 674 - 2246, 676 - 2247, 678 - 2248, 680 - 2249, 682 - 2250, 684 - 2251, 686 - 2252, 688 - 2253, 690 - 2254, 692 - 2255, 694 - 2256, 696 - 2257, 698 - 2258, 700 - 2259, 702 - 2260, 704 - 2261, 706 - 2262, 708 - 2263, 710 - 2264, 712 - 2265, 714 - 2266, 716 - 2267, 718 - 2268, 720 - 2269, 722 - 2270, 724 - 2271, 726 - 2272, 728 - 2273, 730 - 2274, 732 - 2275, 734 - 2276, 736 - 2277, 738 - 2278, 740 - 2279, 742 - 2280, 744 - 2281, 746 - 2282, 748 - 2283, 750 - 2284, 752 - 2285, 754 - 2286, 756 - 2287, 758 - 2288, 760 - 2289, 762 - 2290, 764 - 2291, 766 - 2292, 768 - 2293, 770 - 2294, 772 - 2295, 774 - 2296, 776 - 2297, 778 - 2298, 780 - 2299, 782 - 2300, 784 - 2301, 786 - 2302, 788 - 2303, 790 - 2304, 792 - 2305, 794 - 2306, 796 - 2307, 798 - 2308, 800 - 2309, 802 - 2310, 804 - 2311, 806 - 2312, 808 - 2313, 810 - 2314, 812 - 2315, 814 - 2316, 816 - 2317, 818 - 2318, 820 - 2319, 822 - 2320, 824 - 2321, 826 - 2322, 828 - 2323, 830 - 2324, 832 - 2325, 834 - 2326, 836 - 2327, 838 - 2328, 840 - 2329, 842 - 2330, 844 - 2331, 846 - 2332, 848 - 2333, 850 - 2334, 852 - 2335, 854 - 2336, 856 - 2337, 858 - 2338, 860 - 2339, 862 - 2340, 864 - 2341, 866 - 2342, 868 - 2343, 870 - 2344, 872 - 2345, 874 - 2346, 876 - 2347, 878 - 2348, 880 - 2349, 882 - 2350, 884 - 2351, 886 - 2352, 888 - 2353, 890 - 2354, 892 - 2355, 894 - 2356, 896 - 2357, 898 - 2358, 900 - 2359, 902 - 2360, 904 - 2361, 906 - 2362, 908 - 2363, 910 - 2364, 912 - 2365, 914 - 2366, 916 - 2367, 918 - 2368, 920 - 2369, 922 - 2370, 924 - 2371, 926 - 2372, 928 - 2373, 930 - 2374, 932 - 2375, 934 - 2376, 936 - 2377, 938 - 2378, 940 - 2379, 942 - 2380, 944 - 2381, 946 - 2382, 948 - 2383, 950 - 2384, 952 - 2385, 954 - 2386, 956 - 2387, 958 - 2388, 960 - 2389, 962 - 2390, 964 - 2391, 966 - 2392, 968 - 2393, 970 - 2394, 972 - 2395, 974 - 2396, 976 - 2397, 978 - 2398, 980 - 2399, 982 - 2400, 984 - 2401, 986 - 2402, 988 - 2403, 990 - 2404, 992 - 2405, 994 - 2406, 996 - 2407, 998 - 2408, 1000 - 2409, 1002 - 2410, 1004 - 2411, 1006 - 2412, 1008 - 2413, 1010 - 2414, 1012 - 2415, 1014 - 2416, 1016 - 2417, 1018 - 2418, 1020 - 2419, 1022 - 2420, 1024 - 2421, 1026 - 2422, 1028 - 2423, 1030 - 2424, 1032 - 2425, 1034 - 2426, 1036 - 2427, 1038 - 2428, 1040 - 2429, 1042 - 2430, 1044 - 2431, 1046 - 2432, 1048 - 2433, 1050 - 2434, 1052 - 2435, 1054 - 2436, 1056 - 2437, 1058 - 2438, 1060 - 2439, 1062 - 2440, 1064 - 2441, 1066 - 2442, 1068 - 2443, 1070 - 2444, 1072 - 2445, 1074 - 2446, 1076 - 2447, 1078 - 2448, 1080 - 2449, 1082 - 2450, 1084 - 2451, 1086 - 2452, 1088 - 2453, 1090 - 2454, 1092 - 2455, 1094 - 2456, 1096 - 2457, 1098 - 2458, 1100 - 2459, 1102 - 2460, 1104 - 2461, 1106 - 2462, 1108 - 2463, 1110 - 2464, 1112 - 2465, 1114 - 2466, 1116 - 2467, 1118 - 2468, 1120 - 2469, 1122 - 2470, 1124 - 2471, 1126 - 2472, 1128 - 2473, 1130 - 2474, 1132 - 2475, 1134 - 2476, 1136 - 2477, 1138 - 2478, 1140 - 2479, 1142 - 2480, 1144 - 2481, 1146 - 2482, 1148 - 2483, 1150 - 2484, 1152 - 2485, 1154 - 2486, 1156 - 2487, 1158 - 2488, 1160 - 2489, 1162 - 2490, 1164 - 2491, 1166 - 2492, 1168 - 2493, 1170 - 2494, 1172 - 2495, 1174 - 2496, 1176 - 2497, 1178 - 2498, 1180 - 2499, 1182 - 2500, 1184 - 2501, 1186 - 2502, 1188 - 2503, 1190 - 2504, 1192 - 2505, 1194 - 2506, 1196 - 2507, 1198 - 2508, 1200 - 2509, 1202 - 2510, 1204 - 2511, 1206 - 2512, 1208 - 2513, 1210 - 2514, 1212 - 2515, 1214 - 2516, 1216 - 2517, 1218 - 2518, 1220 - 2519, 1222 - 2520, 1224 - 2521, 1226 - 2522, 1228 - 2523, 1230 - 2524, 1232 - 2525, 1234 - 2526, 1236 - 2527, 1238 - 2528, 1240 - 2529, 1242 - 2530, 1244 - 2531, 1246 - 2532, 1248 - 2533, 1250 - 2534, 1252 - 2535, 1254 - 2536, 1256 - 2537, 1258 - 2538, 1260 - 2539, 1262 - 2540, 1264 - 2541, 1266 - 2542, 1268 - 2543, 1270 - 2544, 1272 - 2545, 1274 - 2546, 1276 - 2547, 1278 - 2548, 1280 - 2549, 1282 - 2550, 1284 - 2551, 1286 - 2552, 1288 - 2553, 1290 - 2554, 1292 - 2555, 1294 - 2556, 1296 - 2557, 1298 - 2558, 1300 - 2559, 1302 - 2560, 1304 - 2561, 1306 - 2562, 1308 - 2563, 1310 - 2564, 1312 - 2565, 1314 - 2566, 1316 - 2567, 1318 - 2568, 1320 - 2569, 1322 - 2570, 1324 - 2571, 1326 - 2572, 1328 - 2573, 1330 - 2574, 1332 - 2575, 1334 - 2576, 1336 - 2577, 1338 - 2578, 1340 - 2579, 1342 - 2580, 1344 - 2581, 1346 - 2582, 1348 - 2583, 1350 - 2584, 1352 - 2585, 1354 - 2586, 1356 - 2587, 1358 - 2588, 1360 - 2589, 1362 - 2590, 1364 - 2591, 1366 - 2592, 1368 - 2593, 1370 - 2594, 1372 - 2595, 1374 - 2596, 1376 - 2597, 1378 - 2598, 1380 - 2599, 1382 - 2600, 1384 - 2601, 1386 - 2602, 1388 - 2603, 1390 - 2604, 1392 - 2605, 1394 - 2606, 1396 - 2607, 1398 - 2608, 1400 - 2609, 1402 - 2610, 1404 - 2611, 1406 - 2612, 1408 - 2613, 1410 - 2614, 1412 - 2615, 1414 - 2616, 1416 - 2617, 1418 - 2618, 1420 - 2619, 1422 - 2620, 1424 - 2621, 1426 - 2622, 1428 - 2623, 1430 - 2624, 1432 - 2625, 1434 - 2626, 1436 - 2627, 1438 - 2628, 1440 - 2629, 1442 - 2630, 1444 - 2631, 1446 - 2632, 1448 - 2633, 1450 - 2634, 1452 - 2635, 1454 - 2636, 1456 - 2637, 1458 - 2638, 1460 - 2639, 1462 - 2640, 1464 - 2641, 1466 - 2642, 1468 - 2643, 1470 - 2644, 1472 - 2645, 1474 - 2646, 1476 - 2647, 1478 - 2648, 1480 - 2649, 1482 - 2650, 1484 - 2651, 1486 - 2652, 1488 - 2653, 1490 - 2654, 1492 - 2655, 1494 - 2656, 1496 - 2657, 1498 - 2658, 1500 - 2659, 1502 - 2660, 1504 - 2661, 1506 - 2662, 1508 - 2663, 1510 - 2664, 1512 - 2665, 1514 - 2666, 1516 - 2667, 1518 - 2668, 1520 - 2669, 1522 - 2670, 1524 - 2671, 1526 - 2672, 1528 - 2673, 1530 - 2674, 1532 - 2675, 1534 - 2676, 1536 - 2677, 1538 - 2678, 1540 - 2679, 1542 - 2680, 1544 - 2681, 1546 - 2682, 1548 - 2683, 1550 - 2684, 1552 - 2685, 1554 - 2686, 1556 - 2687, 1558 - 2688, 1560 - 2689, 1562 - 2690, 1564 - 2691, 1566 - 2692, 1568 - 2693, 1570 - 2694, 1572 - 2695, 1574 - 2696, 1576 - 2697, 1578 - 2698, 1580 - 2699, 1582 - 2700, 1584 - 2701, 1586 - 2702, 1588 - 2703, 1590 - 2704, 1592 - 2705, 1594 - 2706, 1596 - 2707, 1598 - 2708, 1600 - 2709, 1602 - 2710, 1604 - 2711, 1606 - 2712, 1608 - 2713, 1610 - 2714, 1612 - 2715, 1614 - 2716, 1616 - 2717, 1618 - 2718, 1620 - 2719, 1622 - 2720, 1624 - 2721, 1626 - 2722, 1628 - 2723, 1630 - 2724, 1632 - 2725, 1634 - 2726, 1636 - 2727, 1638 - 2728, 1640 - 2729, 1642 - 2730, 1644 - 2731, 1646 - 2732, 1648 - 2733, 1650 - 2734, 1652 - 2735, 1654 - 2736, 1656 - 2737, 1658 - 2738, 1660 - 2739, 1662 - 2740, 1664 - 2741, 1666 - 2742, 1668 - 2743, 1670 - 2744, 1672 - 2745, 1674 - 2746, 1676 - 2747, 1678 - 2748, 1680 - 2749, 1682 - 2750, 1684 - 2751, 1686 - 2752, 1688 - 2753, 1690 - 2754, 1692 - 2755, 1694 - 2756, 1696 - 2757, 1698 - 2758, 1700 - 2759, 1702 - 2760, 1704 - 2761, 1706 - 2762, 1708 - 2763, 1710 - 2764, 1712 - 2765, 1714 - 2766, 1716 - 2767, 1718 - 2768, 1720 - 2769, 1722 - 2770, 1724 - 2771, 1726 - 2772, 1728 - 2773, 1730 - 2774, 1732 - 2775, 1734 - 2776, 1736 - 2777, 1738 - 2778, 1740 - 2779, 1742 - 2780, 1744 - 2781, 1746 - 2782, 1748 - 2783, 1750 - 2784, 1752 - 2785, 1754 - 2786, 1756 - 2787, 1758 - 2788, 1760 - 2789, 1762 - 2790, 1764 - 2791, 1766 - 2792, 1768 - 2793, 1770 - 2794, 1772 - 2795, 1774 - 2796, 1776 - 2797, 1778 - 2798, 1780 - 2799, 1782 - 2800, 1784 - 2801, 1786 - 2802, 1788 - 2803, 1790 - 2804, 1792 - 2805, 1794 - 2806, 1796 - 2807, 1798 - 2808, 1800 - 2809, 1802 - 2810, 1804 - 2811, 1806 - 2812, 1808 - 2813, 1810 - 2814, 1812 - 2815, 1814 - 2816, 1816 - 2817, 1818 - 2818, 1820 - 2819, 1822 - 2820, 1824 - 2821, 1826 - 2822, 1828 - 2823, 1830 - 2824, 1832 - 2825, 1834 - 2826, 1836 - 2827, 1838 - 2828, 1840 - 2829, 1842 - 2830, 1844 - 2831, 1846 - 2832, 1848 - 2833, 1850 - 2834, 1852 - 2835, 1854 - 2836, 1856 - 2837, 1858 - 2838, 1860 - 2839, 1862 - 2840, 1864 - 2841, 1866 - 2842, 1868 - 2843, 1870 - 2844, 1872 - 2845, 1874 - 2846, 1876 - 2847, 1878 - 2848, 1880 - 2849, 1882 - 2850, 1884 - 2851, 1886 - 2852, 1888 - 2853, 1890 - 2854, 1892 - 2855, 1894 - 2856, 1896 - 2857, 1898 - 2858, 1900 - 2859, 1902 - 2860, 1904 - 2861, 1906 - 2862, 1908 - 2863, 1910 - 2864, 1912 - 2865, 1914 - 2866, 1916 - 2867, 1918 - 2868, 1920 - 2869, 1922 - 2870, 1924 - 2871, 1926 - 2872, 1928 - 2873, 1930 - 2874, 1932 - 2875, 1934 - 2876, 1936 - 2877, 1938 - 2878, 1940 - 2879, 1942 - 2880, 1944 - 2881, 1946 - 2882, 1948 - 2883, 1950 - 2884, 1952 - 2885, 1954 - 2886, 1956 - 2887, 1958 - 2888, 1960 - 2889, 1962 - 2890, 1964 - 2891, 1966 - 2892, 1968 - 2893, 1970 - 2894, 1972 - 2895, 1974 - 2896, 1976 - 2897, 1978 - 2898, 1980 - 2899, 1982 - 2900, 1984 - 2901, 1986 - 2902, 1988 - 2903, 1990 - 2904, 1992 - 2905, 1994 - 2906, 1996 - 2907, 1998 - 2908, 2000 - 2909, 2002 - 2910, 2004 - 2911, 2006 - 2912, 2008 - 2913, 2010 - 2914, 2012 - 2915, 2014 - 2916, 2016 - 2917, 2018 - 2918, 2020 - 2919, 2022 - 2920, 2024 - 2921, 2026 - 2922, 2028 - 2923, 2030 - 2924, 2032 - 2925, 2034 - 2926, 2036 - 2927, 2038 - 2928, 2040 - 2929, 2042 - 2930, 2044 - 2931, 2046 - 2932, 2048 - 2933, 2050 - 2934, 2052 - 2935, 2054 - 2936, 2056 - 2937, 2058 - 2938, 2060 - 2939, 2062 - 2940, 2064 - 2941, 2066 - 2942, 2068 - 2943, 2070 - 2944, 2072 - 2945, 2074 - 2946, 2076 - 2947, 2078 - 2948, 2080 - 2949, 2082 - 2950, 2084 - 2951, 2086 - 2952, 2088 - 2953, 2090 - 2954, 2092 - 2955, 2094 - 2956, 2096 - 2957, 2098 - 2958, 2100 - 2959, 2102 - 2960, 2104 - 2961, 2106 - 2962, 2108 - 2963, 2110 - 2964, 2112 - 2965, 2114 - 2966, 2116 - 2967, 2118 - 2968, 2120 - 2969, 2122 - 2970, 2124 - 2971, 2126 - 2972, 2128 - 2973, 2130 - 2974, 2132 - 2975, 2134 - 2976, 2136 - 2977, 2138 - 2978, 2140 - 2979, 2142 - 2980, 2144 - 2981, 2146 - 2982, 2148 - 2983, 21

São Paulo Railway Company

VENDA DE MATERIAL IMPRESTAVEL

Esta Companhia, devidamente autorizada pelo Governo, aceita ofertas para a compra do seguinte material imprestavel para o serviço da Estrada, que se acha depositado no pátio do Almacoifado, na estação de Lapa, onde poderá ser visto, mediante entendimento com o Sr. Almacoifado, na mesma localidade:

- 25.000 kilos de peças de ferro batido fundidas.
- 150.000 kilos de peças de ferro batido fundidas.
- 75.000 kilos de peças laminadas e espiraes.
- 30.000 kilos de esqueletos de rodas.
- 120.000 kilos de rodas.
- 1.400.000 kilos de sucata de ferro batido.
- 100.000 kilos de aros de aço de rodas.

As propostas deverão ser para cada especie de material, em separado. A venda comprehende-se para o material posto em vagão na Lapa, sem escolha no carregamento, devendo as propostas ser endereçadas ao Sr. Superintendente da São Paulo Railway, na estação da Luz, em envelopes fechados, com a declaração — Proposta para a compra de material imprestavel.

As condições para a compra são o pagamento prévio da Importancia combinada, na Caixa da Companhia, correndo o frete por conta do comprador desde Lapa, e embargo immediato do material pelo comprador.

O prazo para o recebimento de propostas encerra-se no dia 24 do corrente mes de Março, ás 11 horas.

SECÇÃO LIVRE MADEIRA, CRUZ E FLAUTA

Assis CHATEAUBRIAND

RIO — 5 — Pelo telephone — Com as suas artes de Mazarte, Getulio Vargas desemboca em Março de 1937 com este desconcertante paradoxo politico. Ao "rush" de candidaturas officiaes á presidencia da Republica (o sr. Armando Salles não o poderemos considerar um candidato official, pelas circunstancias mesmas, puro 1929, Getulio Vargas passadista, de que se revestiu a sua corajosa renuncia), só escapou até agora o sr. Oswaldo Aranha. Mas o diplomata incansavel que tombou crivado de chugadas dos agunços do capitão Juracy Magalhães, na Bahia, e de facadas dos cangaceiros do sr. Lima Cavalcanti, de Pernambuco, e de cacetadas do sr. Benedito Valladares, em Minas, e de alguns golpes do lança no proprio Pampa (até porque a formula do Rio Grande liberal em face delle é esta: crespa e appareça lá por fóra depois de criado e gordo nos procure), surge hoje no scenario politico como candidato exclusivo do P. R. P. O genio diabolico do administrador do matadouro de candidatos á successão presidencial nos exhibe, em seu regresso de Poços de Caldas, esta incrível novidade.

Nenhuma força revolucionaria apoia a candidatura do valoroso chefe civil da arrancada de Outubro no Rio Grande. Na familia outubrista, todos estão com o sr. Armando Salles e o sr. José Americo. E o P. R. P. de espada á cinta apparece em forma para recolher, com a pessoa do sr. Oswaldo Aranha, os despojos da gloriosa jornada de 1930. Conviato do seu novo travesti, de herdeiro do ouro da grande marcha, o P. R. P. ha dias que reclama do sr. Getulio Vargas demissões em São Paulo, derrubada de funcionarios federaes sympathisantes do sr. Armando de Salles Oliveira e movimentos de officiaes na guarnição da 2.ª Região. Tudo isto é para os senhores Altino Arantes e Mário Tavares poderem sustentar a mystica da revolução e acobrem renunciando quaesquer

vinculos de parentesco entre o novo P. R. P. e o velho Washington Luis...

A situação do P. R. P. é deploravel, como coherencia com a "outra" mystica, que criou, para viver e engordar á sombra do combate á revolução e ao sr. Getulio Vargas. Em 1933 elle conferia o diploma de honra de "traidor" ao sr. Armando de Salles Oliveira, porque o sr. Armando Salles nomeado interventor de São Paulo, no exercicio da função de delegado do sr. Getulio Vargas, então chefe do governo provisório, se recusava a entrar em quania conspiração sonhada e perrepsismo para demolir o movimento de Outubro e seu chefe. As relações que se estabeleceram entre os chefes dos dois executivos eram, do sahida, vamos dizer puramente functionaes. Deborriam das attribuições que um commettera ao outro. Dictador de uma revolução duplamente victoriosa, dentro de São Paulo, em 30 e 32, o sr. Getulio Vargas investia o sr. Salles Oliveira da interventoria paulista, exclusivamente pela força das armas, de que era senhor. Se elle quizesse, deixaria o general Waldomiro Lima até á abertura do governo constitucional. Não quiz fazel-o, e caminhou lindamente para a formula do governo civil e paulista. Não admittia o P. R. P. a cordialidade, dentro da polidez e boa vizinhança, que o sr. Salles Oliveira, com enormes resultados moraes e materiaes para S. Paulo, procurou estabelecer entre os Campos Elyseos e o Cattete. Elle não passava de um renegado, desde que vinha apertar a mão ao sr. Getulio Vargas, justo no dia em que o Brasil realisava o puro ideal de 9 de Julho: constitucionalisava-se e elegia o seu primeiro presidente legal.

Mas, então, que diploma vamos conferir agora ao sr. Altino Arantes que se confessa de publico amigo e correligionario do sr. Oswaldo Aranha, e ao P. R. P. que já adoptou "in petto", a candidatura do chefe revolucionario gaúcho á successão do sr. Getulio Vargas?

Esgotou-se o sortimento dos adjectivos vingadores da "trahição" para ferretar o paulista, que se aproxima do revolucionario de 307 Alinda o sr. Armando Salles tinha uma excusa: fóra designado interventor pelas forças da chapa unica, e nomeado pelo dictador. E o P. R. P.? Que razões allegará ao seu eleitorado para essa magica da adhesão pura e simples "aos aventureiros do lenço vermelho do Rio Grande". Onde ficaram as objurgatorias, os apodos contra os invasores de São Paulo? Que coherencia, na linha de conducta com o passado apresenta a facção minoritaria de Piratininga, nussa extraordinaria revolução da sua frente de batalha, agora unida ao bravo lidador da arrancada de 20 que veio para "punir" o P. R. P.?

Se algo demonstra a attitude do P. R. P. é que esse partido, infinitamente estomacal, não tem programma, idéas e principios. É um conglomerado estéril de individuos em busca do poder. Atacava a revolução, porque os revolucionarios, com excepção do filibusteiro, capitão João Alberto, nunca quizeram saber da sua companhia. No primeiro momento, em que lhe fizeram um acceno da escada de serviço do Cattete — adeus mystica do "não esquece", e do "não transige"; adeus mortos de 30 e 32, odio eterno a Getulio Vargas e Oswaldo Aranha! A começar dos chefes, o pensamento dominante é não deixar escapar a oportunidade, apanhando-a pelos cabellos. Todo o perrepsismo é hoje uma marcha empoeirada e esganada para o sr. Getulio Vargas, para o

sr. Oswaldo Aranha, para a turma "sinistra" que, no seu desespero, o "Correio Paulistano" e os oradores do partido, poucos mezes atrás, pintavam percorrendo o Brasil "na difamação itinerante de São Paulo".

Curiosa a psychologia desses depositarios da "honra bandeirante". Marcaram com o estygma da trahição o paulista que se aproximava do presidente da Republica e do illustre embaixador em Washington. Agora, certos de que o Brasil de 1929, do sr. Washington Luis, vai voltar, agarram-se ás consequencia do gesto do sr. Salles Oliveira, para ver se a historia se repete. Estão dispostos a fazer o desembargador Heracleito Cavalcanti, em um São Paulo transformado em Parahyba. A luta vai se abrir feroz, pensa o perrepsismo, em Piratininga. Indignado porque ha um candidato não official á successão, o sr. Getulio Vargas reproduzirá no Tieté o que o Idiota soba perrepsista perpetrou na Parahyba. Demissões em massa, força federal ameaçando o eleitorado, que vai votar contra o candidato do Cattete; dinheiro tirado do erario publico para a campanha; empregos, cargos, nomeações a granel, e tudo mais que constitue o fundo do quadro de uma authentica eleição perrepsista. E' para essa aventura, para esse lance de collarção authenticoamente passadista, que o P. R. P., com rancor de estomago vasto, adhere ao sr. Getulio Vargas, e senta praça na candidatura Oswaldo Aranha.

Na ambição e no delirio da fome causada, de seis annos, o P. R. P. parte de uma premissa curiosa. Que o esperlissimo Getulio, que o malandrisimo Vargas, passado pelos cornilboques de Appelles, matriculado em todas as escolas nacionaes e estrangeiras da astucia, vai cair do mesmo cavallo magro, de que caiu o seu antecessor. Mas, ó caros e pios irmãos perrepsistas, não foi por ahí que o Washington Luis acabou no forte de Copacabana? Quem viu até hoje o sr. Getulio Vargas desencadear uma manobra dessas, em proveito proprio, quanto mais no de terceiros? Onde uma eleição do actual governo se pareceu, ainda de que de longe, com as do regime deposto? Como quer o perrepsismo, agiria o sr. Washington Luis que era louco furioso. Mas, o sr. Getulio Vargas dispõe de uma clarividencia de espirito, de uma lucidez intellectual que não tinha o pobre duce do perrepsismo. E elle sabe que foi com a brutalidade de sua politica intervencionista no pleito presidencial de 1930 que o sr. Washington Luis lavrou a propria sentença de morte. E o P. R. P., na sua demencia, põe-se a exclamar para o sr. Getulio Vargas:

— "Aqui estamos, presidentes. Promptos para o serviço, dispostos a tudo, quando entra v. exa. com a madeira nessa famigerada candidatura paulista?"

Como se o sr. Getulio Vargas fosse da "Beocia" ou tivesse vocação para martyr. Por enquanto, através do sr. Oswaldo Aranha, elle está explorando a ausencia total do sentido politico dos homens do P. R. P.

E com que maravilhosos resultados!

Viu uma galxia de tigres do papelão, que muito ingenho pensava passar na "jungle" malais, em cinco ou seis lotes de coelhos e carneiros de suor curral particular. Quanto á madeira, para a qual o convoca o P. R. P. dirá o nosso sabido d. João VI de 1837, que para a lição basta a cruz que ainda carrega ás costas no exilio o miserando Washington Luis. Candidatos, eleições de P. R. P., Getulio Vargas prefere levar tudo na flauta.

(Transcripto do "Diario de São Paulo", de 6/3/37)

(CHATEAUBRIAND, *O Estado de S. Paulo*, 9 mar. 1937, p. 15)

É válido ressaltar que a formação do PC não pretendia substituir o Partido Democrático, mas visava gerar uma nova força política que convergisse para o programa liberal que mobilizou a Revolução de 1930 e para as reivindicações Constitucionalistas de 1932 (SOUSA, 2016).

No manifesto de inauguração do PC, publicado em fevereiro de 1934

seus fundadores afirmavam que o liberalismo paulista baseava-se "numa organização social em que a familia e a propriedade são pedras angulares". Defendiam vagamente a "educação cristã" e deixavam claro seu desejo de satisfazer as "justas aspirações" de praticamente todos os grupos sociais — da

lavoura, dos industriais, comerciantes e trabalhadores. O manifesto apelava para São Paulo no sentido de “orientar” a política brasileira. (LOVE, 1982, p. 171; grifos do autor)

O discurso de oficialização do PC foi realizado no dia 6 de março de 1934, na cidade de Piracicaba. Consoante Plínio Abreu Ramos (1980), a escolha desta cidade como palco de inauguração do PC não foi por acaso, uma vez que esta seria a cidade natal do fundador do Partido Republicano e primeiro presidente civil da República, Prudente de Morais. Tal escolha demonstraria uma capacidade do PC de agregar forças de todos os grupos políticos. No respectivo discurso, Amando afirma que

É tempo de inaugurar em São Paulo uma política alta, uma política que se baseie na probidade integral, de espírito e coração, e no culto sistemático da verdade. Um partido político que nasce como o Partido Constitucionalista, com o propósito de realizar uma ação renovadora eficaz, tem o dever de esclarecer e guiar corajosamente a opinião pública, evitando a preocupação de lisonjear-lhe as paixões e de segui-la por caminhos errados. [...] Reação espontânea e consciente contra os erros do passado, libertado de todos os preconceitos e sofismas, sensível às grandes transformações renovadoras que se produzem por toda parte, com as suas raízes mais robustas mergulhadas nas mais sãs tradições da terra paulista – vosso partido só não reconquistará se o não quiser para São Paulo o seu desempenho de condutor da nação. [...] Uma evidência se imporá desde logo ao vosso espírito: no caminho daquele alto ideal, os passos paulistas terão de ser dados com os olhos voltados para todo o país. Porque ou São Paulo compreende as necessidades nacionais ou terá de renunciar à hegemonia política (OLIVEIRA, 2002, p. 52-53)

O PC demonstrou o seu rápido crescimento e a sua consistente força política logo nas eleições legislativas ocorridas em todo o país no dia 14 de outubro de 1934. Com um desempenho de 219.471 votos conquistados, o PC superou o seu principal rival eleitoral, o Partido Republicano Paulista, que recebeu 160.709 votos na mesma ocasião. Tal performance foi responsável pela eleição de 22 deputados constitucionalistas para a Câmara Federal e 34 para a Câmara Estadual de São Paulo (HAYASHI, 2010).

Com a instalação da Assembleia Estadual no dia 8 de abril de 1935, e a conseqüente realização das eleições para o governo do estado e para o Senado Federal no dia 10 do mesmo mês, o Partido Constitucionalista obteve grande êxito ao eleger Armando de Salles Oliveira para ocupar o cargo de governador estadual com 36 votos contra 22 do candidato Altino Arantes, do Partido Republicano Paulista. No âmbito do Senado Federal, o PC elegeu Alcântara Machado e Paulo de Morais Barros com 36 e 33 votos, respectivamente.

Com um envolvimento pessoal de Armando de Salles Oliveira na campanha das eleições municipais realizadas no dia 15 de março de 1936, o PC obteve um total de 248.336 votos, elegendo 173 prefeitos e 1095 vereadores. Com esse cenário político, o governador de São Paulo “saiu fortalecido e reconhecido como principal liderança na política paulista com o resultado das eleições” (SOUSA, 2016, p. 45).

Para Armando, o esteio da democracia se consubstanciaria na força e na ação dos partidos políticos, dessa forma, a ampliação dos “tentáculos” de um determinado partido seria parte integrante de seu projeto político de poder. Fundamentado em tal lógica, o intelectual paulista contribuiu com essa metodologia de estratégia política em prol da ascensão do PC. Em um discurso pronunciado no dia 12 de outubro de 1934, na cidade de Guaratinguetá, Armando expõe a sua leitura a respeito de dificuldades políticas que identificara em períodos que antecederam a fundação do PC:

O que se impunha entre nós não era, entretanto, o problema da administração, mas o político. É impossível realizar uma administração sã e eficaz se ela não se apoia nas ideias e na ação de um vigoroso partido. Sendo difícil a execução de um largo programa de administração dentro de um curto período de governo, a continuidade dessa execução subordina-se à constância de ação do partido. O impressionante desequilíbrio dos últimos governos constitucionais de São Paulo nasceu da decadência do Partido Republicano, que abdicará a sua autoridade nas mãos dos chefes do Executivo. (OLIVEIRA, 2002, p. 209)

E, em seguida, delega ao Partido Constitucionalista a função de solucionar o problema político que elencara

O meio de estabelecer a inteligência entre pontos de vista tão diferentes era um só; fundar um grande partido, que, filiado diretamente à nossa revolução, reunisse não só os grupos partidários como os homens que, isentos de saudades do passado, desejassem dar a São Paulo uma forte política de reconstrução e de fé. Foi o que desde logo compreenderam diversos homens de responsabilidade na política paulista. [...] Surgiu o partido da renovação, feito para São Paulo, feito para o Brasil, feito para a ação. A unidade do Partido Constitucionalista deu-lhe a força com que se impôs e com que vai ganhar agora a sua grande batalha. (OLIVEIRA, 2002, p. 210)

Essa suposta “renovação” que englobava o estado de São Paulo e o Brasil e seria pautada na ação, tinha como meta transcender o plano político envolvendo transformações de impacto cultural na sociedade paulista e brasileira. Em 1934, com a finalidade de

concretizar seu projeto político, Armando indicou Fabio Prado⁶, empresário e político que participou da Revolução Constitucionalista de 1932, para a prefeitura de São Paulo. Com Armando à frente do governo estadual, e Fabio Prado à frente da prefeitura da capital paulista, a política cultural do projeto paulista foi efetivada principalmente na cidade de São Paulo.

A criação da Universidade de São Paulo, a fundação de parques infantis na capital (FILIZZOLA, 2002), a inauguração de diversas escolas de nível primário, secundário e profissional no estado, além da criação do Departamento de Cultura, significaram a execução do projeto de Armando de Salles Oliveira de modernização por intermédio de um sistema de educação, por uma política de cultura e de partidos políticos rigorosamente disciplinados (FERREIRA, 2007). Tal projeto de modernização nacional teria como território central e irradiador o estado de São Paulo, com destaque para a capital paulista, conforme o próprio Interventor expõe em um discurso proclamado na cidade de Araras, no dia 22 de abril de 1934

Ao brasileiro que, num momento de dúvida, quiser revigorar a confiança no futuro do Brasil, darei com convicção o conselho de empregar alguns dias numa visita à terra paulista. Banhado pelo ar de nossas culturas e de nossos campos, ele voltará de São Paulo com um otimismo que nunca mais o abandonará. (OLIVEIRA, 2002, p. 66)

O projeto constitucionalista de política e cultura reverberou até o ano de 1937. Armando de Salles Oliveira findou a sua permanência à frente do governo paulista no final do ano de 1936, quando no dia 30 de dezembro do mesmo ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* (DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA TRANSMITIU. *O Estado de S. Paulo*, 30 dez. 1936, p. 4) publicou a sua renúncia do cargo realizada no dia anterior para assumir a chefia do Partido Constitucionalista e dedicar-se a uma futura campanha presidencial.

No que diz respeito às articulações políticas da candidatura de Armando à presidência da República, estas demonstraram uma clara preocupação do paulista em ser

⁶ **Fabio Prado:** Fabio da Silva Prado nasceu em São Paulo, membro de uma tradicional família de fazendeiros do café, os Silva Prado. Diplomou-se em engenharia industrial na Escola Politécnica de Liège, Bélgica. Posteriormente, tornou-se presidente de importantes companhias como, por exemplo, a Companhia das Terras Norte do Paraná, Cotonificio Rodolfo Crespi, de propriedade do seu sogro e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Foi ainda diretor do Banco Mercantil de São Paulo e da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo. Fábio Prado ingressou na vida política como vereador na Câmara Municipal de São Paulo, assumindo a prefeitura em 1934, durante a interventoria de Armando de Salles Oliveira (SAMPAIO, 1999).

reconhecido como “candidato nacional”, e não mais um regionalista. Tal esforço fica explícito nas alianças do PC com diversos partidos e agremiações de outros estados.

No dia 10 de junho de 1937 foi fundada a União Democrática Brasileira (UDB), possuindo o mesmo núcleo político do PC (SOUSA, 2016). Ademais, o PC e a UDB contaram com o apoio do Partido Republicano Mineiro; do Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul; da Frente Única Paraense; da Concentração Autonomista da Bahia e do Partido Republicano da Bahia; do Partido Social Democrático do Ceará, liderado por Fernandes Távora; da União Progressista Fluminense, dirigida por Pedro Kelly; da Legião Republicana Catarinense, de Rupp Júnior; da União Republicana Paranaense, tendo Ivo Leão como principal protagonista; do Partido Liberal do Paraná, liderado por Idílio Sardenberg; e da Aliança Democrática Paranaense, dirigida por Artur Santos. Alguns indivíduos isolados com participação política regional e nacional também apoiaram a campanha de Armando de Salles Oliveira, como o governador do Rio Grande do Sul e uma das maiores oposições ao continuísmo de Vargas, Flores da Cunha; Café Filho, do Rio Grande do Norte; Alfredo Nasser e Ramos Caiado, de Goiás; Agostinho Monteiro, do Pará; Eurico Sousa Leão, de Pernambuco; Amon de Melo, de Alagoas; e Raul Fernandes, do Rio de Janeiro (RAMOS, 1980). Apesar das diversidades regionais, e da multiplicidade de interesses, todos esses grupos tinham como ideais comuns a vitória sobre Getúlio Vargas e uma nova mudança no cenário político.

A corrida presidencial, que durou dez meses, teve como candidatos, além de Armando, o paraibano José Américo de Almeida, que tinha apoio de forças políticas e econômicas do Norte e do Nordeste, dos setores do tenentismo e do presidente Getúlio Vargas, e o candidato Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira e que contava com o apoio de setores católicos (PANDOLFI, 2002).

Ao inaugurar a sua campanha presidencial, Armando de Salles Oliveira publicou o livro *Jornada Democrática*, que reunia seus discursos políticos de quando esteve à frente do governo do estado de São Paulo. A obra contou com o jornal *O Estado de S. Paulo* para a sua frequente divulgação⁷ e exaltação por meio de textos opinativos.⁸ O objetivo de Armando era apresentar a sua hipotética coerência de pensamento e ação ao longo de sua

⁷ JORNADA DEMOCRÁTICA. *O Estado de S. Paulo*, 10 jun. 1937, p. 1

⁸ SCHMIDT. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1937, p. 3.

carreira política, e se distanciar da categorização de “candidato paulista”, conforme demonstra no prefácio

Os que se derem a pena de ler estas páginas verificarão que há dois anos venho falando a mesma linguagem e que não variou a minha diretriz na defesa de princípios políticos que não são novos, que são até muito velhos, mas que se afeiçoam à índole e às tradições do povo brasileiro. E verão ao mesmo tempo projetar-se a sombra de certas inquietações – prenúncio de que se avizinhava o momento de submeter o regime e a nação a uma prova definitiva. Mais do que nunca, eu me prendo ao dogma da Federação: resistamos às tentativas de abatê-lo, se queremos resguardar a unidade do Brasil. (OLIVEIRA, 1937a, p. 1)

O jornal *O Estado de S. Paulo* ainda fazia questão de publicar o apoio a Armando de Salles Oliveira de entidades que não pertenciam à política, tais como universitários de diversos estados, grêmios estudantis, agremiações de industriais, professores etc. Um exemplo notório sobre este tipo de publicação remete ao dia 24 de abril de 1937, no qual o periódico estampava a sua capa com uma entrevista ao então deputado Café Filho, e este narrou uma primeira conversa que tivera com Armando:

Não tive nenhum objetivo político visitando o Sr. Armando de Salles Oliveira. Aliás, não o conhecia pessoalmente. Do meu primeiro contato com o ex-governador colhi magnífica impressão. É uma figura interessante. Revelou-se um homem público, como raros, conhecedor de todos os problemas, notadamente dos problemas do Norte. Um traço curioso do sr. Armando de Salles Oliveira: ele, na conversa comigo, só tratou de assuntos de economia brasileira, em relação ao desenvolvimento dos outros países, acentuando a sua preocupação com os problemas da educação. (CAFÉ FILHO, *O Estado de S. Paulo*, 24 abr. 1937, p. 1)

Apesar de se esquivar de um posicionamento partidário *a priori*, Café Filho enaltece as qualidades políticas do paulista e chama a atenção para a preocupação do candidato à presidência para as questões relacionadas à economia, elencando a educação como um dos aspectos a serem tratados para o desenvolvimento econômico no projeto político de nação de Armando de Salles Oliveira.

Do outro lado do debate político, o presidente Getúlio Vargas se mobilizou em prol do fortalecimento da unidade nacional e do enfraquecimento das forças estaduais, principalmente dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Conforme Ferreira ressalta: “União versus federação, em suma. Além de iniciar o cerco de São Paulo a partir de Minas Gerais” (FERREIRA, 2007, p. 146). A fim de frear a campanha eleitoral, Vargas

se apropriou da estratégia de decretar em duas ocasiões o “Estado de Guerra” em um suposto combate à ameaça comunista. O primeiro ato foi no ano de 1936, após a Intentona Comunista, e o segundo, em 1937, em plena campanha presidencial, com a hipotética descoberta do Plano Cohen (FERREIRA, 2007). O segundo decreto determinou que o comando da Brigada Militar do Rio Grande do Sul findasse a sua submissão hierárquica ao governador Flores da Cunha em troca da submissão direta ao comandante da região militar, em 19 de outubro de 1937. Flores da Cunha renunciou ao governo estadual um dia depois, exilando-se para o Uruguai.

Ciente das articulações políticas de Vargas, e percebendo o destino trágico dos planos de ascensão ao poder de seu grupo, Armando de Salles Oliveira produziu e leu no diretório da União Democrática Brasileira o “Manifesto aos Chefes Militares do Brasil”, no qual convocava de maneira desesperada a participação das forças militares em uma possível intervenção ao golpe de Estado delineado por Vargas. O texto também foi lido nas Câmaras dos Deputados e no Senado Federal no dia 9 de novembro de 1937 por João Carlos Machado e por Paulo Morais de Barros, respectivamente (SOUSA, 2016). Nas palavras redigidas por Armando

Se alguma força poderosa não intervier a tempo de impedir que se cumpram os maus pressentimentos que hoje anuviam a alma brasileira, um golpe terrível sacudirá de repente a nação, abalando os seus fundamentos até as últimas camadas e mutilando cruelmente as suas feições – aqueles traços conhecidos que, através dos tempos, se vêm incorporando na essência de nossa formação moral. (OLIVEIRA, 2002, p. 442)

No dia seguinte à leitura do manifesto, ao determinar o fechamento do Congresso Nacional e o cancelamento das eleições presidenciais do mesmo ano, Vargas decretou a prisão domiciliar de Armando de Salles Oliveira que durou cerca de um ano. Em novembro de 1938, o paulista exilou-se na França, transferindo-se para os Estados Unidos em abril do ano seguinte. No ano de 1943, fixou-se na Argentina até o seu retorno pátrio em abril de 1945, viabilizado pela sua anistia política. Faleceu em São Paulo, no dia 17 de maio de 1945 (ABREU, 2001). No período em que esteve exilado, Armando de Salles Oliveira produziu diversos escritos, que foram postumamente publicados em junho de 1945 no livro intitulado *Diagrama de uma Situação Política*.

Contudo, apesar de Armando de Salles Oliveira ter a sua atuação política enfraquecida drasticamente a partir do final do ano de 1937, parte do seu projeto educacional pautado no industrialismo vigente teve continuidade nas políticas públicas posteriores, justificando a contribuição do estudo do intelectual paulista para o campo da historiografia da educação. Tal projeto educacional seria iniciado no ensino profissional consubstanciado na racionalidade industrial e irradiaria de maneira orgânica para os níveis de ensino primário, secundário e superior.

Capítulo II: O Ensino Profissional

2.1 O Estado e a educação do trabalhador

Lenço no Pescoço (Wilson Batista, 1933)

Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco e desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio

Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê
Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão

E eles tocam
E você canta
E eu não dou

O Bonde de São Januário (Wilson Batista e Ataulfo Alves, 1941)

Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário:
Sou eu que vou trabalhar

Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:

Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém [...]
(VALENTE JÚNIOR, 2009, p. 58-61)

As duas composições foram elaboradas pelo sambista Wilson Batista, entretanto, a primeira no início da década de 1930 e, a segunda, no início da década de 1940. Não iremos nos aprofundar nos motivos pessoais que levaram o músico a compor duas canções visivelmente antagônicas em um intervalo de aproximadamente uma década, afinal, precisaríamos considerar determinados aspectos do período vigente, como a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no ano de 1939 por decreto do presidente Getúlio Vargas, entre outros fatores.⁹

Todavia, o samba “Lenço no Pescoço” nos permite identificar a exaltação do estereótipo do malandro boêmio no imaginário de parte da população brasileira no momento em que a letra foi escrita. Por outro lado, em “O Bonde de São Januário”, vemos uma letra em que o autor argumenta os benefícios trazidos pela rotina de trabalho, valorizando alguns aspectos do cotidiano de um operário. Neste mote, podemos compreender alguns movimentos proporcionados por determinadas forças sociais que ganharam certo destaque a partir da década de 1930 em prol da valorização do trabalho e de regras das condutas dos trabalhadores. Considerando a forte atuação da censura do governo federal no período em que o samba “O Bonde de São Januário” foi produzido, não podemos negligenciar o processo de propagação de valores morais no imaginário popular relacionados ao trabalho. E o ensino profissional, por sua vez, teria um papel fundamental nesses movimentos, exercendo uma atuação de caráter formativo na conduta da classe operária, bem como na eficiência das técnicas produtivas.

⁹ *O Bonde de São Januário* venceu o concurso de música popular na categoria “Samba”, promovido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No entanto, a letra original dizia: “leva mais um sócio otário” e “só eu que não vou trabalhar”, no lugar dos versos “leva mais um operário” e “sou eu que vou trabalhar”, respectivamente. Com a política de censura do Estado Novo, o DIP permitiu apenas a publicação da letra em que valorizava a vida do operário, proibindo a letra original (O BONDE DE SÃO JANUÁRIO, 2019).

É válido salientar os objetivos destes movimentos de valorização do trabalho, da racionalização e da especialização do operariado pautados na expansão do ensino profissional, sobretudo, no estado de São Paulo. Weinstein (2000, p. 104-105) discorre sobre este tema:

Para os industriais paulistas e seus representantes, um dos objetivos primordiais era garantir um número suficiente de operários especializados – suficiente não apenas para atender à crescente demanda de trabalhadores em determinados setores, mas também para forçar para baixo os níveis salariais e limitar o poder de barganha desses mesmos operários.

Em consonância com os ideais de expansão do ensino profissional e do desenvolvimento da capacitação de mão de obra, ao longo dos seus dois mandatos, Armando de Salles Oliveira assinou 22 decretos diretamente relacionados à educação profissional¹⁰, aprovando medidas de regulamentação em diversas modalidades de ensino profissionalizante como o setor ferroviário, agrícola-industrial, marítimo, portuário e do serviço público. Além disso, inaugurou escolas e núcleos de estudo nas mais variadas localidades do estado, forneceu concessão de crédito aos estabelecimentos de ensino, criou cargos e promoveu alterações na carreira do magistério e concretizou, entre outras medidas, parcerias do governo estadual com instituições privadas para a criação e administração de escolas profissionais. Ainda, segundo Weinstein (2000, p. 95):

Reformas intermitentes na estrutura das escolas profissionais culminaram, em 1933, numa nova e bem elaborada legislação educacional e na posterior criação, em separado, de uma Superintendência de Educação Profissional e Doméstica, chefiada por Horácio da Silveira, conhecido educador e membro atuante do IDORT.¹¹

A criação da Superintendência de Educação Profissional e Doméstica, por meio do Decreto n 6604, de 1934 (SÃO PAULO, 1934), contribuiu para a consolidação de um conjunto de modificações na organização do ensino profissional, permitindo um maior controle estatal e a burocratização desta modalidade de ensino. Apesar de fazer parte de um conjunto de “inovações” da educação profissional, o autoritarismo e a rigidez na formação do corpo discente foram uma das marcas deste processo:

¹⁰ Ver Apêndice I.

¹¹ Instituto de Organização Racional do Trabalho.

Embora muitas das novas escolas fossem mistas, os regulamentos excluía explicitamente as mulheres dos cursos de natureza industrial, inclusive os que preparavam operários para o setor têxtil. Ao mesmo tempo, novas regras obrigavam as mulheres de todas as escolas profissionais a estudar “educação doméstica”, com aulas de nutrição, puericultura, cozinha, administração e economia domésticas. Assim, embora o sistema de educação profissional tenha assumido a educação e a instrução de milhares de jovens mulheres, ele definia de forma clara o operário qualificado moderno como homem, e considerava a mulher que aspirava ao trabalho como sendo antes de mais nada futura esposa e mãe. (WEINSTEIN, 2000, p. 95; grifos do autor)

A burocratização e o controle estatal ampliaram-se ainda mais com a criação dos cargos de diretor e mestre prevista no Decreto n 6942, de 1935 (SÃO PAULO, 1935) que, em ambos os casos, exigia conhecimentos diretamente relacionados à indústria. Ademais, “a preparação para a função de diretor de escola e, o que não é de surpreender, a parte ‘teórica’ do curso ressaltava a ‘organização racional do trabalho’” (WEINSTEIN, 2000, p. 95). A hierarquização do ensino profissional foi uma estratégia consideravelmente utilizada para a reformulação de “novos” princípios e valores educacionais que, no caso, estariam diretamente relacionados à organização racional do trabalho.

Uma das maiores dificuldades consideradas pelo governador paulista sobre a formação profissional seria a preparação para ofícios específicos diante das inevitáveis instabilidades geradas pelo progresso dos meios de produção. A perene mobilidade dos quadros de profissionais seria um fator a ser considerado na capacitação do indivíduo para o mercado de trabalho. O problema maior não estaria em proporcionar, talvez, a expansão quantitativa do ensino profissional, mas em lidar com aspectos qualitativos do ensino que comungassem com a demanda de mão de obra do período em questão

Mas é na educação profissional e na adaptação científica do trabalho às aptidões naturais que temos de procurar um dos meios mais adequados não só à preparação de aprendizes, oficiais e mestres, em todos os ramos técnicos, como à fixação do trabalhador nos quadros profissionais. O rápido progresso do maquinismo ampliou imensamente esse problema, dificultando a organização do ensino profissional e chegando a comprometê-lo, mesmo nos países que melhor o tinham instituído. (OLIVEIRA, 2002, p. 430-431)

Sobre as escolas profissionais, Armando entendia que “do corpo e do espírito se cuida ao mesmo tempo nessas escolas” (OLIVEIRA, 2002, p. 396), evidenciando um projeto educacional complexo, não apenas preocupado com as técnicas de produção, mas

com a conduta e com o cotidiano dos trabalhadores. Essa atenção aos pormenores da vida dos trabalhadores visa anular, por meio de políticas públicas, os obstáculos presentes no meio social em que o indivíduo esteja inserido, para que este obtenha o “máximo rendimento do trabalho” (OLIVEIRA, 2002, p. 396), segundo Armando. Ademais, o intelectual paulista argumenta que a Assistência Social teria uma função elementar no que diz respeito ao aprimoramento da mão de obra, incumbindo-se de “acudir ao homem em todas as suas outras necessidades de ser social” (OLIVEIRA, 2002, p. 400).

Uma vez que a oferta da educação profissionalizante deveria estar de acordo com as necessidades da produção regional, a aliança do estado com indústrias privadas na estruturação e organização do ensino profissional tornar-se-ia um procedimento estratégico tanto para suprir as carências da produção econômica como para a definição dos aspectos qualitativos da educação profissionalizante, conforme Armando ressalva

Enquanto, por isso, não for possível a integração da instrução técnica no quadro dos grupos profissionais respectivos – para o artesanato, não há sistema mais eficiente do que a educação pelas próprias corporações e seus membros –, a solução do problema estará, ao menos quanto às escolas técnico-industriais, na preparação fundamental e técnico-profissional, pelo Estado, e na aprendizagem prática nas próprias oficinas ou fábricas, por meio dos entendimentos entre o Estado e as empresas particulares. (OLIVEIRA, 2002, p. 431)

O funcionamento de escolas profissionais em conjunto com as empresas industriais foi estabelecido legalmente pelo Decreto n 7268, de 1935 (SÃO PAULO, 1935). Tais escolas seriam destinadas aos filhos dos operários e as instalações seriam oferecidas pelas empresas interessadas na formação profissional de seus trabalhadores, no entanto, essas instituições de ensino seriam mantidas por recursos financeiros de natureza pública, e não privada. Em outras palavras, o governo estadual encarregou-se de formular e manter financeiramente um modelo de educação profissional que atendesse diretamente às necessidades e demandas das indústrias, desconsiderando as carências da população operária. Dessa forma, “o maior acesso à educação profissional deve ter sido uma inovação bem-vinda para muitos operários brasileiros, mas outros perceberam as limitações da instrução que lhes era oferecida” (WEINSTEIN, 2000, p. 113).

Não obstante, as instituições particulares de ensino profissional também fizeram parte deste processo de expansão, logo, a necessidade da regulamentação e da fiscalização

estatal desses estabelecimentos viria à tona a fim de que o governo estadual garantisse os padrões de formação profissional colimados e estabelecidos pelo seu respectivo projeto de poder. Essa regulamentação foi consolidada por meio do Decreto n 6841, de 1934 (SÃO PAULO, 1934), que determinava o registro dos cursos profissionais particulares na Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, sendo esta responsável pela fiscalização do funcionamento destes cursos.

Ao considerarmos a importância da exportação de produtos agrícolas na economia brasileira, e a reboque, na economia paulista, além do comércio estrangeiro viabilizado pelo industrialismo em curso, o setor de transportes realizou consideráveis alianças com o governo paulista. O Decreto n 6537, de 1934 (SÃO PAULO, 1934), por exemplo, criou cursos de ferroviários em São Paulo, Campinas e Rio Claro sob a responsabilidade financeira do Governo Estadual e administrados pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), formado pela cooperação das Estradas de Ferro de São Paulo. Não obstante, tal preceito normativo previa a inauguração de outros cursos em Jundiaí, Araraquara, Bauru e em São Paulo, além de delegar às companhias de estradas de ferro paulistas o direito de requerer novos núcleos de ensino que contribuíssem para o desenvolvimento das mesmas. Entende-se que esta medida do Interventor paulista “colocou o CFESP sob os auspícios do Estado” (WEINSTEIN, 2000, p. 98).

O Decreto n 7317, de 1935 (SÃO PAULO, 1935), por sua vez, celebrou um acordo entre o Estado e a Companhia Docas de Santos para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional visando a atividades marítimas e portuárias na região. Tal medida estabeleceu a utilização de recursos financeiros públicos para a criação de um curso profissional de operários especializados em serviços marítimos e portuários na Escola Profissional Secundária do Instituto Dona Escolástica Rosa, sendo esta administrada pela Santa Casa de Santos.

As medidas governamentais de Armando relacionadas ao ensino profissional evidenciaram o seu vínculo e compromisso com o setor industrial paulista. De acordo com Weinstein, as lideranças industriais “elogiavam o governador Armando de Salles Oliveira por promover a expansão das escolas profissionais em todo o estado de São Paulo” (WEINSTEIN, 2000, p. 103).

Além da parceria com indústrias privadas, Armando de Salles Oliveira também recorreu à união com determinadas instituições religiosas. A aproximação do projeto educacional de seu governo com algumas associações católicas, principalmente no que diz respeito ao aprimoramento profissional, pode ser identificada na criação da Cidade dos Menores; na aprovação do convênio com o Convento Imaculada Conceição da Ordem dos Missionários Capuchinhos¹² para a criação de um estabelecimento de ensino, prescrita no Decreto n 6403 (SÃO PAULO, 1934) e no contrato com a Congregação das Irmãs de São José¹³ para a direção do Patronato Profissional para Órfãs, em São Paulo, estabelecido pelo Decreto n 7216 (SÃO PAULO, 1935).

Franco (1988, p. 142) analisa as relações entre os menores abandonados e a educação ofertada por organizações religiosas:

A “solução” encontrada para resolver o problema dos menores abandonados foi a educação e, mais especificamente, o ensino de ofícios. A tentativa de “educar” esse contingente da população para que se comportasse civilizadamente, confinando-o em instituições especializadas [...], dessa maneira não pode ser entendida como uma solução puramente técnico-pedagógica ou como iniciativas humanitárias de algumas “almas generosas”. Em verdade, essas instituições procuravam “educar” os menores abandonados para a aceitação da ordem social vigente, ou seja, procuravam dar respostas técnico-pedagógicas a problemas histórico-sociais que a sociedade colonial e, posteriormente, o capitalismo nascente não conseguiram resolver.

Ao tratar de indivíduos que não faziam parte das normas estabelecidas pelo seu projeto social de nação, por exemplo, os menores abandonados, Armando defendia um trabalho de “recuperação” destes por meio de escolas de preservação e reforma, além da atuação do Departamento de Assistência Social (OLIVEIRA, 2002). No dia 2 de junho de 1934, ele assinou o Decreto n 6476, que criava o Serviço de Reeducação, subordinado ao Juízo de Menores, com o objetivo de fiscalizar e orientar o funcionamento pedagógico e administrativo dos Institutos Disciplinares do Estado. Dentre outras funções, o Serviço de Reeducação consistia em “estabelecer medidas e instituições de psicotécnica e orientação, seleção profissional, adaptação científica de trabalho às aptidões naturais, tendo em conta a economia nacional e o meio social brasileiro” (SÃO PAULO, 1934).

¹² Informações adicionais sobre a referida Ordem religiosa, ver Karsburg (2015).

¹³ Dados históricos sobre a respectiva congregação feminina, ver Manoel (1989) e Gonçalves (2003).

Um outro exemplo de ação governamental neste quesito é a criação da Cidade dos Menores, um projeto gerido pela Liga das Senhoras Católicas¹⁴ e patrocinado pelo governo estadual, com o propósito de abrigar crianças sem tutela com a idade mínima de seis anos, propiciando a estas uma formação intelectual, física e laboral até a idade adulta (A CIDADE DOS MENORES, *O Estado de S. Paulo*, 8 nov. 1935, p. 9). Com um terreno de 53 alqueires localizado entre as regiões de Cotia, Itapecerica e Pinheiros, na então capital paulista, a Cidade dos Menores contava com serviços de alimentação, higiene e assistência médica, além do seu grupo escolar interno que levava o nome do então governador estadual, Armando de Salles Oliveira.

Em um discurso proferido na cidade de Campinas, no dia 18 de agosto de 1934, Armando esboça o seu entendimento sobre a educação dos menores sem tutela

O serviço de reeducação uniformiza a orientação de todos os estabelecimentos de preservação de São Paulo e dá-lhe um caráter rigorosamente científico. Reeducado e sabendo um ofício, o menor voltará um dia para a vida social, não mais como elemento pernicioso, mas como elemento produtivo e são. (OLIVEIRA, 2002, p. 119)

No plano discursivo, é interessante observar a associação direta que o paulista faz sobre um caráter rigorosamente científico de educação com a produtividade e a sanidade. Um elemento pernicioso para a sociedade, nesta lógica, é aquele que não produz, que não agrega valor de capitais para a economia. A improdutividade do indivíduo engloba o plano psicológico do mesmo, problematizando a própria sanidade do sujeito em questão. Em outras palavras, o indivíduo racional é aquele que produz, portanto, aqueles que não fossem produtivos não estariam gozando de racionalidade e sanidade. Caberia ao Estado, dessa forma, promover medidas educacionais para que os menores abandonados se tornassem “úteis” para a economia nacional ao propiciar a estes uma formação pautada na organização racional do trabalho.

Neste diapasão de sanidade e produtividade dos sujeitos, entendemos que as classificações sociais vão além dos muros escolares. A educação e seus conhecimentos ditos científicos, por esse prisma, tornar-se-iam critérios para segregações, mensurando e atestando as “capacidades” dos indivíduos e ocasionando impactos diretos em seus

¹⁴ Informações adicionais sobre a Liga das Senhoras Católicas, ver Pereira (1945).

cotidianos, tais como a hierarquização social de determinadas habilidades, a valorização de certas condutas, assim como a marginalização de outras.

No entanto, a difusão dos ideais da racionalidade industrial no ensino profissional paulista a partir do início da década de 1930 esteve estreitamente relacionada com a ascensão do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)

A educação profissional, setor bastante distinto do sistema educacional de São Paulo, sofreu uma série de inovações importantes no começo da década de 1930, inspiradas no círculo de educadores e engenheiros ligados ao IDORT. [...] Todo o movimento da Nova Escola no Brasil tinha uma grande dívida com ideias e indivíduos ligados ao IDORT, mas sua influência era sentida principalmente no campo da educação profissional. (WEINSTEIN, 2000, p. 95-96)

2.2 O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)

A exportação de produtos agrícolas foi, sem dúvida, a principal atividade da economia brasileira até a década de 1930. A cafeicultura era a atividade com maior destaque no setor primário brasileiro, sendo a principal responsável pelo desenvolvimento e disponibilização de recursos para as atividades econômicas locais. Dessa forma, a importância política das regiões e dos indivíduos ligados às grandes produções de café é um fato importante a ser considerado na história nacional.

Todavia, a atividade cafeeira lograva de uma grande dependência do mercado estrangeiro, em especial, dos Estados Unidos. Com a entrada do século XX, o cenário mundial sofreu inúmeras transformações econômicas com a ocorrência de guerras e recessões econômicas, desencadeando fortes abalos e dificuldades nas economias dos países envolvidos diretamente e indiretamente.

Com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918) o abastecimento nacional de produtos estrangeiros industrializados foi praticamente interrompido, em virtude do envolvimento bélico dos países industrializados. Tal situação gerou a necessidade do desenvolvimento industrial interno a fim de abastecer as necessidades regionais. Segundo Wilson Cano (1981), o estado de São Paulo reagiu de maneira mais eficaz que os demais estados. Seu êxito consistiu na maior disponibilidade de capitais oriundos principalmente do café e a presença de um mercado interno mais dinâmico. Nessa azáfama das atividades

econômicas paulistas, o desenvolvimento industrial do estado nas primeiras décadas republicanas foi marcado pelo seu forte vínculo com as atividades agrícolas.

Contudo, apesar da expansão do setor secundário no período, não houve uma considerável alteração nas técnicas e nos equipamentos de produção das indústrias nacionais. Logo, o avanço limitara-se apenas à diversificação dos produtos maquinofaturados e ao aumento quantitativo de unidades industriais nos meios urbanos entre os anos de 1919 e 1929, especialmente na cidade de São Paulo.

Com o *crack* da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929, as economias dos EUA e dos países europeus sofreram uma grande depressão. Em concomitância com esses países, as nações que tinham suas atividades de produção relacionadas à exportação para eles também sofreram com a crise, uma vez que a demanda dos países envolvidos diretamente com a Grande Depressão por produtos estrangeiros reduziu demasiadamente.

No caso do Brasil, que tinha os EUA como seu principal comprador, e o café como o seu principal produto de exportação, presenciou-se a queda abrupta da demanda e dos preços do café, sinalizando a fragilidade do seu modelo econômico agro-exportador e desencadeando uma ruptura com o então desenvolvimento econômico interno que celebrara até a Grande Depressão.

Tendo em vista este cenário de crise econômica, as discussões de políticas industriais ganharam destaque na pauta dos intelectuais do período ligados ao setor secundário

Na década anterior (1920), porém, já havia várias movimentações de setores da sociedade que, por meio de tentativas da criação de associações, discutiam políticas industriais de desenvolvimento, visando à modernização da sociedade. Desde o início da década de 1920, associações como o Instituto Paulista de Higiene, a Seção Paulista de Higiene Mental, a Sociedade de Biologia e a Sociedade de Educação, passaram a agregar vários profissionais – como médicos, engenheiros, administradores, empresários e educadores – em torno da discussão de mudanças que consideravam necessárias para a transformação da sociedade brasileira. Dentre os assuntos debatidos, figurava a necessidade de adaptação psicofísica do homem à máquina, a fim de aumentar o rendimento e diminuir os acidentes na indústria. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 3)

No ano de 1930, o administrador e proprietário de uma fábrica de tecidos, Aldo Mario de Azevedo, iniciou e contribuiu com a formação de um grupo de indivíduos preocupados com a administração de negócios do trabalho e que tinham como interesse

convergente diversas proposições para a formação do Instituto Paulista de Eficiência. Tal projeto ganhou mais impulso justamente quando recebeu o apoio de Armando de Salles Oliveira, tendo em vista as possibilidades de contatos, influências e suporte financeiro proporcionados por ele (CONCEIÇÃO, 2005). A união desses grupos somada ao “patrocínio da Associação Comercial e da Federação das Indústrias de São Paulo” (CUNHA, 2000, p. 24-25) originou a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) no dia 23 de junho de 1931, apresentado como

[...] uma “sociedade civil de intuítos não econômicos”. Constitui-se com – o “objetivo de estudar, aplicar e difundir os métodos de organização científica do trabalho”. Com isso tem o intuito de – “aumentar o bem-estar social”, por meio do acréscimo da eficiência do trabalho humano, em todos os seus ramos, expresso no “máximo proveito, quer para o indivíduo, quer para a coletividade.” Em resumo, pode-se dizer que o Instituto de Organização Racional do Trabalho é uma sociedade de estudos e de ação, voltada, imediatamente, ao melhor aproveitamento de todo esforço humano empregado em qualquer das múltiplas manifestações da atividade moderna, não só na indústria, mas também no comércio e na agricultura, na administração pública, na própria ciência e no trabalho intelectual, em tudo, enfim, onde a arte de fazer e de administrar tenha de se fazer sentir. Em uma palavra, Racionalização exprime o nosso programa. (IDORT, 1932, p. 2-3; grifos do autor)

Segundo Aldo Mario de Azevedo (1945), nos primeiros meses de atuação do IDORT, Armando efetuou o pagamento de aluguéis, de salários de profissionais e de publicações da revista do Instituto. Seu “entusiasmo” com a racionalização da organização do trabalho e com a formação profissional, admitindo como desígnio o máximo de produção em menor tempo e com maior parcimônia (SILVA, 1980), justifica o seu incentivo na elaboração e fundação do IDORT. O historiador Luiz Antônio Cunha salienta que o IDORT “passou a ganhar influência à medida que os efeitos da crise econômica de 1929 se somavam aos movimentos reivindicatórios de trabalhadores na diminuição da taxa de lucro” (CUNHA, 2000, p. 25).

Localizado na Rua Três de Dezembro, nº 12, na capital paulista, o Instituto contava com a seguinte configuração em sua diretoria: Armando de Salles Oliveira como presidente; Antônio Carlos Pacheco e Silva como 1º vice-presidente; Luiz T. Alves Pereira como 2º vice-presidente; Aldo Mario de Azevedo como 1º secretário; Clovis Ribeiro como 2º secretário; Gastão Vidigal como 1º tesoureiro; Vicente Soares de Barros Jr. como 2º tesoureiro e Roberto Mange como diretor técnico da 2ª divisão.

A comissão de redação da *Revista de Organização Científica* era dividida em seis grandes itens temáticos, e cada um tinha os seus respectivos responsáveis: 1) Assuntos gerais do IDORT, que contava com Armando de Salles Oliveira, Clovis Ribeiro e Brenno Ferraz; 2) Organização geral do trabalho administrativo, integrado por Aldo Mario de Azevedo, Roberto Simonsen e Domicio Pacheco e Silva; 3) Orientação profissional, composto por Victor da Silva Freire e Noemy da Silveira Rudolfer; 4) Seleção e educação profissionais, chefiado por Roberto Mange e Monteiro de Camargo; 5) Tecnopscologia do trabalho, tendo Roberto Mange e Julio Genta como os principais responsáveis; 6) Higiene do trabalho, gerido por Geraldo de Paula Souza e Antonio Carlos Pacheco e Silva (IDORT, 1932).

O item temático “Assuntos gerais do IDORT” era classificado de forma decimal, de modo que as suas publicações deveriam ser identificadas por um número de 000 a 099, sendo as dezenas utilizadas como indicador de cada tópico, conforme as seguintes classificações: (000) Não Classificados; (010) Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho; (020) Diretoria em Geral; (030) Secretaria em Geral; (040) Revista e Publicações do IDORT; (050) Tesouraria em Geral; (060) Conselho Fiscal; (070) Sócios em Geral; (080) Conselho Consultivo; (090) Assuntos Gerais (IDORT, 1932).

Além de publicar matérias a respeito de assuntos internos e dados administrativos do IDORT, a redação do item “Assuntos Gerais” produzia frequentemente artigos que tratassem das inovações científicas do setor industrial, da demonstração de resultados produtivos, da exaltação de teorias e métodos de racionalização do trabalho, das aplicações das práticas racionalizadoras e dos seus supostos benefícios no período vigente. No âmbito nacional, privilegiava-se a publicação de textos cuja autoria pertencia a indivíduos ligados à administração pública, como Paulo Frederico de Magalhães¹⁵ e Gabriel Rebouças de Carvalho¹⁶ (IDORT, 1933).

Além disso, também eram bastante frequentes as traduções de trechos de conferências científicas internacionais e de textos produzidos por teóricos estrangeiros que atuavam nas áreas de administração, de psicologia, de psicopedagogia e de sociologia que faziam menção à produção e aos métodos de racionalização científica. Dentre estes autores

¹⁵ **Paulo Frederico de Magalhães**: Chefe do Serviço de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. (IDORT, 1933)

¹⁶ **Gabriel Rebouças de Carvalho**: Contador e teórico de Contabilidade. (IDORT, 1933)

estrangeiros traduzidos, podemos destacar Henry Ford, Leon P. Alford¹⁷, James D. Mooney¹⁸, Alan C. Reiley¹⁹, Hyacinthe Dubreuil²⁰, Leon Walther²¹, Henri Pieron²² etc.

A publicação de produções científicas de autores estrangeiros ligados ao âmbito industrial evidencia um considerável esforço de persuasão por parte dos intelectuais conectados ao IDORT baseado na propagação dos ideais industriais aos leitores da *Revista de Organização Científica* e ao restante da sociedade brasileira. Ao estudar o *Americanismo*, Gramsci (2008) ressalta que, além da coerção, para que a racionalização da produção e do trabalho obtenha êxito, a persuasão por meio de benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política muito hábil permitem estabelecer toda a vida do país sobre a produção. Dessa forma, a “hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade, para ser exercida por uma minoria de intermediários, profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2008, p. 41), o que viabiliza a difusão dos ideais industriais pela própria classe operária.

Sob o ponto de vista operacional, o IDORT se estruturava em dois grandes grupos de trabalho, 1ª e 2ª divisão:

A 1ª divisão ficaria responsável pelos trabalhos e estudos de gabinete, administração, estatística, contabilidade, compras e vendas, produção, padronização, legislação e financiamento; pelas questões referentes à concepção do processo de trabalho, atividades de divisão e especialização de funções, definição e demarcação de tarefas, simplificação e padronização da produção e do produto. A 2ª divisão ficaria com os assuntos de organização da tecnopsicologia do trabalho, de orientação, seleção e educação profissional, além de higiene do trabalho. O fator humano ganharia as atenções na adaptação do homem à máquina (psicotécnica), e, inversamente, na adaptação dos instrumentos de trabalho e do ambiente fabril ao homem. A análise do trabalho, das máquinas, das ferramentas, dos movimentos, do ambiente, da força de trabalho, da matéria-prima, objetivariam conduzir à simetria, à simplificação, à padronização e à precisão dos gestos e movimentos, facilitando o controle da produção. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 6)

Em uma homenagem ao falecimento de Armando de Salles Oliveira, em 1945, Roberto Mange (1945, p. 181) relaciona diretamente a trajetória e a atuação do finado à 2ª

¹⁷ **Leon Pratt Alford:** Teórico organizacional e administrador da Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos.

¹⁸ **James D. Mooney:** Engenheiro americano, executivo corporativo da General Motors e teórico administrativo.

¹⁹ **Alan Campbell Reiley:** Teórico americano que ao lado de James D. Mooney desenvolveu a “Teoria Administrativa”.

²⁰ **Hyacinthe Dubreuil:** Sindicalista francês que produziu reflexões acerca de empresa e organização do trabalho.

²¹ **Léon Walther:** Psicólogo russo, estudou Sociologia na Suíça e Psicopedagogia no Instituto Jean-Jacques Rousseau. (CAMPOS, 2001)

²² **Henri Pieron:** Psicólogo francês, lecionou a disciplina “Psicologia das Sensações” no Collège de France.

divisão do IDORT, tanto no período de presidência do Instituto, quanto no período em que governou o estado de São Paulo

A figura de Armando de Salles Oliveira está intimamente ligada à atividade da Segunda Divisão do IDORT, que trata da eficiência do fator humano no trabalho. Com a clarividência que lhe era peculiar, ele orientou essa ação para os seus verdadeiros objetivos, certo de que, sem fator humano capaz, selecionado e bem preparado, não resultaria eficiente a Organização Racional do Trabalho, no campo da administração. Destacam-se dois setores em que a Segunda Divisão atuou com maior repercussão no período do governo de Armando de Salles Oliveira em nosso Estado: o da seleção e aperfeiçoamento do servidor público e o do ensino profissional. Naquele, coube à Segunda Divisão organizar, pela primeira vez no Brasil, provas de seleção para admissão de funcionários e cursos de aperfeiçoamento para funcionários em serviço. Com essas iniciativas, implantou-se em S. Paulo o princípio da seleção e do preparo do funcionalismo, o que, anos mais tarde, veio a ser realizado de forma semelhante pelo DASP²³ no âmbito federal.

A homenagem de Roberto Mange destaca a atenção que Armando e o IDORT delegaram à capacitação dos indivíduos, e o fator humano, por sua vez, seria um ponto crucial na expansão da produção. Muito além da mera preocupação com as habilidades técnicas dos trabalhadores, no início da década de 1930 este grupo de industriais direcionou o seu enfoque para a formação e adequação psicológica da classe operária ao trabalho, e esta nova perspectiva no campo da administração ganhou um considerável número de adeptos ligados ao setor industrial e às organizações governamentais no término da década de 1930, conforme Weinstein analisa: “Algumas das propostas mais aceitas do IDORT, inclusive o uso de testes psicotécnicos para a seleção de empregados, se tornaram rotina em muitas grandes empresas e instituições públicas no final da mesma década” (WEINSTEIN, 2000, p. 93).

Observada por Mange, a dedicação de Armando às políticas de *seleção* e *aperfeiçoamento* dos servidores públicos²⁴ traz à tona o projeto dos indivíduos vinculados ao IDORT de racionalização da sociedade a serviço do industrialismo. Em outras palavras, os “fundadores do IDORT viam na racionalização uma solução para a ineficiência e desorganização em todas as esferas da sociedade, mas seu alvo principal era o setor

²³ Departamento Administrativo do Serviço Público.

²⁴ Como exemplo destas políticas, podemos destacar os Decretos Estaduais n 6417 (SÃO PAULO, 1934) e n 7584 (SÃO PAULO, 1936), outorgados por Armando, que prescreviam a regulamentação da Escola de Polícia e dos “Cursos Gerais de Aperfeiçoamento” dos funcionários da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo, respectivamente.

industrial” (WEINSTEIN, 2000, p. 91). Sob esta ótica, portanto, o modelo de organização industrial seria o novo modelo de sociedade a se formar.

A configuração inicial do Instituto se manteve até agosto de 1933, com o afastamento de Armando de Salles Oliveira em virtude da nomeação do cargo de Interventor Federal em São Paulo, delegando a presidência do Instituto a Antonio Carlos Pacheco e Silva (IDORT, 1933).

No entanto, o afastamento da presidência não significou um desligamento de Armando do IDORT, sendo o período de gestão do governo estadual também considerado como parte da atuação do paulista diante do Instituto de Organização Racional do Trabalho. Apenas cinco meses após a sua posse, o então Interventor Federal promulgou o decreto estadual nº 6284 (SÃO PAULO, 1934), que considerava a utilidade pública do IDORT e, ao mesmo tempo, incumbia o Instituto de realizar estudos que propiciassem a reorganização da administração pública do estado de São Paulo, sendo o orçamento destes estudos composto exclusivamente pela verba do tesouro do estado paulista. Segundo Monarcha: “O ponto alto do instituto consiste no contrato celebrado com o interventor para reorganizar a burocracia de Estado e realizar campanhas contra o desperdício e difusão dos testes psicotécnicos” (MONARCHA, 2009, p. 248).

Como era de se esperar, tal decreto foi passível de inúmeras críticas que apontaram uma parcialidade do Interventor ao facultar um serviço de responsabilidade pública a um Instituto privado no qual outrora fora fundador e ainda permanecera nomeado oficialmente como presidente no ano de 1934, apesar de afastado. O direcionamento de parte da verba pública estadual ao IDORT seria umas das principais pautas das críticas das correntes contrárias ao decreto e ao governo do intelectual paulista (SILVA, 1980).

Em uma mensagem ao Poder Legislativo, em 1936, Armando justifica a promulgação do respectivo decreto de 1934

A administração do Estado ressentia-se de falhas e anomalias, que se tinham sobretudo agravado nos anos de inevitável confusão, criada pelo ímpeto e pelo imprevisto do progresso de São Paulo. Recebeu o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em princípios de 34, a revisão geral da nossa organização administrativa e de indicar as medidas adequadas para a realização da reforma que se tornara indispensável. [...] Os trabalhos sobre a reforma da administração paulista estão sendo acompanhados com interesse, dentro e fora de São Paulo. Três estados, os de Pernambuco, Paraná e Goiás, pediram a

colaboração do IDORT para a reorganização dos seus serviços administrativos. (OLIVEIRA, *Revista de Organização Científica*, 1945, p. 189)

Sob o ponto de vista de gestão, tanto da esfera privada, quanto da esfera pública, o Decreto n 6284/34 evidenciou a lógica da racionalização científica presente na atuação e nos anelos de Armando de Salles Oliveira. A exaltação da utilização de princípios científicos seria uma temática amiúde defendida pelo paulista, principalmente no que diz respeito à formação de pessoas e métodos operacionais. Nesse mote, o decreto que facultou a organização da administração pública do estado de São Paulo ao IDORT serviu de “trampolim” para a irradiação da atuação do Instituto para outras partes do país e, em concomitância, dos princípios da racionalização científica. De acordo com Weinstein: “Em nível federal, muitas personalidades destacadas do IDORT, como Roberto Mange e Lourenço Filho, começaram a participar de ‘comissões técnicas’ criadas pela administração Vargas” (WEINSTEIN, 2000, p. 91).

No dia 19 de outubro de 1936, o presidente Getúlio Vargas declara o IDORT como utilidade pública em âmbito nacional, conforme o Decreto n 1155 (BRASIL, 1936), o que corroborou ainda mais com a expansão da atuação do Instituto e de seus fundamentos e métodos, além de explicitar uma possível coesão entre Armando de Salles Oliveira e o governo federal a respeito da utilização de princípios e práticas de racionalização científica no período mencionado.

Apesar de a maioria dos líderes do Instituto ter sido obrigada a deixar o país no período do Estado Novo, ocasionando, por consequência, o afastamento do IDORT da administração pública, o Instituto fundado por Armando trabalharia com maior intensidade e regularidade na década de 1940 a serviço de empresas privadas, com ênfase nas práticas educacionais, principalmente por divulgação de cursos próprios e publicações científicas que envolvessem e admittissem como premissa a organização racional do trabalho (CONCEIÇÃO, 2005). A *Jornada contra o desperdício*, que tratava de questões como o desperdício de tempo, espaço, energia, produtos, ferramentas etc. no âmbito da produção, foi um exemplo de destaque dessas expedições do Instituto na época do Estado Novo, que proclamava para si a função de ser o principal responsável pela educação do trabalhador brasileiro (BATISTA, 2013).

Por outro lado, a partir da década de 1930, a difusão dos ideais da racionalidade industrial na sociedade brasileira percorreu outros caminhos além da educação profissional e do IDORT. A elaboração de um sistema educacional nacional pautado nos valores da racionalidade científica, no ordenamento das ideias e na disciplina fez parte das políticas públicas deste período

Ou, antes, esperança social compartilhada, é para as escolas de massas, terra de missão, que convergem as ambições das autoridades públicas; pelo derramamento da instrução, colocar-se-ia ordem nas ideias e disciplina nos sentimentos individuais e coletivos. Numa palavra, do fascínio pela escola defluiu o desejo de nela ancorar os mecanismos da boa integração social: moralização, coesão e salvaguarda da ordem nacional. Em síntese, no lugar de tensão e conflito, função e regra. (MONARCHA, 2009, p. 119)

Capítulo III: Industrialismo e Escolarização

3.1 Ensino Primário

A cidade de São Paulo, principal alvo da política cultural do projeto de poder de Armando de Salles Oliveira e seu grupo, vivenciou diversas mudanças relacionadas à educação a partir da década de 1930. A presença da escola no cenário urbano e no cotidiano da população paulistana, além da queda das taxas de analfabetismo, refletiram a preocupação e a atuação do poder público em relação, principalmente, ao ensino primário (MARCÍLIO, 2014).

À frente da Interventoria Federal e do governo do estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira contou com o apoio de um total de quatro secretários da pasta de Educação e Saúde ao longo do seu governo. São eles: Waldomiro Oliveira (O NOVO GOVERNO DO ESTADO. *O Estado de S. Paulo*, 22 ago. 1933, p. 3), Christiano Altenfelder da Silva (LARGAMENTE APOIADA PELO PC. *O Estado de S. Paulo*, 24 abr. 1934, p. 5), Marcio Munhoz (GOVERNO DO ESTADO. *O Estado de S. Paulo*, 26 out. 1934, p. 5) e Cantídio de Moura Campos (EM AMBIENTE FESTIVO. *O Estado de S. Paulo*, 23 abr. 1935, p. 4). Nas condições de Interventor e Governador, Armando outorgou um total de 26 decretos estaduais diretamente relacionados ao ensino primário²⁵. Tais preceitos normativos determinavam reformas como a autorização de permanência ou de extinção de algumas escolas isoladas, conforme o Decreto n 6181 (SÃO PAULO, 1933); alterações na carreira do magistério primário, realizadas pelos Decretos n 6197 (SÃO PAULO, 1933) e n 6947 (SÃO PAULO, 1935) que classificavam as escolas quanto às suas respectivas localizações e nível de isolamento, além de tratarem de questões como remoção, promoção e permuta dos cargos pedagógicos; a aprovação de existência de mais de mil escolas primárias, com ênfase na zona rural, prescrita no Decreto n 6402 (SÃO PAULO, 1934); regalias para professores de escolas primárias, autorizadas no Decreto n 6461 (SÃO PAULO, 1934); a incorporação do ensino religioso na educação básica oficial, regulamentada no Decreto n 6766 (SÃO PAULO, 1934); a abertura do tesouro estadual para o pagamento de gratificação para os professores rurais, prevista no Decreto n 6847 (SÃO PAULO, 1934); e

²⁵ Ver Apêndice II.

a disposição do comissionamento no magistério, proclamada no Decreto n 7325 (SÃO PAULO, 1935).

Essa atenção à educação primária não tinha como objetivo central um desprezioso aumento do número de instituições de ensino no estado de São Paulo, e sim, um ambicioso projeto de sociedade e nação, delineado por Armando e pelo grupo do OESP, consubstanciado na organização racional, nos preceitos científicos e em determinados padrões culturais.

No que diz respeito à política nacional de educação, esta deveria admitir como esteio três princípios: o primeiro consiste na adaptação do sistema educacional à estrutura social do país; o segundo seria composto pela organicidade do sistema educacional, que atuaria da maneira mais uniforme possível, apesar dos obstáculos físicos e geográficos, mantendo um mesmo padrão de ensino até nas instituições mais isoladas; e o terceiro, o sistema educacional deveria ser organizado de maneira vigorosa, no entanto, flexível e atento às demandas econômicas e às inovações de seu tempo (OLIVEIRA, 2002).

A educação, por conseguinte, seria um dos pilares que sustentaria um projeto de progresso econômico, conforme Armando expõe: “A ciência, a técnica, a educação e o espírito de cooperação devem unir-se no mesmo esforço para a obra de organização da economia brasileira” (OLIVEIRA, *O Estado de S. Paulo*, 11 abr. 1937, p. 8).

A educação rural recebeu uma considerável atenção nas políticas públicas do governo estadual de Armando, principalmente nas questões de transporte e acesso das comunidades locais às escolas rurais, a fim de reduzir o isolamento geográfico. Medidas governamentais como a concessão de passes escolares para docentes e discentes nas estradas de ferro estaduais, de acordo com o Decreto n 7019 (SÃO PAULO, 1935) demonstraram a preocupação do governo paulista com esta problemática.

Outras assistências à população rural defendidas pelo intelectual paulista também foram ponderadas, como alojamentos, saneamento, assistência higiênica e técnica, desenvolvimento da lavoura, regulação da migração interna com o intuito de equilibrar a densidade demográfica do campo etc. (OLIVEIRA, 2002). A questão sanitária foi englobada pelo projeto educacional de Armando, sobretudo na formação docente. As regulamentações do curso de Educadores Sanitários, previstas nos Decretos n 6224 (SÃO PAULO, 1933) e n 6321 (SÃO PAULO, 1934) objetivavam ensinar, preferencialmente, os

professores primários acerca dos conhecimentos “teórico-práticos de higiene, no intuito de concorrer para a formação da consciência sanitária do povo, e cooperar, com serviços de saúde pública, nas campanhas profiláticas”. Com a duração de um ano, entre outras matérias, o curso abordava questões como higiene mental, social e do trabalho; higiene urbana, rural e das habitações; ética, educação e administração sanitárias etc.

Em um discurso proferido na inauguração do posto central de alistamento do Partido Constitucionalista, no dia 10 de abril de 1937, na capital paulista, Armando de Salles Oliveira evidenciou que as suas medidas governamentais relacionadas à assistência das populações carentes eram motivadas, acima de tudo, por ideais de ordem econômica

A taxa de mortalidade desce a níveis imprevisíveis em cada cidade que inaugura o seu abastecimento de água. As vidas humanas assim poupadas têm um valor econômico que compensa com larga margem os encargos financeiros decorrentes daqueles serviços. As razões de ordem social, preponderantes na diretriz que tomei, fortalecem-se, portanto, com motivos de ordem econômica. (OLIVEIRA, *O Estado de S. Paulo*, 11 abr. 1937, p. 8)

A historiadora Rosa Fátima de Souza (2008, p. 11) analisa o conjunto de intervenções governamentais paulistas concernentes à assistência social na década de 1930 e problematiza as relações de poder presentes no processo, identificando o autoritarismo do poder público apresentado no excerto a seguir:

Contudo, os serviços de assistência prestavam-se também aos incontroláveis desejos de intervenção, moralização e disciplinarização da população pobre dos bairros urbanos ou das zonas rurais. O saber médico e social foram amplamente utilizados nesse empreendimento de intervenção sobre as populações, no qual a escola ocupou um papel relevante. [...] os laços entre educação e saúde foram estreitados ainda mais tornando-se política de Estado de cunho inegavelmente autoritário e disciplinador.

É válido ressaltar a importância da agricultura na economia brasileira na década de 1930, bem como a predominância da densidade demográfica brasileira na zona rural, o que justifica a ênfase de Armando não apenas nos aspectos pedagógicos, mas no cotidiano dos indivíduos por meio de uma assistência social. Podemos identificar uma semelhança nesta lógica de progresso com a concepção de “Serviço Social” asseverada por Henry Ford: “O progresso não se limita por uma certa fronteira através da qual passamos, e sim por uma atitude e um ambiente” (FORD, 1927, p. 46).

Neste mote, o *ambiente* proposto por Ford que engloba as questões socioeconômicas, geográficas e culturais seria o principal foco de atuação de um sistema educacional, logo, o projeto “Armandista” de educação primária é descrito da seguinte maneira:

Hoje o seu papel é mais social do que pedagógico, não se limitando a dar ao povo os elementos mínimos de formação econômica e social e as bases para a extensão de sua cultura no ensino secundário. A escola primária transpõe essa finalidade puramente pedagógica para se revestir de uma função social e nacional que ela realizará tanto melhor quanto mais se for ampliando a educação em um número cada vez maior de crianças até ser possível atingir o grande ideal das nações democráticas – colhendo as gerações que sobem, em todo o país, na rede de ensino gratuito e obrigatório. Assim deverá crescer, de ano a ano, a massa de indivíduos em que se fará a sondagem indispensável para encaminhar ao ensino secundário a parte mais bem dotada da população escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 429)

Conforme a afirmação anterior, podemos entender que a função social da educação no que tange à formação da população é elencada como prioridade no pensamento de Armando. Ao delimitar para a escola primária um papel social com amplitude nacional, entendemos que tal nível educacional seria o principal instrumento formativo de seu projeto político, oportunizando uma condição de formação comum no invólucro da sociedade brasileira, o que acarretaria em um consenso social de pensamento, linguagem e ação. Dessa forma, a expansão das instituições de ensino primário colaboraria com a efetivação deste projeto de nação, ampliando cada vez mais a proporção da população alfabetizada e educada por um padrão cultural específico.

Por outro lado, este consenso social do qual a escola primária seria responsável não implicaria em reduzir ou cessar com as múltiplas desigualdades entre os estudantes. Nessa lógica, o primeiro nível escolar serviria como uma base comum, privilegiando determinados saberes em detrimento de outros, e ao mesmo tempo, classificando e hierarquizando os indivíduos com base em seu desempenho escolar e, em concomitância, servindo de filtro para o acesso aos níveis de ensino posteriores.

Não obstante, o consenso social do qual o ensino primário seria encarregado de propiciar consistiria em formar a população para que esta pensasse e agisse em prol de um projeto específico de sociedade. Destarte, as habilidades e opiniões dos cidadãos formados estariam a serviço desse projeto de alcance nacional.

Não será possível consultar o país, para a sua orientação nas grandes reformas, sem a existência de correntes de opiniões, tanto mais sensíveis e poderosas quanto mais o povo, em que elas se formam, tiver noção de suas necessidades. A grande massa dos homens preparados pela educação comum é que forma ambiente para as campanhas eleitorais e os movimentos de opinião, que precedem as reformas e contribuem para orientá-las no sentido das necessidades coletivas. (OLIVEIRA, 2002, p. 430)

É interessante identificar o dilema social enfatizado por Armando: de um lado, para que haja grandes reformas em um determinado país, é necessário que o seu povo esteja preparado e ciente de suas respectivas necessidades para que existam correntes de opiniões eficazes para o desenvolvimento nacional; por outro lado, somente a educação comum é capaz de orientar a população para que esta tenha ciência de suas necessidades.

Quanto ao sistema eleitoral, este só teria êxito em uma sociedade que estivesse preparada pela educação comum, logo, no entendimento de Armando, o povo precisaria ser ensinado a pensar e a votar, e a educação primária se encarregaria de realizar tal tarefa. Tal lógica pressupõe uma incapacidade dos indivíduos não escolarizados em gerar opiniões proficuas para o desenvolvimento da nação, desvalorizando e desconsiderando os seus saberes e seus aspectos culturais.

Assim, ao mesmo tempo em que a educação comum assume as funções de emancipar os indivíduos e possibilitar a eles a liberdade de opinar, exerce a função de regulamentar e normatizar os indivíduos que passam por ela, estabelecendo a hierarquia dos valores, privilegiando os valores espirituais e morais sobre os valores vitais e materiais (OLIVEIRA, 2002), enaltecendo determinados conhecimentos e atestando o papel social de cada indivíduo com base na sua formação.

A correlação da formação escolar de nível primário da população com o estereótipo de “povo civilizado” é demasiada explícita e, aos olhos de Armando, tal “processo civilizatório” deveria ser concretizado em São Paulo e irradiar para o restante do território nacional. No dia primeiro de março de 1936, na cidade de Itapetininga, ao comparar os investimentos do seu governo sobre o ensino primário em relação às gestões anteriores, o paulista enunciou as seguintes palavras

Menos de 20 mil contos de aumento em seis anos para o ensino primário é irrisório, se queremos de fato resolver esse problema vital (o analfabetismo) e

merecer o título de povo civilizado. O analfabetismo, nas proporções em que ainda existe em São Paulo, é uma nódoa humilhante para os paulistas. É um dever de honra fazê-la desaparecer. (OLIVEIRA, 2002, p. 294)

Ademais, para a efetivação de uma regulamentação social, além dos discentes, os profissionais de ensino também deveriam estar enquadrados em normas específicas. Desse modo, para atingir este propósito, o sistema educacional deveria “dar estabilidade e segurança a todos os trabalhadores de ensino, não só melhorando as suas condições econômicas, como adotando medidas de seleção e promoção nas quais se leve em conta exclusivamente o merecimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 433).

Em uma fase de expansão de um determinado sistema educacional, o ato de proporcionar atrativos para a carreira docente faculta uma maior oferta de profissionais que atuem nas carreiras pedagógicas, reduzindo o déficit de quadros em um período em que se pretende ampliar a rede de ensino. Ao mesmo tempo em que os atrativos são instituídos, as seleções e normas de conduta destes profissionais também seriam rigidamente estabelecidas, delimitando os perfis desejados e fazendo com que aqueles que pretendam assumir estes postos se adequem aos preceitos normativos vigentes do sistema de ensino em questão.

Com a instituição do Código de Educação do estado de São Paulo meses antes da posse de Armando de Salles Oliveira como Interventor Federal, e de acordo com o Decreto n 7318, de 1935 (SÃO PAULO, 1935), assinado por Armando, as Escolas Normais Oficiais, responsáveis pela formação dos professores primários, seriam regidas pelo respectivo Código de Educação estadual. Esta medida demonstrou a atenção do governo estadual com a formação dos futuros professores por meio da fiscalização das Escolas Normais Oficiais.

As Escolas Normais particulares, por sua vez, deveriam ter os cursos equiparados às Escolas Normais oficiais, o corpo docente registrado no Departamento Nacional de Educação, a formação profissional do professor atuante deveria estar registrada na Diretoria de Ensino e a Escola seria fiscalizada pelo governo estadual, apesar de ser de natureza privada, conforme previa o Decreto n 6427, de 1934 (SÃO PAULO, 1934).

Quanto à relação entre a escola e a religião, Armando entende que a política educacional deve

Desenvolver o sentimento religioso, com o maior respeito à liberdade de crenças e de cultos. Estimular, por todos os meios, a solidariedade nacional, sobretudo pelo culto devido às tradições e monumentos históricos, às aspirações, às

provações e às glórias comuns, e pelo respeito ao Estado, às instituições políticas e às classes armadas. Cultivar as tradições do país, entre as quais a de uma nobre tolerância social, a respeito de raças e de religiões. (OLIVEIRA, 2002, p. 432)

Com o intento de ampliar o acesso da população comum à educação escolar, a busca pela convivência harmoniosa entre os diferentes grupos sociais não poderia ser negligenciada por parte das ações governamentais (CARVALHO, 1998), e no âmbito dos cultos e das crenças, não poderia ser diferente. Todavia, ao delimitar para essas atividades pedagógicas o respeito *ao Estado* e às *tradições e monumentos históricos* deste, às *instituições políticas* e às *classes armadas*, desconsidera-se uma gigantesca construção histórica de conflitos, punições e proibições que os órgãos governamentais exerceram a determinados grupos sociais e às suas respectivas crenças e padrões culturais ao longo da história brasileira. Em um discurso pronunciado na cidade de São José do Rio Pardo, no dia 18 de outubro de 1936, Armando de Salles apresenta o seu modelo de progresso nacional em consonância com os princípios cristãos:

Se não somos, batizemo-nos todos mais uma vez nas puras águas cristãs e preparemo-nos para a marcha, com as imaginações, aquecidas por uma só mística, a da pátria, e com as inteligências e as vontades voltadas para uma só direção – a do povo. (OLIVEIRA, 2002, p. 342)

Além disso, independente da cultura e do credo, os indivíduos deveriam se adaptar aos padrões estipulados pelo Estado para ingressarem e darem prosseguimento na educação escolar, algo questionável, uma vez que o Estado brasileiro sempre teve fortes aproximações com a doutrina cristã, não sendo diferente na década de 1930. Tal aliança entre Estado e Igreja Católica foi identificada por Saviani (2013) nas reformas educacionais empreendidas pelos Ministros da Educação e Saúde, Francisco Campos (1930-1932) e Gustavo Capanema (1934-1945), e na inclusão de teses católicas na Constituição Federal de 1934. As iniciativas católicas a respeito do ensino primário, principalmente relacionadas à educação dos trabalhadores, tiveram início na primeira década do século XX (MARTINS, 2016). Segundo Bittencourt (1990, p. 112): “a preocupação da Igreja com a educação popular associa-se às questões políticas do período e às relações com os trabalhadores industriais, setor que frontalmente se organizava em oposição à política e ordem vigente”.

Todavia, é importante salientarmos que apesar de Armando de Salles Oliveira ter direcionado bastante de sua atenção à educação das classes trabalhadoras, seu ambicioso

projeto educacional objetivava ampliar o alcance social deste de forma que incluísse os demais grupos pertencentes à população brasileira, mediante níveis educacionais mais elevados que o ensino primário.

3.2 Ensino Secundário

Conforme Pimentel e Freitas (2012) estudaram, após a Revolução de 1930, o Governo Federal adotou diversas normas que acarretaram modificações consideráveis na educação brasileira, iniciando uma feição de sistema de ensino articulado. No caso do ensino secundário, a reforma realizada pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos (1931), contribuiu para esta concepção de ensino de caráter orgânico. Na década de 1930, segundo Andrade (2019), o ensino secundário público paulista vivenciou uma considerável expansão de sua rede, e tal processo foi viabilizado pelo apoio dos municípios do estado, uma vez que “a obtenção de um ginásio público significava prestígio para o município, sendo visto como elemento de desenvolvimento sociocultural e de modernização” (DINIZ; SOUZA, 2014, p. 221-222).

Além de propiciar prestígio aos municípios, “a expansão dos ginásios oficiais compôs o capital político de Armando de Salles Oliveira” (DINIZ; SOUZA, 2019, p. 102). Conquanto pautado no ideal de sistema de ensino articulado, Armando entendia o ensino secundário como uma peça fundamental no plano educacional, exercendo a função de aprofundar conhecimentos culturais e científicos aprendidos no nível primário, e que ao mesmo tempo qualificaria os indivíduos para um suposto ensino superior de excelência. A organicidade do ensino dialogaria com seu caráter nacional e unificador, logo, a ênfase direcionada à consciência nacional dos cidadãos também estaria prescrita no seu respectivo projeto de ensino secundário

Quaisquer que sejam as linhas em que se fixe o ensino secundário, não poderá ele fugir de seus fins – a formação da consciência nacional e da consciência universal e humana, e o desenvolvimento simultâneo do espírito literário e do espírito científico. Ensino desinteressado, de cultura geral, articulado à escola primária pela continuidade de seus fins e de seus processos, ele deixará tanto mais de cumprir o seu objetivo quanto mais pretender introduzir em sua organização os estudos de caráter especializado ou profissional. (OLIVEIRA, 2002, p. 428)

Fundamentado nessa lógica, sua atuação política entre os anos de 1933 e 1936 sobre o ensino secundário somou 27 decretos estaduais especificamente direcionados a este nível educacional.²⁶ Seus decretos autorizaram a criação de 21 ginásios, a compra e o arrendamento de terrenos para futuras inaugurações, a construção de 10 prédios escolares, o pagamento de aluguéis e outras despesas dos edifícios escolares, o pagamento de salários de professores, a regulamentação de determinadas instituições conforme a legislação vigente, o concurso para docentes e o acréscimo de aulas na grade curricular.

Na leitura de Armando, o Brasil carecia de instituições de nível superior de alto nível com focos de pesquisa científica e *alta cultura*, porém, estas instituições não poderiam “subsistir sem um sólido sistema de educação secundária” (OLIVEIRA, 2002, p. 422). Nessa perspectiva, o ensino secundário deveria equilibrar em sua grade os estudos clássicos com os científicos, sem a sobreposição de um sobre o outro, produzindo em seu invólucro uma formação cultural específica e ao mesmo tempo uma aptidão profissionalizante aos seus discentes.

Se organizar o ensino em moldes puramente clássicos é estimular forças anti-democráticas, isto é, “forças que dividem, estratificam, e classificam os homens”, dar-lhe por outro lado um caráter excessivamente prático seria não somente desvirtuá-lo dos seus fins humanos e nacionais, como também despojá-lo da riqueza e da utilidade educativa das humanidades clássicas. (OLIVEIRA, 2002, p. 427; grifos do autor)

Dessa forma, as escolas secundárias seriam responsáveis por ensinar aos seus estudantes, por um lado, determinados aspectos culturais colimados pelo projeto de nação ao qual elas estariam a serviço, disseminando padrões de conduta e de cultura específicos e, em concomitância, proporcionariam o aprendizado de conhecimentos técnicos e científicos atentos às demandas produtivas do período vigente. Em outras palavras, em um amálgama, a atuação do ensino secundarista se estabeleceria na formação intelectual e técnica dos indivíduos, associando diretamente cultura à produção, e vice-versa, justificando a preocupação de Armando com o equilíbrio entre o ensino das humanidades clássicas e das ciências consideradas *práticas*.

Esse equilíbrio entre os estudos clássicos e os estudos científicos seria sistematizado no âmbito educacional da seguinte maneira, na leitura de Armando

²⁶ Ver Apêndice III.

A solução estará ou em dar-lhe mais larga variedade de programas, para atender, na sua estrutura, o maior número de ocupações ou de profissões, ou de construí-lo sobre uma base comum, de cinco anos, para todos, com um justo equilíbrio de estudos literários e científicos, para as ramificações posteriores nos últimos anos. Essas ramificações podiam ser em três seções, conforme os estudos superiores a que se destinem os alunos: a) seção de ciências; b) seção de clássicas; c) seção de letras modernas, em que se intensificariam respectivamente essas três ordens de estudos sobre a base adquirida no curso ginásial fundamental e como preparação indispensável à especialização dos cursos universitários. (OLIVEIRA, 2002, p. 427)

A coadunação dos estudos clássicos com os estudos científicos defendida assiduamente por Armando seria a solução para os obstáculos gerados pelos múltiplos movimentos sociais que o país vivenciou no período tratado. O desenvolvimento industrial; o surgimento de novas profissões e técnicas de produção; o crescente processo de urbanização, e, em tautocronia, a dependência econômica da nação do setor primário consistiam em algumas dessas vicissitudes que demandariam, sob o ponto de vista do intelectual paulista, diversas alterações do sistema educacional, bem como a expansão deste e a adaptação do alunado para o suprimento das carências dos setores produtivos e científicos da época, uma vez que as escolas secundárias seriam direcionadas para “a parte mais bem dotada da população escolar” (OLIVEIRA, 2002, p. 429), admitindo como foco um aprofundamento da formação comum proporcionada nas escolas primárias.

A *preparação indispensável à especialização dos cursos universitários* logrou de certa atenção da política de governo estadual de Armando por meio do Decreto n 6430 (SÃO PAULO, 1934), que organizou a estrutura pedagógica do Colégio Universitário pertencente à USP, responsável pelo ensino preparatório dos candidatos que objetivavam o ingresso nas faculdades que integravam a respectiva Universidade. Tal movimento político viabilizou uma maior “filtragem”, de modo a enfatizar a exclusão e o caráter elitista no que diz respeito ao ingresso para a Universidade de São Paulo em relação à população.

No entanto, a formação dos profissionais do magistério não poderia ser obliterada no âmbito do ensino secundário, tendo em vista que as equipes de educadores deveriam estar devidamente aptas e coesas com o novo projeto educacional que se pretendia estabelecer.

É válido salientar a correlação direta que o intelectual paulista atribui entre uma formação universitária e a competência profissional dos indivíduos, entendendo que a única

possibilidade de superação do *status quo* seria a adesão dos sujeitos que atuem no âmbito pedagógico aos conhecimentos científicos ensinados em instituições de ensino superior, conforme sugere o trecho a seguir

A reforma do nosso ensino secundário está, entretanto, subordinada à preparação de seu magistério e de seu corpo de inspetores, em nível universitário. Sem essa prévia formação superior, cultural e profissional, dos professores e inspetores, destinados a uma missão de tamanha responsabilidade, será inútil pretender tirar o ensino secundário do estado precário em que se arrasta, depois de submetido, em meio século de regime republicano, a não sei quantas reformas, todas malogradas. (OLIVEIRA, 2002, p. 428-429)

Ademais, a fim de concretizar o seu ambicioso projeto de nação que englobaria aspectos políticos, econômicos e culturais, Armando de Salles Oliveira estabeleceu a educação básica como um dos principais instrumentos de suas reformas políticas, sempre almejando um sistema educacional coeso e orgânico, que lidasse com as múltiplas diversidades da população brasileira e, ao mesmo tempo, viabilizasse uma unidade nacional, conforme concluiu: “Por isso, o governo que queira trabalhar para a reconstrução social, econômica e política do país, terá de executar com pulso firme todas as medidas que visem dar uma estrutura orgânica – corpo e alma – à educação primária e secundária” (OLIVEIRA, 2002, p. 429).

Uma vez estabelecida a coesão e organicidade da educação primária e secundária, o sistema educacional pensado por Armando seria plenamente estabelecido com a consolidação e organização do ensino superior.

3.3. Ensino Superior

A década de 1930 apresentou-se como um cenário propício para o desenvolvimento da educação de nível superior fundamentada em um modelo orgânico de ensino. A criação do Estatuto das Universidades em 1931, também conhecido como “Reforma Francisco Campos”, (remete à autoria delegada ao Ministro da Educação e Saúde pública, Francisco Campos) possibilitou a articulação entre as instituições de ensino superior já existentes, além da inauguração de outros novos institutos com este propósito de organicidade. Celeste Filho (2009, p. 191) afirma que

A reforma do ensino superior de 1931 possibilitou que as universidades criadas nos anos seguintes adaptassem, em termos de estrutura administrativa e didática, diversas práticas há muito tempo em vigor nas escolas isoladas oficiais. O ensino superior na década de 1930, na maior parte das vezes, não visou instituir universidades inteiramente novas, mas incorporar os institutos isolados aos novos organismos a serem criados.

Ao considerarmos a atuação política de Armando de Salles Oliveira na educação paulista, identificamos que o ensino superior recebeu grande enfoque. Com pelo menos 51 decretos específicos sobre este nível educacional²⁷, podemos destacar algumas medidas do governo estadual: criação e regulamentação de diversas faculdades e institutos do estado; pagamento de salários de docentes e funcionários; abertura do tesouro estadual para a quitação de despesas referentes às viagens de acadêmicos, de despesas internas de diversas instituições estaduais, de instalações e locações de edifícios; declaração de utilidade pública da Escola Livre de Sociologia e Política e a criação da Universidade de São Paulo aliada à incorporação de diversas faculdades e institutos do estado e da capital.

Tais políticas públicas relacionadas à educação superior realizadas entre os anos de 1933 até 1936 demonstraram uma considerável investidora no modelo de sistema educacional orgânico, no qual as instituições de nível superior teriam a função elementar de produzir e aplicar conhecimentos científicos em prol do desenvolvimento econômico, político e cultural, transcendendo os limites regionais e englobando toda a nação. Fundamentado nessa perspectiva, entende-se a importância política das universidades, bem como a necessidade de desenvolvimento destas em um projeto nacional que pretendia reformar tanto o plano cultural quanto o plano da produção econômica do estado de São Paulo e, *a posteriori*, do país. Segundo Armando de Salles Oliveira

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do país em que se ergam, devem ser criadas para exercer a sua influência, não sobre uma região, mas sobre toda a nação. Essas instituições, que não podem subsistir sem um sólido sistema de educação secundária, têm o objetivo de cultivar as ciências, ajudar o progresso do espírito humano e dar à sociedade elementos para a renovação incessante de seus quadros científicos, culturais, técnicos e políticos. Sem esses focos de pesquisa científica e de alta cultura, sem a rigorosa seleção pelo mérito, em benefício da ciência, pura e aplicada, da política e da produção, e sem uma consciência cada vez mais profunda do interesse geral, não há

²⁷ Ver Apêndice IV.

democracia que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias.
(OLIVEIRA, 2002, p. 422)

Sob a ótica do intelectual paulista, o Brasil vivenciava um período de inúmeras transformações, entre elas, o aumento de atribuições do Estado, a complexidade do sistema econômico, as inovações industriais relacionadas à produção e à distribuição de riquezas, as modificações do comércio internacional etc. Essas transformações do cenário nacional requeriam que o Estado aderisse imediatamente a uma política que reconstruísse “as instituições destinadas a formar, enriquecer e renovar os seus quadros técnicos, para o estudo cabal dos problemas nacionais” (OLIVEIRA, 2002, p. 425).

A irradiação das universidades, neste raciocínio, seria muito mais no plano intelectual e cultural da sociedade brasileira do que a mera proliferação física destas instituições. Em outras palavras, ao defender um sistema de ensino articulado e orgânico, Armando de Salles Oliveira defendia a existência uma disseminação dos conhecimentos científicos, bem como o reconhecimento dos mesmos nos diversos estratos da sociedade. Contudo, as instituições de ensino superior seriam o *locus* privilegiado na produção e na aprendizagem desses conhecimentos, certificando aos seus egressos a autonomia e a liberdade na tomada de decisões nas respectivas áreas de conhecimento em que atuassem. No entanto, conforme Armando asseverou, esta liberdade “tem de ser orientada; as energias coletivas têm que ser canalizadas para o bem social” (OLIVEIRA, *O Estado de S. Paulo*, 26 de set. 1937, p. 18). Logo, a formação de nível superior produziria uma *elite* intelectual, responsável por ensinar e guiar os demais, sempre fundamentada nos preceitos científicos. De acordo com Bontempi Jr. (2014, p. 34)

O tema da educação das elites, a ser feita nos estratos superiores do sistema de ensino, começa a reverberar. Na imprensa aparecem arazoados em defesa da criação de institutos de ensino superior que não se restringissem às finalidades “profissionais” das existentes escolas de engenheiros, médicos e juristas, que desde o Império vinham formando os quadros da política nacional. Era preciso formar uma nova elite, capaz de identificar as reais necessidades do país e dar-lhe solução adequada, de modo a promover a legítima democracia, escorada no voto de uma massa esclarecida. (Grifos do autor)

Este ideal de *elite* intelectual só seria sustentado baseado na *rigorosa seleção pelo mérito* do ingresso ao ensino superior, classificando e hierarquizando os indivíduos e suas respectivas capacidades e habilidades sob critérios específicos que convergissem com o

sistema educacional proposto. Por conseguinte, o que estaria na pauta do sistema de ensino orgânico não seria o acesso pleno de toda a população brasileira a todos os níveis educacionais, mas a *influência* e a atuação dos conhecimentos produzidos e reproduzidos pelo sistema educacional sobre toda a nação. A função das universidades, consoante Armando, seria formar uma *nova mentalidade nacional*:

É somente pela alta cultura, de nível verdadeiramente universitário, que nos desembaraçaremos dessa meia cultura a que submeteu o regime de autodidatismo, de cultura pessoal, empírica, sem base e, quase sempre, sem horizonte; e é só nesses maravilhosos laboratórios de vida espiritual e de atividades científicas que se formará a nova mentalidade nacional, pela autocrítica, pela pesquisa desinteressada, e pela constante revisão do pensamento e dos elementos de nossa civilização. (OLIVEIRA, 2002, p. 425-426)

O descrédito ao *autodidatismo*, à *cultura pessoal e empírica* reforçam o grande apelo à regulamentação dos campos científico e cultural por parte das universidades. A valorização social dos conhecimentos professados nas universidades estaria atrelada à sua atividade científica a serviço da produção econômica e da política, em última instância. Assim, determinados aspectos culturais que não convergissem com esse enfoque de atuação seriam duramente desvalorizados, conforme o trecho mencionado expõe, contribuindo com a hierarquização e a categorização social dos indivíduos.

No ano de 1933, Roberto Simonsen, Roberto Mange e outros indivíduos estreitamente ligados ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) contribuíram com o processo de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política

Inspirados na sociologia positivista, os fundadores da escola consideravam a pesquisa “apolítica” e científica feita por especialistas o instrumento adequado para resolver conflitos sociais e também uma forma de eliminar temas controversos como salários, condições de trabalho, e padrão de vida da arena política e da luta de classes. Esses objetivos estavam em plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização. (WEINSTEIN, 2000, p. 94; grifos do autor)

Apesar da dificuldade inicial de adquirir docentes e financiamento, a Escola Livre de Sociologia e Política foi responsável, na década de 1930, pelo pioneirismo em pesquisas científicas relacionadas aos padrões de vida urbanos, carências de habitação e de saúde etc. (WEINSTEIN, 2000), e no dia 27 de fevereiro de 1935, Armando de Salles Oliveira assinou o Decreto n 6990, que declarava a utilidade pública da Escola Livre (SÃO PAULO,

1935), evidenciando a plena sintonia dos objetivos desta instituição de ensino superior com os ideais de racionalização que pautaram o seu governo estadual.

Terminado o movimento Constitucionalista de 1932, e a aproximação dos paulistas com o Governo Federal em 1933 com a posse de Armando de Salles Oliveira na Interventoria Federal no estado de São Paulo e o retorno de Julio de Mesquita Filho de seu exílio, o projeto de ensino superior delineado pelo grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* seria legalmente concretizado com a fundação da Universidade de São Paulo

Desconhecendo qual a posição de Mesquita Filho ante o novo quadro político, admitamos, para fins de argumentação, que o irredento revolucionário de 1932 se convence que o melhor meio de recuperar a posição perdida por São Paulo passasse a ser, como nos anos 20, a reforma educacional. Assumindo esta “conversão” poderíamos tomar a criação da USP como a substituta do apelo às armas. (LIMONGI, 1988, p. 176; grifos do autor)

Desse modo, com as justificativas de organizar e desenvolver a cultura filosófica, científica, literária e artística, as quais seriam elementos primordiais para a liberdade e a grandeza do povo, além de defender que somente pelos altos estudos científicos uma nação moderna poderia ter consciência de si mesma, de seus recursos e de seus destinos, formando classes dirigentes condicionadas a organizarem o aparelho cultural e universitário, e considerando o estado de São Paulo como o território radial em relação aos demais estados brasileiros, no dia 25 de janeiro de 1934, o Interventor Federal paulista, Armando de Salles Oliveira, expediu o Decreto Estadual nº 6283 que criou a Universidade de São Paulo (SÃO PAULO, 1934). O decreto teve, na sua elaboração, a participação de Fernando de Azevedo, o secretário estadual da Educação e Saúde Pública, Christiano Altenfelder Silva, e seu consultor jurídico, Sampaio Dória (SANTOS, 2018).

No artigo 2º do Decreto n 6283 (SÃO PAULO, 1934), foram delimitados os seguintes fins da Universidade:

- a) Promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) Transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) Formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) Realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.

Sob o ponto de vista técnico, a fundação da Universidade de São Paulo teve como propósitos o desenvolvimento das pesquisas científicas no país; a difusão dos conhecimentos científicos por intermédio de diversas formas de comunicação com a sociedade; a formação e a qualificação dos quadros de profissionais nos mais variados setores da economia. As produções científicas da Universidade, portanto, estariam a serviço das dinâmicas sociais, políticas e econômicas do período, enfatizando os setores produtivos e a unidade nacional.

O acesso seletivo aos cursos da Universidade de São Paulo não foi construído acidentalmente, uma vez que esta teve como um de seus princípios formar *classes dirigentes*, compostas pelos indivíduos mais “capacitados”, e estes seriam responsáveis pela organização e difusão dos conhecimentos e da *alta cultura*, além de elaborarem soluções para os problemas presentes na sociedade brasileira. Podemos identificar uma proposta “pastoral” da Universidade de São Paulo em formar indivíduos responsáveis por “dirigir” a nação fundamentados em determinados preceitos culturais e científicos.

A fundação da Universidade de São Paulo materializou o projeto de ensino superior formulado pelo grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Cardoso (1982, p. 46) salienta que

Cabia, portanto, a esse “grupo” (do OESP) orientar a política educacional. Esta deveria ter como principal objetivo criar a Universidade, onde mais propriamente se poderia aprimorar e desenvolver aquela qualificação indispensável à elite dirigente, a *ilustração*, ou seja, a “visão política” dos interesses coletivos. (Grifos do autor)

Sob o ponto de vista cultural, o grupo de intelectuais que delineou a criação da Universidade de São Paulo preocupou-se em formular uma revolução cultural e intelectual, sendo a nova Universidade o principal instrumento pedagógico para a realização de tal intento e, simultaneamente, um mecanismo estratégico para a administração pública.

O “grupo do *Estado*” tem um projeto de hegemonia cultural e política, contido no projeto da Universidade e do sistema educacional como um todo, que se evidencia numa proposição de sociedade construída a partir das categorias de elites/classes médias/massas, e imbuído de uma perspectiva liberal e democrática [...] Neste projeto a Universidade aparece como o núcleo fundamental, na medida em que, sendo o centro de formação e reprodução das elites dirigentes, o seu controle permitiria, em termos culturais e políticos, imprimir uma dada direção, em termos de concepção de mundo, à formação daquelas elites. Nesta medida, o

controle da Universidade aparece, para o “grupo do *Estado*”, como condição do exercício da hegemonia cultural e política. (CARDOSO, 1982, p. 52; grifos do autor)

No dia 22 de abril de 1934, em um discurso proclamado na cidade de Araras, Armando de Salles Oliveira comentou sobre a fundação da Universidade de São Paulo aliada às questões concernentes à administração pública

Ao lado destas questões de pura administração, cuidou o governo da questão máxima, a da cultura, e criou a Universidade de São Paulo. Com a Universidade se implantará a vigorosa estrutura cultural em que assenta a independência dos grandes povos. Com a Universidade adquiriremos, pelo conhecimento que nos vai de nossos recursos e de nossas necessidades, a exata consciência de nós mesmos. Com a Universidade, prepararemos as classes dirigentes sem as quais não será possível enfrentar os vastos problemas de um grande Estado moderno e, abrindo o leito para as novas correntes de pensamento, daremos àqueles problemas a solução verdadeiramente nacional. (OLIVEIRA, 2002, p. 70)

A Universidade de São Paulo nasceria, por conseguinte, para propiciar uma revolução cultural e intelectual partindo do estado de São Paulo e apregoando-se no bojo da sociedade brasileira com propósitos claramente políticos e administrativos, correlatos com o projeto nacional de poder de Armando de Salles Oliveira e seu grupo. O que estaria na pauta de tal projeto não seriam apenas as atividades específicas da nova Universidade, mas a utilização desta nova instituição de ensino como um modelo estrutural, cultural e científico para as demais universidades a serem estabelecidas futuramente no território nacional, assim como os seus respectivos padrões de conduta, seleção, aprendizado e de produção de conhecimento constantemente disseminados.

O biógrafo de Armando de Salles Oliveira, Antônio Carlos Pacheco e Silva, mencionou uma conversa entre o respectivo governador do estado de São Paulo e o cronista Humberto Campos a respeito dos ideais que fomentaram a fundação da Universidade de São Paulo. Segundo Silva (1980), dias após o diálogo, Humberto Campos relatou em um artigo as principais ideias elencadas por Armando no encontro que tiveram

A Universidade cria as elites e a crise brasileira não é popular, mas das classes superiores, não é das massas, mas dos que devem dirigi-las e não se acham preparados nem conjugados para lhes imprimir direção... São Paulo compreendeu isso e vai iniciar a grande marcha. A Universidade que estamos fundando, servida por especialistas eminentes, vai formar e disciplinar para a vida pública, para as necessidades de sua política e de sua ciência, a primeira geração homogênea,

depois da República. Saídos dos mesmos bancos, orientados pelas mesmas idéias, sob influxo dos mesmos líderes do pensamento humano, as vindouras gerações paulistas constituirão legiões serenas e esclarecidas que se oporão, em conjunto, à anarquia mental que ameaça destruir a civilização em nossa terra. (SILVA, 1980, p. 120)

A *disciplina mental* torna-se um dos maiores princípios do ensino superior concebido por Armando, e a Universidade de São Paulo seria o projeto piloto deste ambicioso objetivo. Nota-se uma gigantesca rejeição no que se refere à ausência de ordenamento e sistematização do conhecimento. Logo, esta *disciplina mental* – supostamente científica – ensinada, aprendida, produzida e reproduzida no ensino superior seria o critério máximo que certificaria aos indivíduos os postos de direção da nação e da população brasileira, sobretudo nos planos político, econômico e sociocultural.

Não obstante, a proposta de combate à *anarquia mental* evidenciou o apelo a uma coesão entre a população brasileira no que diz respeito ao campo dos saberes científicos, sendo estes formalizados por meio de um sistema de ensino articulado responsável por classificar e categorizar os sujeitos quanto ao seu desempenho, estabelecendo uma divisão hierárquica de “classes intelectuais”, da qual o ensino superior seria o ápice.

Considerações finais

Armando de Salles Oliveira foi um homem de seu tempo, e seus anseios, ideais e ações foram imanentes aos meios que frequentou ao longo de sua trajetória, assim como aos grupos com os quais mantinha algum vínculo.

Apesar de sua atuação na sociedade brasileira ser marcada por contradições e controvérsias, seus feitos foram coerentes e coesos no que concerne aos ensejos do projeto de poder do grupo de industriais que representou e ao qual esteve a serviço, evidenciando a sua organicidade na condição de intelectual. Assim, ao identificarmos o industrialismo em curso que se apresentava ao Brasil nas décadas de 1920, 1930 e, posteriormente, 1940, uma revolução cultural se fez necessária a partir da ótica de alguns indivíduos ligados às indústrias. Para o desenvolvimento deste processo, Armando de Salles Oliveira viu o âmbito educacional como um instrumento estratégico para a difusão dos ideais que beneficiassem o coletivo industrial do qual fazia parte.

Ciente das diversidades entre os inúmeros grupos sociais do estado de São Paulo e da nação, o intelectual paulista e seu grupo delinearam uma perspectiva educacional que deslocou, em um primeiro momento, os critérios que segregavam a população. O pleno acesso à educação deixou de ser exclusivo aos indivíduos oriundos das classes economicamente mais favorecidas, porém, tornou-se acessível apenas aos estudantes considerados *mais bem dotados*. No entanto, ao definirem determinados padrões de conhecimento, cultura e conduta a serem difundidos e ensinados pelo novo modelo educacional, sendo estes assiduamente passíveis de avaliações, classificações e hierarquizações que geralmente favoreceriam os agrupamentos sociais que possuísem maiores recursos financeiros, a capacitação escolar e acadêmica de alguns estudantes viabilizariam determinados privilégios em relação a outros indivíduos que não gozassem das mesmas condições. Segundo Gramsci (1991, p. 122-123)

Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no “ar”, como se diz, uma grande quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar propriamente dita: eles já conhecem, e desenvolvem ainda mais, o conhecimento da língua literária, isto é, do meio de expressão e de conhecimento, tecnicamente superior aos meios possuídos pela média da população escolar [...]. (Grifos do autor)

Para Armando de Salles Oliveira, um sistema educacional democrático não deveria permitir a todos o acesso pleno aos conhecimentos escolares e científicos, mas deveria ser reconhecido, certificado e legitimado por todos da população, independente do grau de instrução de cada indivíduo. Destarte, apenas um grupo exclusivo de indivíduos rigorosamente selecionados pelo “mérito” e pelas “capacidades” e devidamente formados por todos os níveis deste sistema de ensino deveriam exercer a função de representantes da população em geral no que diz respeito à utilização dos conhecimentos científicos mais complexos.

Por outro lado, a educação das classes trabalhadoras contemplaria uma formação técnica para os ofícios que não requeressem o domínio de conhecimentos científicos mais aprofundados, o que delimitaria uma hierarquia social entre os indivíduos fundamentada na formação de cada um. Além disso, a formação do trabalhador também enfatizaria aspectos psicológicos e de conduta no cotidiano para que os indivíduos não cometessem “desvios” que prejudicassem o seu desempenho no trabalho.

Por fim, apesar de novo, o sistema educacional delineado por Armando e seu grupo viabilizou o pleno acesso, de maneira indireta, principalmente aos estudantes de famílias economicamente mais favorecidas, e propiciou uma expansão educacional voltada ao trabalho para as camadas populares. Dialeticamente, as desigualdades sociais se inovaram, mas permaneceram; em outras palavras, o *novo* já nasceu *velho*.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- ALVES, Isidoro Maria da Silva. Modelo, produção e reprodução na ciência: as escolas na formação do campo científico no Brasil (séculos XIX-XX). *Fórum educ.*, Rio de Janeiro, pp. 31-39, jun./ago. 1990.
- ANDRADE, Nadja Arabadgi. *A luta pela educação: conflitos e impasses pelo acesso ao ensino secundário no Estado de São Paulo (1930 a 1942)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BARATTA, Giorgio. Americanismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BATISTA, Eraldo Leme. *Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *Legislação eleitoral*. Brasília: Ed. Brasília, 1991.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BONTEMPI JR, Bruno. As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 2, pp. 168-187, dezembro 2008.
- _____. Aspectos históricos da Escola em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal: Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo*, São Paulo, v. 205, pp. 19-38, 2014.
- _____. Universidade de São Paulo: a efêmera comunhão das escolas paulistas. In: BONTEMPI JR, Bruno; CAMPOS, Raquel Discini. (Orgs.). *Paulistanidade e educação: práticas e simbologias*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- BRAGA, Lucelma Silva. *Uma civilização sem alma? Educação e revolução passiva*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BRUNELLO, Yuri. Gorila amestrado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista (O projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

_____. USP, 70 anos: comemorações e contra-comemorações. *Revista Adusp*, pp. 13-20, outubro 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde e fôrma cívica. Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998.

_____. Anísio Teixeira: Itinerários. In: Seminário *Um Olhar sobre Anísio*. Mesa Redonda Política Educacional. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 3 de setembro de 1999.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A "questão social" no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CELESTE FILHO, Macioniro. Os primórdios da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 19, pp. 187-204, jan./abr. 2009.

COHEN, Ilka Stern. Quando perder é vencer. *Revista de História*. 2012

CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues. *A Educação nas ações e proposições do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1932-1946)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

CUNHA, Luis Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora UNESP/Brasília/DF: Flacso, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori De. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/Rio de Janeiro, Anpuh/Marco Zero, n. 6, 1984, p. 47-79.

DINIZ, Carlos Alberto; SOUZA, Rosa Fátima. A articulação entre estado e municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1947). In: DALLABRIDA,

Norberto; SOUZA, Rosa Fátima. (Orgs.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: Edfu, 2014.

_____. A colaboração dos municípios na expansão do ensino secundário no estado de São Paulo (1930-1964). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p. 93-121, jan./abr. 2019.

FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. *A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo*. Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Fabio Vizeu. *Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940*. Tese de Doutorado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HARBRA, 2007.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. *Na rua, a “troça”, no parque, a troca* (Os Parques Infantis da cidade de São Paulo na década de 1930). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FORD, Henry. *Hoje e Amanhã*. Trad.: Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

_____. *Princípios da Prosperidade*. Trad.: Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Brand, 1954.

FRANCO, Luíz Antonio Carvalho. *O ensino de ofícios manufatureiros dirigidos aos menores abandonados: Brasil 1870-1930*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

GONÇALVES, Mauro Castilho. *Cidade, cultura e educação: o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX*. Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Cadernos do cárcere*. Caderno 10 (A filosofia de Benedetto Croce), [1948]. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Americanismo e Fordismo*. Trad.: Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

HAYASHI, Marli Guimarães. *Paulo Duarte, um Quixote brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil: Estado da População – Rio de Janeiro, 1936*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ano II, p. 46.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos Capuchinhos italianos no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, pp. 51-64, jan./jun. 2015.

LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 116, pp. 67-74, jun. 1984.

LIMA, Soraia Herrador Costa. *Julio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política – O discurso como elo entre líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, p. 15, 2004.

MAIA, Ana Beatriz Feltran. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934-1949). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: os colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.

MARTINS, Andréia. *O ensino religioso nas escolas públicas paulistas: relações entre Estado, Igreja e Educação (1931-1961)*. Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MESQUITA FILHO, Julio de. *A crise nacional*. Reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de Obras de OESP, 1925.

MONARCHA, Carlos. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. A face paulista da Escola Nova (seu espírito, suas condições, seus métodos). In: BONTEMPI JR, Bruno; CAMPOS, Raquel Discini. (Orgs.). *Paulistanidade e educação: práticas e simbologias*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.

NEMI, Ana Lúcia Lana. A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade (1933-1956). In: RODRIGUES, J. (Org.). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre história e memória*. São Paulo: Editora Unifesp, pp. 93-140, 2008.

O BONDE DE SÃO JANUÁRIO. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69158/o-bonde-de-sao-januario>>. Acesso em: 11 set. 2019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Voto e participação nas diversas repúblicas do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (Coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 6579.

_____. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 2, p. 1337.

PEREIRA, Ana Alves. *Assistência social a menores: atividades do Departamento de Menores da Liga das Senhoras Católicas*. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1945.

PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. O ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação. *IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. Universidade Federal Paraíba, João Pessoa, 31 jul./03 ago. 2012.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

PROHMANN, Mariana. *Americanismo e fordismo nos boletins da comissão brasileiro-americana de educação industrial*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

ROIZ, Diogo da Silva. Entre memórias e histórias da Universidade de São Paulo: histórias em construção. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.21, p. 52-64, mar. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art06_21.pdf
Acesso em: 14/02/2020

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Pesquisa com fontes documentais: levantamento, seleção e análise. In: TOLEDO, Cêzar de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (Orgs.). *Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas*. Maringá: Eduem, 2011.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *São Paulo 1934-1938 – Os anos da administração de Fábio Prado*. São Paulo: FAU/USP, 1999.

SANTIAGO, Derick Casagrande. *Disciplina escolar e disciplina fabril: educação e formação da classe operária nacional nos anos 1930 e 1940*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, José Fagner Alves. *Júlio de Mesquita e o projeto de ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação (1920-1938)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4^a ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Antonio Carlos Pacheco e. *Armando de Salles Oliveira*. São Paulo/Parma: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

SILVA, Paula Tárzia Fonteles; LIMA, Ítalo Andrade. Gramsci e o método materialista histórico dialético. *I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci; VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia*. Fortaleza, nov. 2016.

SOUSA, Carolina Soares. *“Para que o Brasil continue”:* memória e história de um grupo derrotado na política nacional (1933-1945). Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. Ressonâncias da escola nova no ensino primário paulista. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, Aracaju, 2008.

_____. *Alicerces da Pátria*. História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 49, pp. 103-120, set. 2013.

STEUER, Renata Cláudia. *Julio de Mesquita Filho: formação e evolução de um liberal*. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum; revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTE JÚNIOR, Valdemar. Lenço no pescoço, samba no bolso. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, pp. 58-61, 01 fev. 2009.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 37-43, junho de 2000.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. Trad.: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000.

_____. Racializando as diferenças regionais. São Paulo X Brasil, 1932. *Esboços*, v.13, n.15, 2006.

WERNECK, Luana Aguiar. *Imprensa, partido e universidade: a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Júnior (1922-1952)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZANNETI, Augusto. *A engenharia pedagógica; taylorismo e racionalização no pensamento de Roberto Mange*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. A criação da Escola de Ferroviários da Companhia Sorocabana. *Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, São Paulo, n. 4, agosto de 2005. Disponível em:
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao04/materia02/>
Acesso em: 14/02/2020.

_____. *O Programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, década de 1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Fontes documentais

A CIDADE DOS MENORES. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 8 nov. 1935, p. 9.

A PROPAGANDA DA CANDIDATURA NACIONAL NO NORTE DO PAÍS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 jun. 1937, p. 1.

A VIAGEM DO INTERVENTOR PAULISTA. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 fev. 1934, p. 1.

AZEVEDO, Aldo M.. Armando de Salles Oliveira, 1º presidente do IDORT. In: *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano XIV, n. 165, pp. 177-179, setembro de 1945.

BRASIL. Decreto n 1155, de 19 de outubro de 1936. Declara de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho. Rio de Janeiro, DF, 19 de outubro de 1936. Seção 1, p. 1.

CAFÉ FILHO, João Fernandes Campos. O sr. Café Filho fala sobre sua estada em São Paulo. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 abr. 1937, p. 1.

CHATEAUBRIAND, Assis. Madeira, cruz e flauta. In: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1937.

DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA TRANSMITIU ontem ao Presidente da Assembleia Legislativa o Governo do Estado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 30 dez. 1936, p. 4.

EM AMBIENTE FESTIVO e de calorosa simpatia, efetuou-se ontem a posse dos novos membros do governo estadual. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 abr. 1935, p. 4.

EM MEIO DE GRANDE ENTUSIASMO realizou-se em Minas o primeiro comício de propaganda da candidatura do sr. Salles Oliveira. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 jun. 1937, p. 1.

GOVERNO DO ESTADO. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 26 out. 1934, p. 5.

IDORT. *Revista de Organização Científica*. São Paulo, 1932.

_____. *Revista de Organização Científica*. São Paulo, 1933.

_____. *Revista de Organização Científica*. São Paulo, 1945.

JORNADA DEMOCRÁTICA. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 10 jun. 1937, p. 1.

LARGAMENTE APOIADA PELO PC a linha de conduta do Interventor. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 abr. 1934, p. 5.

LEMBO, Cláudio. Agradecimentos. In: OLIVEIRA, Armando de Salles. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

MANGE, Roberto. Enorme serviço deve o Brasil a Armando de Salles Oliveira. In: *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano XIV, n. 165, pp. 181, setembro de 1945.

O NOVO GOVERNO DO ESTADO. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 ago. 1933, p. 3.

O SR. ARMANDO SALLES, A CAMINHO DE BELO HORIZONTE, é carregado e delirantemente aclamado pela população de Juiz de Fora. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 ago. 1937, p. 9.

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Discursos*. São Paulo: Tip. Siqueira, 1935.

_____. A solenidade inaugural do posto de alistamento do Partido Constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1937, p. 8.

_____. “A liberdade tem de ser orientada; as energias coletivas têm que ser canalizadas para o bem social” (Do discurso do sr. Armando de Salles Oliveira em Caxias). *O Estado de S. Paulo*, 26 de set. 1937, p. 18.

_____. *Jornada Democrática*. (Discursos Políticos). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937a.

_____. *Para que o Brasil continue*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937b.

_____. A reorganização da administração pública em São Paulo. In: *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano XIV, n. 165, p. 189, setembro de 1945.

_____. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n 6181, de 25 de novembro de 1933. Autoriza a Diretoria Geral do Ensino a organizar uma relação de escolas primárias que devem ser consideradas existentes e dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 26 de novembro de 1933.

_____. Decreto n 6197, de 9 de dezembro de 1933. Introduce modificações na carreira do magistério primário. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 12 de dezembro de 1933.

_____. Decreto n 6224, de 18 de dezembro de 1933. Dá novo regulamento ao Curso de Educadores Sanitários. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 19 de dezembro de 1933.

_____. Decreto n 6283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 10 de maio de 1934. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto n 6284, de 25 de janeiro de 1934. Considera de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho (I.D.O.R.T.). *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 27 de janeiro de 1934.

_____. Decreto n 6321, de 28 de fevereiro de 1934. Dá novo regulamento ao Curso de Educadores Sanitários. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 28 de fevereiro de 1934.

_____. Decreto n 6402, de 18 de abril de 1934. Aprova a relação das escolas e classes primárias do Estado que devem ser consideradas existentes. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 3 de maio de 1934.

_____. Decreto n 6403, de 18 de abril de 1934. Aprova o acordo celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e o Convento Imaculada Conceição da Ordem dos Missionários Capuchinhos, desta Capital, para a instalação, o prédio de propriedade deste, sito à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio n.º 275, de um estabelecimento de ensino. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 19 de abril de 1934.

_____. Decreto n 6417, de 25 de abril de 1934. *Regulamenta a Escola de Polícia, criada pelo Decreto n 6334, de 6 de março 1934*. Diário oficial, São Paulo, SP, 27 de abril de 1934.

_____. Decreto n 6427, de 9 de maio de 1934. *Estabelece medidas sobre as escolas normais livres do Estado e dá outras providências*. Diário oficial, São Paulo, SP, 10 de maio de 1934.

_____. Decreto n 6430, de 9 de maio de 1934. Organiza o Curso Complementar, criado pelo Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, com a denominação de Colégio Universitário, e dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 10 de maio de 1934.

_____. Decreto n 6461, de 25 de maio de 1934. Concede regalias aos professores normalistas nomeados para escolas primárias municipais e dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 26 de maio de 1934.

_____. Decreto n 6476, de 2 de junho de 1934. Remodela os Institutos Disciplinares do Estado, imprimindo-lhes cunho profissional, e cria o Serviço de Reeducação. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 3 de junho de 1934.

_____. Decreto n 6537, de 4 de julho de 1934. Cria Cursos de Ferroviários e determina outras medidas como contribuição do Estado ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, organizado sob os auspícios do Governo do Estado. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 13 de julho de 1934.

_____. Decreto n 6604, de 13 de agosto de 1934. Cria a Superintendência de educação profissional e doméstica. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 14 de agosto de 1934.

_____. Decreto n 6766, de 11 de outubro de 1934. Incorpora ao regime escolar dos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário, profissional e normal, o ensino religioso e estabelece outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 12 de outubro de 1934.

_____. Decreto n 6841, de 4 de dezembro de 1934. Estabelece condições para registro, funcionamento e equiparação das escolas e cursos profissionais particulares. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 5 de dezembro de 1934.

_____. Decreto n 6847, de 6 de dezembro de 1934. Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, o crédito de rs. 36:000\$000 para pagamento da gratificação aos professores de escolas rurais de 1º estágio. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 7 de dezembro de 1934.

_____. Decreto n 6942, de 5 de fevereiro de 1935. Introdz modificações na organização das escolas profissionais, cria a carreira de diretor e mestre, dá outras providências. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 6 de fevereiro de 1935.

_____. Decreto n 6947, de 6 de fevereiro de 1935. Consolida disposições anteriores e introduz modificações na carreira do magistério primário, instituída pelo Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933 e alterada pelo Decreto n. 6.197 de 9 de dezembro de 1933. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 10 de fevereiro de 1935.

_____. Decreto n 6990, de 27 de fevereiro de 1935. Declara de utilidade pública a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 1 de março de 1935.

_____. Decreto n 7019, de 18 de março de 1935. Aprova o Regulamento para a concessão de passes escolares a professores e alunos nas estradas de ferro sob jurisdição estadual. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 20 de março de 1935.

_____. Decreto n 7216, de 18 de junho de 1935. Aprova a contrato celebrado entre a Secretaria da Educação e da Saúde Pública e a Congregaçã das Irmãs de São José, para direção do Patronato Profissional para Órfãs, nesta Capital. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 19 de junho de 1935.

_____. Decreto n 7268, de 2 de julho de 1935. Dispõe sobre a organização rural do Grupo Escolar de Butantan e o funcionamento de escolas junto a empresas industriais. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 3 de julho de 1935.

_____. Decreto n 7317, de 5 de julho de 1935. Autoriza num acordo entre o Estado e a Companhia Docas de Santos para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional visando atividades marítimas e portuárias. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 7 de julho de 1935.

_____. Decreto n 7318, de 5 de julho de 1935. Modifica disposições sobre o ensino nas Escolas Normais Oficiais, estabelece a inspeção especializada desses estabelecimentos e dos Ginásios do Estado e dispõe sobre as Escolas Normais Particulares. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 7 de julho de 1935.

_____. Decreto n 7325, de 5 de julho de 1935. Dispõe sobre o comissionamento no Magistério Primário. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 7 de julho de 1935.

_____. Decreto n 7584, de 4 de março de 1936. Regulamenta, na Secretaria da Fazenda, os Cursos Gerais de Aperfeiçoamento dos Funcionários, Provimento Inicial de Cargos e Promoções. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 8 de março de 1936.

SCHMIDT, Affonso. Jornada Democrática. In: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1937, p. 3.

Apêndices

Apêndice I:

<p style="text-align: center;">Decretos</p> <p style="text-align: center;">Ensino Profissional</p>	<p style="text-align: center;">Conteúdo</p>
<p>SÃO PAULO (Estado). Decreto n 6222, de 18 de dezembro de 1933.</p>	<p>Autoriza a criação de uma Escola Profissional Secundária Mista, em Santos, intitulada “Instituto D. Escolástica Rosa”.</p>
<p>_____. Decreto n 6226, de 18 de dezembro de 1933.</p>	<p>Regulamenta o cargo do 3º Escrivão do Instituto Profissional Masculino de acordo com as legislações vigentes.</p>
<p>_____. Decreto n 6239, de 26 de dezembro de 1933.</p>	<p>Regulamenta os critérios de avaliação, aprovação e reprovação dos alunos dos cursos de institutos e escolas profissionais secundárias estaduais de acordo com a legislação federal vigente (Decreto Federal n 23.475, de 20 de novembro de 1933).</p>
<p>_____. Decreto n 6403, de 18 de abril de 1934.</p>	<p>Aprova o acordo entre a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e o Convento da Ordem dos Missionários Capuchinhos, da capital paulista, para a instalação de um estabelecimento de ensino público em um prédio de propriedade do Convento.</p>
<p>_____. Decreto n 6476, de 2 de junho de</p>	<p>Cria o Serviço de Reeducação, subordinado</p>

1934.	ao Juízo de Menores e responsável pela educação profissional dos menores internados; estabelece cunho profissional aos Institutos disciplinares do Estado.
_____. Decreto n 6537, de 4 de julho de 1934.	Cria Cursos de Ferroviários em Jundiaí, Araraquara, Bauru e na capital paulista, e determina medidas de contribuição do Governo Estadual ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.
_____. Decreto n 6566, de 13 de julho de 1934.	Regulamenta as escolas profissionais mantidas pelos municípios e estabelece normas para a criação de novas escolas.
_____. Decreto n 6604, de 13 de agosto de 1934.	Cria a Superintendência de Educação Profissional e Doméstica, responsável pela direção, fiscalização e orientação dos estabelecimentos de ensino profissional oficiais do Estado, e pela orientação e fiscalização dos estabelecimentos de ensino profissional municipais e particulares.
_____. Decreto n 6763, de 11 de outubro de 1934.	Cria um núcleo de ensino profissional ferroviário, no município de Bebedouro.
_____. Decreto n 6841, de 4 de dezembro de 1934.	Estabelece condições para registro, funcionamento e equiparação das escolas e cursos profissionais particulares.
_____. Decreto n 6942, de 5 de fevereiro de 1935.	Estabelece alterações curriculares nas escolas profissionais; cria e regulamenta as carreiras de diretor e mestre.
_____. Decreto n 6944, de 5 de fevereiro de 1935.	Criação e alteração de cargos da Superintendência de Educação Profissional e Doméstica e do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

_____. Decreto n 6945, de 5 de fevereiro de 1935.	Cria um Núcleo de Ensino Profissional ferroviário, no município de Cruzeiro.
_____. Decreto n 6989, de 26 de fevereiro de 1935.	Autoriza a Fazenda Estadual a comprar uma parte de um imóvel agrícola, e a receber a doação da parte restante do imóvel, localizado no município de Espírito Santo do Pinhal, para a construção de uma escola profissional agrícola-industrial.
_____. Decreto n 7014, de 15 de março de 1935.	Autoriza a transferência de crédito para a criação de núcleos de ensino profissional e cursos de ferroviários.
_____. Decreto n 7073, de 6 de abril de 1935.	Cria uma escola profissional agrícola-industrial mista, no município de Espírito Santo do Pinhal.
_____. Decreto n 7096, de 10 de abril de 1935.	Regulamenta a expedição de diplomas dos estabelecimentos de educação técnica-profissional e doméstica; estabelece alterações no currículo do ensino profissional oficial e nas carreiras dos profissionais das instituições.
_____. Decreto n 7216, de 18 de junho de 1935.	Aprova o contrato entre a Secretaria de Educação, a Saúde Pública e a Congregação das Irmãs de São José, para a direção por parte desta do Patronato Profissional para Órfãs, na capital paulista.
_____. Decreto n 7317, de 5 de julho de 1935.	Autoriza um acordo entre o Governo Estadual e a Companhia Docas de Santos para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional em benefício das atividades marítimas e portuárias.
_____. Decreto n 7319, de 5 de julho de	Cria uma escola profissional agrícola-

1935.	industrial mista, em Jacareí.
_____. Decreto n 7453, de 27 de novembro de 1935.	Estabelece um núcleo de ensino profissional para a formação de ferroviários, no município de Pindamonhangaba.
_____. Decreto n 7933, de 21 de outubro de 1936.	Delimita a transferência de verba para a Superintendência da Educação Profissional.

Apêndice II:

Decretos Ensino Primário	Conteúdo
SÃO PAULO (Estado). Decreto n 6181, de 25 de novembro de 1933.	Autoriza a permanência ou a extinção de algumas escolas isoladas dos centros urbanos.
_____. Decreto n 6197, de 9 de dezembro de 1933.	Classifica as escolas de acordo com a localização em relação às sedes dos municípios e à capital paulista; estabelece normas e critérios para as remoções, promoções e permutas da carreira do magistério público primário.
_____. Decreto n 6271, de 17 de janeiro de 1934.	Aprova a construção de mais uma sala de aula no prédio do grupo escolar “João Vieira de Almeida”, na capital paulista.
_____. Decreto n 6402, de 18 de abril de 1934.	Aprova a existência de mais de mil escolas primárias, com ênfase na zona rural.
_____. Decreto n 6461, de 25 de maio de 1934.	Considera como obrigação legal dos municípios paulistas direcionarem parte de suas receitas ao pagamento dos vencimentos dos professores primários, ao custeio do material didático e à compra e à locação de prédios escolares.
_____. Decreto n 6532, de 3 de julho de 1934.	Faculta a nomeação de porteiros e a ampliação do quadro de serventes dos grupos escolares proporcionando a contratação de ex-combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932 mutilados ou

	impossibilitados de exercerem suas antigas ocupações.
_____. Decreto n 6766, de 11 de outubro de 1934.**	Determina a incorporação do ensino religioso aos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário, profissional e normal.
_____. Decreto n 6847, de 6 de dezembro de 1934.	Autoriza a abertura do Tesouro Estadual para a concessão de crédito para o pagamento de gratificação prevista aos professores de escolas rurais.
_____. Decreto n 6922, de 31 de janeiro de 1935.	Aprova o contrato de arrendamento ao Governo Estadual de um imóvel particular para o funcionamento do grupo escolar “Ignacio Uchôa”.
_____. Decreto n 6940, de 5 de fevereiro de 1935.	Aprova o contrato de arrendamento ao Governo Estadual de um imóvel particular para o funcionamento de um grupo escolar, em Campinas.
_____. Decreto n 6941, de 5 de fevereiro de 1935.	Aprova o contrato de arrendamento ao Governo Estadual de um imóvel particular para o funcionamento de um grupo escolar, em Potirendaba.
_____. Decreto n 6947, de 6 de fevereiro de 1935.	Classifica as escolas em três grupos: localizadas na zona rural e distantes das estradas de ferro; localizadas em municípios com estradas de ferro; localizadas na capital paulista ou nos municípios de Santos, São Vicente, Campinas, Santo Amaro, São Bernardo, São Caetano e Santo André. Estabelece normas para a carreira do magistério e demais profissionais da educação no que diz respeito a questões como ingresso, nomeação, permuta, remoção e regalias.
_____. Decreto n 7110, de 27 de abril de 1935.	Autoriza o Governo Estadual ao recebimento da doação de um terreno particular, em Marília, para a instalação de um grupo escolar.
_____. Decreto n 7268, de 2 de julho de 1935.**	Transforma em rural o grupo escolar do Butantã; autoriza a parceria do Governo Estadual com as empresas industriais para a instalação de escolas primárias destinadas aos filhos dos operários.
_____. Decreto n 7325, de 5 de julho	Estabelece critérios sobre o comissionamento de funcionários do magistério primário.

de 1935.	
_____. Decreto n 7370, de 6 de agosto de 1935.	Aprova o contrato para a construção de um prédio para o funcionamento de um grupo escolar, em Maracaí.
_____. Decreto n 7371, de 6 de agosto de 1935.	Autoriza o arrendamento de um terreno particular ao Governo do Estado para a continuação do funcionamento do Grupo Escolar do Alto da Mooca.
_____. Decreto n 7372, de 6 de agosto de 1935.	Autoriza o arrendamento de um prédio particular ao Governo do Estado para a continuação do funcionamento do Grupo Escolar de Villa Bonfim, em Campinas.
_____. Decreto n 7374, de 13 de agosto de 1935.	Autoriza a construção de um edifício para o funcionamento de um grupo escolar, em São Joaquim.
_____. Decreto n 7522, de 21 de janeiro de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para a aquisição de um prédio para o funcionamento do segundo grupo escolar do município de Batatais, denominado “Castello”.
_____. Decreto n 7565, de 20 de fevereiro de 1936.	Aprova o contrato para a construção do edifício do Grupo Escolar “Vila Virgínia”, em Ribeirão Preto.
_____. Decreto n 7566, de 20 de fevereiro de 1936.	Aprova o contrato para a construção do edifício de um grupo escolar, em Campos de Jordão.
_____. Decreto n 7593, de 11 de março de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para a aquisição de terreno e prédio, na Freguesia do Ó, para o funcionamento do Grupo Escolar “Padre Manoel da Nóbrega”.
_____. Decreto n 7894, de 9 de outubro de 1936.	Aprova o contrato para a construção do edifício de um grupo escolar, em Indaiatuba.
_____. Decreto n 7958, de 5 de novembro de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento dos aluguéis do prédio ocupado pelo Grupo Escolar “Prudente de Moraes”, na capital paulista.

_____. Decreto n 8063, de 29 de dezembro de 1936.	Autoriza a transferência de verba para o orçamento vigente dos grupos escolares.
---	--

Apêndice III:

Decretos Ensino Secundário	Conteúdo
SÃO PAULO (Estado). Decreto n 6180, de 25 de novembro de 1933.	Inclui os cursos das Escolas Normais Oficiais e particulares e a Escola Secundária do Instituto “Caetano de Campos” na legislação federal vigente (Decreto Federal n 23.4752, de 20/11/1933)
_____. Decreto n 6201, de 11 de dezembro de 1933.	Inclui as Escolas Normais Livres do Estado no Código de Educação Estadual vigente.
_____. Decreto n 6207, de 12 de dezembro de 1933.	Transfere crédito para o devido pagamento das aulas extraordinárias lecionadas pelos docentes das Escolas Normais Oficiais.
_____. Decreto n 6229, de 18 de dezembro de 1933.	Autoriza a liberação de um crédito para o pagamento de vencimento de um professor secundarista.
_____. Decreto n 6230, de 19 de dezembro de 1933.	Amplia o número de motivos com justificativas que autorizam os professores secundaristas a não lecionarem parte das aulas previstas.
_____. Decreto n 6316, de 26 de fevereiro de 1934.	Cria Ginásios Oficiais nos municípios de Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e Araras.
_____. Decreto n 6427, de 9 de maio de 1934.	Estabelece critérios para a equiparação das Escolas Normais particulares com as Escolas Normais Oficiais.
_____. Decreto n 6428, de 9 de maio de	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o

1934.	pagamento das despesas do ano corrente dos ginásios de Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e Araras.
_____. Decreto n 6430, de 9 de maio de 1934.	Organiza o Curso Complementar, denominado “Colégio Universitário”, destinado à preparação dos candidatos aos cursos da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6503, de 19 de junho de 1934.	Fixa o valor de crédito destinado à manutenção do Colégio Universitário.
_____. Decreto n 6512, de 22 de junho de 1934.	Estabelece condições para a inscrição de professores para lecionarem em cursos secundários ou superiores.
_____. Decreto n 6515, de 27 de junho de 1934.	Altera a organização do Colégio Universitário.
_____. Decreto n 6516, de 27 de junho de 1934.	Faculta a manutenção do curso fundamental, onde haja ginásios oficiais, às Escolas Normais mantidas por municipalidades.
_____. Decreto n 6601, de 11 de agosto de 1934.	Institui Ginásios Oficiais em Santos, Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal.
_____. Decreto n 6602, de 11 de agosto de 1934.	Fixa em quatro o número de contínuos da Escola Normal “Padre Anchieta”, da capital paulista.
_____. Decreto n 6691, de 21 de setembro de 1934.	Cria Ginásios Oficiais em Avaré, Faxina, São José do Rio Pardo e Sorocaba.
_____. Decreto n 6717, de 1 de outubro de 1934.	Cria Ginásios Oficiais em Rio Preto e Pirajú.
_____. Decreto n 6829, de 30 de novembro de 1934.	Estabelece o regulamento do Colégio Universitário.
_____. Decreto n 6943, de 5 de fevereiro de 1935.	Cria um Ginásio Oficial em Mogi das Cruzes.

_____. Decreto n 6999, de 9 de março de 1935.	Cria um Ginásio Oficial em Amparo.
_____. Decreto n 7051, de 3 de abril de 1935.	Cria um Ginásio Oficial em São João da Boa Vista.
_____. Decreto n 7101, de 10 de abril de 1935.	Cria um Ginásio Oficial em Penápolis.
_____. Decreto n 7105, de 10 de abril de 1935.	Cria um Ginásio Oficial em Itápolis
_____. Decreto n 7318, de 5 de julho de 1935.	Delimita alterações no ensino das Escolas Normais Oficiais; estabelece a inspeção especializada das Escolas Normais Oficiais e dos Ginásios Estaduais; prescreve normas para as Escolas Normais particulares.
_____. Decreto n 7684, de 20 de maio de 1936.	Aprova o regulamento sobre remoção e concurso de professores de escolas secundárias e das Escolas Normais do Estado.
_____. Decreto n 7727, de 30 de junho de 1936.	Instala cursos complementares nos Ginásios de Campinas e Ribeirão Preto.
_____. Decreto n 7881, de 30 de setembro de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento das despesas de manutenção dos Ginásios de Franca, de Sorocaba e do Colégio Universitário.

Apêndice IV:

Decretos Ensino Superior	Conteúdo
SÃO PAULO (Estado). Decreto n 6163, de 17 de novembro de 1933.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento de parte dos vencimentos de um professor substituto da Faculdade de Medicina de São Paulo.

_____. Decreto n 6182, de 25 de novembro de 1933.	Inclui a Faculdade de Medicina na legislação federal vigente (Decreto n 23.475, de 20/11/1933), que estabelece a nota média para a promoção dos estudantes.
_____. Decreto n 6184, de 27 de novembro de 1933.	Inclui a Escola de Medicina Veterinária na legislação federal vigente (Decreto n 23.475, de 20/11/1933), que estabelece a nota média para a promoção dos estudantes.
_____. Decreto n 6187, de 7 de dezembro de 1933.	Inclui a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” na legislação federal vigente (Decreto n 23.475, de 20/11/1933), que estabelece a nota média para a promoção dos estudantes.
_____. Decreto n 6200, de 11 de dezembro de 1933.	Inclui a Escola de Belas Artes de São Paulo na legislação federal vigente (Decreto n 23.475, de 20/11/1933), que estabelece a nota média para a promoção dos estudantes.
_____. Decreto n 6231, de 19 de dezembro de 1933.	Autoriza a apropriação do Governo Estadual da administração da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo por motivo de dívidas financeiras desta.
_____. Decreto n 6283, de 25 de janeiro de 1934.	Cria a Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6327, de 1 de março de 1934.	Altera parte do regime escolar da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” de acordo com a legislação estadual vigente (Decreto n 5333, de 04/01/1932).
_____. Decreto n 6375, de 3 de abril de 1934.	Cria o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, anexado à Escola Politécnica, da capital paulista.
_____. Decreto n 6392, de 12 de abril de	Autoriza a transferência de crédito para o

1934.	Instituto Astronômico e Geográfico.
_____. Decreto n 6414, de 25 de abril de 1934.	Organiza a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo.
_____. Decreto n 6424, de 8 de maio de 1934.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento da manutenção do curso de química industrial da Escola Politécnica.
_____. Decreto n 6426, de 9 de maio de 1934.	Altera disposições do Decreto n 6283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6429, de 9 de maio de 1934.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Direito de São Paulo.
_____. Decreto n 6514, de 27 de junho de 1934.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento dos professores estrangeiros contratados para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6533, de 4 de julho de 1934.	Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6534, de 4 de julho de 1934.	Estabelece o quadro de funcionários administrativos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e fixa os respectivos vencimentos.
_____. Decreto n 6535, de 4 de julho de 1934.	Estabelece o quadro de funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo e abre o crédito necessário para o pagamento dos respectivos vencimentos.
_____. Decreto n 6543, de 6 de julho de 1934.	Fixa os vencimentos dos diretores das Faculdades de Direito, de Medicina, de Filosofia, Ciências e Letras, de Farmácia e Odontologia, da Escola Politécnica e do Instituto de Educação, da Universidade de

	São Paulo.
_____. Decreto n 6606, de 16 de agosto de 1934.	Subordina à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, as Escolas de Medicina Veterinária e Superior de Agricultura de Piracicaba.
_____. Decreto n 6639, de 5 de setembro de 1934.	Restabelece o cargo de Diretor da Escola de Medicina Veterinária.
_____. Decreto n 6674, de 19 de setembro de 1934.	Dá novo regulamento ao Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública para médicos, da Escola de Higiene e Saúde Pública.
_____. Decreto n 6728, de 4 de outubro de 1934.	Aprova o contrato de locação dos pavilhões onde está instalada a Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina de São Paulo.
_____. Decreto n 6794, de 24 de outubro de 1934.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento de despesas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6809, de 5 de novembro de 1934.	Desincorpora da Universidade de São Paulo a Escola de Medicina Veterinária e a transfere para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
_____. Decreto n 6850, de 6 de dezembro de 1934.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para a instalação da clínica obstétrica da Faculdade de Medicina, nos pavilhões da maternidade de São Paulo, arrendados ao Governo Estadual.
_____. Decreto n 6874, de 19 de dezembro de 1934.	Cria a Faculdade de Medicina Veterinária, na Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6921, de 31 de janeiro de 1935.	Transfere crédito para o pagamento de despesas da Faculdade de Filosofia,

	Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 6990, de 27 de fevereiro de 1935.	Declara de utilidade pública a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
_____. Decreto n 7016, de 15 de março de 1935.	Altera os critérios de provimento das cadeiras da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7048, de 1 de abril de 1935.	Altera o Regulamento do Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública.
_____. Decreto n 7065, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7066, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, de Piracicaba, da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7067, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7068, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7069, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7071, de 6 de abril de 1935.	Aprova o Regulamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7204, de 11 de junho de 1935.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7392, de 25 de setembro de 1935.	Aprova o Regulamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7410, de 3 de outubro de 1935.	Inclui a Escola de Medicina Veterinária na legislação federal vigente (Lei Federal n. 11

	de 12 de dezembro de 1934).
_____. Decreto n 7513, de 14 de janeiro de 1935.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento das despesas da viagem ao exterior de um estudante da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7564, de 15 de fevereiro de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento de auxílio à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
_____. Decreto n 7618, de 1 de abril de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento dos vencimentos de um professor e de três funcionários da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7718, de 24 de junho de 1936.	Autoriza a transferência de verba para a reparação e conservação dos edifícios da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.
_____. Decreto n 7882, de 30 de setembro de 1936.	Abre no Tesouro Estadual um crédito para o pagamento das despesas das viagens para Buenos Aires, na Argentina, realizadas por delegações de engenheiros, médicos e acadêmicos de medicina.
_____. Decreto n 7963, de 10 de novembro de 1936.	Altera o calendário do Curso da Cadeira de Cálculo, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 7964, de 11 de novembro de 1936.	Autoriza a transferência de verba para a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 8031, de 10 de dezembro de 1936.	Autoriza a transferência de verba para a Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 8032, de 10 de dezembro	Autoriza a transferência de verba para a

de 1936.	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 8039, de 15 de dezembro de 1936.	Autoriza a transferência de verba para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
_____. Decreto n 8050, de 23 de dezembro de 1936.	Estabelece condições para a admissão de estudantes estrangeiros na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba, da Universidade de São Paulo.